

Zonas de Contacto

Estado Novo / III Reich (1933-1945)

© 2011, Mário Matos,
Orlando Grossegeesse
e TDP Lda – Edições
Rua do Progresso 495 Arm. 8
4455-534 Perafita

Título Original:
Zonas de Contacto -
Estado Novo / III Reich
Organização: Mário Matos e
Orlando Grossegeesse
Grafismo: Volksdesign
Desenho da capa: Sofia Vaz
Impressão e Acabamento:
T. Nunes lda. – Indústria Gráfica
1ª Edição, Novembro 2011

ISBN: 978-989-8313-09-6

Depósito Legal:

Reservados todos os direitos de acordo
com a legislação em vigor.

www.tdp-lda.pt

Mário Matos e Orlando Grossegesse
Organização

Zonas de Contacto

Estado Novo / III Reich (1933-1945)

Ansgar Schäfer
Mário Matos
Orlando Grossegesse
Cláudia Ninhos
Nuno Rosmaninho
Armando Malheiro da Silva
António Louçã
Irene Flunser Pimentel



2011

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
AGRADECIMENTOS	9
“AS RELAÇÕES CULTURAIS LUSO-ALEMÃS NAS VÉSPERAS DA II GUERRA MUNDIAL” Ansgar Schäfer	11
“TURISMO E PROPAGANDA: OS «CRUZEIROS ATLÂNTICOS» DA ORGANIZAÇÃO NAZI «FORÇA PELA ALEGRIA»” Mário Matos	21
“«RAÇA, FORÇA E CORAGEM» A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS RELAÇÕES LUSO-ALEMÃS. Orlando Grossegeesse	51
“INTERCÂMBIO ACADÉMICO E PROPAGANDA NACIONAL-SOCIALISTA. O CASO DE FRANCISCO CALDEIRA CABRAL” Cláudia Ninhos	63
“A RECEPÇÃO DA ARTE NAZI EM PORTUGAL” Nuno Rosmaninho	95
“SOBRE A DIFUSÃO POLÍTICO-CULTURAL NAZI EM PORTUGAL. O EXEMPLO DA «CASA ALEMÃ» EM BRAGA” Armando Malheiro da Silva e Mário Matos	123
“IMPORTAÇÃO DE ARMAMENTO E POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA O CASO DA «TROIKA» DE SOLOTHUM (1933-45).” António Louça	153
“REFUGIADOS JUDEUS E ANTI-NAZIS ENTRE PORTUGUESES DURANTE A II GUERRA MUNDIAL” Irene Flunser Pimentel	187

INTRODUÇÃO

Apesar de o regime salazarista ter fomentado a auto-imagem de um Portugal «orgulhosamente só» e de um país de «brandos costumes» adverso aos ventos extremistas que sopravam do resto da Europa, posicionamento que durante a II Guerra Mundial se configuraria sob a forma de uma ambígua «neutralidade não beligerante», é inquestionável que no auge do(s) fascismo(s) europeu(s) o jovem Estado Novo manteve intensas relações quer com as democracias ocidentais quer com os países com governos de cunho nazi-fascista. Neste contexto, os multifacetados contactos entre o Estado Novo e o Terceiro Reich, sobretudo durante os anos anteriores à guerra em que se assistiu a uma fascização dos respectivos regimes assente em diversas «afinidades electivas» ao nível ideológico, mas também durante o próprio período do conflito bélico, constituem, porém, um capítulo da história portuguesa e alemã ainda relativamente pouco conhecido do público em geral.

Face ao terror e horror que caracterizou uma época que culminaria na carnificina da II Guerra Mundial e na barbárie do Holocausto - trauma esse que, por razões óbvios, afecta de forma mais intensa as memórias colectivas das vítimas e dos agressores mais directos - não surpreende que esse período das relações entre Portugal e a Alemanha tenda a tomar a configuração dum recalcamento e, por conseguinte, a apagar-se dos respectivos mapas nacionais de memórias. E, no entanto, é facto iniludível que esse relacionamento existiu, pelo que se poderá falar de uma memória intercultural luso-alemã sobre a qual é necessário discutir em moldes críticos e desapassionados.

Com este volume, que reproduz diversas comunicações apresentadas durante um colóquio com o título homónimo, organizado, em Outubro de 2008, na Universidade do Minho pelo Departamento de Estudos Germanísticos, pretende-se, assim, dar maior visibilidade às múltiplas «zonas de contacto» ao nível político, económico, científico, cultural e artístico, de forma a contribuir para um conhecimento mais diferenciado de uma História que é, em certos aspectos, comum a dois diferentes países e sociedades.

Ainda que o presente livro incida sobre as relações luso-alemãs durante a época das ditaduras de massas ora mais ora menos fascizadas, é de sublinhar que o objectivo dos estudos multidisciplinares aqui reunidos não é o de debater – nem, muito menos, o de clarificar – se o Portugal salazarista foi ou não uma forma *sui generis* do fascismo ou se o Estado Novo representou um regime comparável ou mesmo semelhante ao nazismo. Essa discussão em torno de definições tipológicas é, a nosso ver, bastante infrutífera, porque será sempre condicionada por esquemas e posicionamentos ideológicos que dificultam uma revisitação o mais objectiva possível dos tempos e fenómenos políticos e socioculturais aqui em questão.

Composto de contributos advindos de diversas áreas de estudo, com este volume visa-se, pelo contrário, romper com as visões disciplinar e ideologicamente pré-condicionadas que resultam, muitas vezes, em imagens a preto-e-branco ou cor-de-rosa da era do(s) fascismo(s) europeu(s). A concepção expressamente transdisciplinar em que assenta, ou seja, a sua multiplicidade de perspectivas sobre os mais diversos domínios, que vão do intercâmbio cultural e académico passando pelas relações económicas até à cooperação de um cunho mais político, permite, por via de uma abordagem policontextual e pluridisciplinar, uma visão bastante mais abrangente, ao mesmo tempo que mais diferenciada, duma época das relações entre Portugal e a Alemanha que se configura mais complexa e intensa do que modo geral se pressupõe. Não se tratando de uma publicação pioneira sobre as relações entre o Estado Novo e o Terceiro Reich num sentido mais lato, é, no entanto, esta convergência de diferentes olhares e abordagens por especialistas oriundos de diferentes áreas disciplinares que distingue este volume na paisagem editorial portuguesa e alemã.

AGRADECIMENTOS

Os nossos primeiros agradecimentos vão para os autores contribuintes, a saber: **Irene Flunser Pimentel** (investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa; galardeada em 2007 com o Prémio Pessoa pela sua vasta produção científica sobre diversos domínios do Estado Novo), **António Louçã** (prestigiado autor de vários livros sobre as relações entre o Estado Novo e o Terceiro Reich); **Nuno Rosmaninho Rolo** (Professor da Universidade de Aveiro, especialista na história da arquitectura do Estado Novo); **Armando Malheiro da Silva** (Professor da Universidade do Porto/Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação); **Ansgar Schäfer** (investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa) e **Cláudia Ninhos** (investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa).

Agradecemos também as comunicações e as preciosas achegas no frutífero debate durante o colóquio interdisciplinar “Zonas de Contacto: Estado Novo / Terceiro Reich” (Universidade do Minho, 2008) por parte de **Luís Reis Torgal** (professor jubilado da Universidade de Coimbra, investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX), **Mário Vieira de Carvalho** (Professor da Universidade Nova de Lisboa) e **Paulo Miguel Oliveira** (investigador do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho). Os temas sobre os quais se debruçaram nas suas comunicações foram, respectivamente, “A visão da literatura e da cultura alemãs pelos germanófilos durante o Estado Novo e o Nazismo”, “Música e Propaganda no Estado Novo e no III Reich: Elementos para um estudo comparativo” e “O desporto como zona de contacto intercultural entre o Estado Novo e o III Reich - o exemplo do voo à vela”. O facto de não ter sido possível integrar estes interessantes contributos no presente volume deve-se a razões diversas que, infelizmente, ultrapassam a vontade e intenção dos organizadores.

Gostaríamos igualmente de expressar os nossos sinceros agradecimentos ao Centro de Estudos Humanísticos, ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho e à Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT), sem cujos apoios logísticos e financeiros a organização do referido colóquio não teria sido possível.

Por fim, fica aqui um especial obrigado à editora TDP, nomeadamente ao Sérgio Lorré, pelo seu extraordinário empenho em reunir os patrocínios indispensáveis à presente publicação que provieram, generosamente, da Embaixada da República Federal em Lisboa, do Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha no Porto, assim como das empresas Niepoort Vinhos S.A.e GolfinoAG.

Os organizadores
Mário Matos & Orlando Grossegeesse
Braga, Outubro de 2011

As relações culturais luso-alemãs nas vésperas da 2ª Guerra Mundial

Ansgar Schäfer

[Instituto de Historia Contemporânea,
Universidade Nova de Lisboa]

É sobejamente conhecida a afirmação de António de Oliveira Salazar segundo a qual «politicamente só existe o que o público sabe que existe». De acordo com este lema, em 25/9/1933, ou seja, pouco mais de cinco meses após a aprovação da nova constituição do Estado Novo, foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), com o objectivo principal de “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a nação.”¹

A actividade do SPN, no entanto, não estava restringida apenas ao solo nacional. Através da sua secção externa, cabia ao SPN

promover a realização de conferências em vários centros mundiais por individualidades portuguesas e estrangeiras; fortalecer o intercâmbio com os jornalistas e escritores de renome; elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora, e de modo especial sobre a acção exercida nas colónias, e o progresso do nosso Império Ultramarino; promover a expansão nos grandes centros, de todas as manifestações da arte e da literatura nacionais.²

1 Citado por Heloísa Paulo (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra: Minerva, p. 73.

2 Art.º 5º, Decreto-lei nº 23:054, *Diário do Governo*, n.º 218, 1ª série, 25 de Setembro de 1933.

A principal manifestação “da arte e da literatura” portuguesa que o SPN promovia no estrangeiro era, todavia, a imagem propagandística do regime, ou, como formulava António Ferro, a da “obra realizada pelo Estado Novo”.³

O presente trabalho tem dois objectivos: primeiro, caracterizar a imagem do Estado Novo traçada pela imprensa alemã ao longo dos anos de 1937 e 1938, período esse de uma especial importância nas relações luso-alemãs devido à aproximação dos dois estados no contexto da Guerra Civil da Espanha. A segunda parte será dedicada à análise do projecto de um acordo cultural luso-alemão, proposto ao governo português no mesmo período. Caso tivesse sido celebrado, este acordo teria associado Portugal às potências do eixo, ainda antes do início da 2ª Guerra Mundial, e assim comprometido a sua posterior postura de neutralidade, que acabaria por garantir ao governo salazarista manter o país fora dos cenários de devastação.

O ponto de partida de toda a propaganda do Estado Novo no estrangeiro foi o lançamento da obra de António Ferro *Salazar*. À tradução francesa do volume *Le Portugal et son Chef* seguiram-se as edições espanhola, inglesa, italiana, chilena e até uma em língua concanin destinada aos territórios da então Índia Portuguesa. Através das sucessivas versões em línguas estrangeiras, a mensagem propagandística em torno da figura central da ditadura portuguesa chegava aos EUA, ao Canadá, a Cuba, Roménia, Bélgica, Áustria, Holanda, Dinamarca, Noruega, Marrocos, Polónia, Índia inglesa, Suíça e também à Alemanha. Entre 1933 e 1939, o número de livros publicados anualmente no estrangeiro sobre Portugal subia de 2 para 24, a maioria dos quais centrada no Estado Novo e no seu líder, António de Oliveira Salazar.⁴ Na sua análise das obras publicadas no estrangeiro sobre Portugal que se encontram reunidas na biblioteca do SPN/SNI, José Rebelo traça três paradigmas principais da imagem de Salazar projectada no estrangeiro. Enquanto os primeiros dois

³ António Ferro, Discurso de 26/10/1943, pronunciado na sede do S.P.N. por ocasião da homenagem que lhe foi prestada a propósito da comemoração do X. aniversário do Secretariado da Propaganda Nacional. In *Dez anos de Política de Espírito*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, p. 21.

⁴ Sobre o número de livros estrangeiros dedicados a Portugal, cf. José Rebelo (1998), *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa: Livros e Leituras, p. 191.

assentam na figura de Salazar, apresentando-o como o eleito pela Providência que se entrega ao seu destino dedicando toda a sua vida à missão, o terceiro está focado no Estado, que é retratado não como uma organização política de um país, mas como entidade sobre-humana, um “corpo místico” (Rebelo, 1998: 191).

Tão importante, em termos de efeitos propagandísticos, como a edição de livros sobre Salazar e o Estado Novo, foi o lançamento de inúmeros artigos sobre Portugal em jornais e revistas estrangeiras. Analisando um conjunto de artigos publicados em jornais alemães de grande circulação, tal como o *Völkischer Beobachter*, com uma tiragem diária de cerca de meio milhão de exemplares (1938), ou o *Frankfurter Zeitung*, todos eles reunidos no Arquivo Federal Alemão, onde integram o espólio do Partido Nacional Socialista Alemão (NSDAP),⁵ verifica-se que os textos convergem num tema basilar: o Portugal Novo e o seu sistema político, o Estado Novo. A mensagem dos textos pode resumir-se da seguinte forma: das cinzas causadas pelo caos político, pelas conspirações e revoluções intermináveis, alegadamente provocadas pelos regimes anteriores, nasceu uma nova nação, graças à instituição do regime autoritário liderado por António de Oliveira Salazar e Óscar Carmona.⁶ O Estado Novo é apresentado como sucessor legítimo do glorioso passado do Portugal dos Descobrimentos⁷ e a nova juventude portuguesa configura o “garante de um futuro de força e estabilidade”.⁸

⁵ Os jornais alemães aqui citados encontram-se reunidos no Arquivo Federal Alemão sob a sigla NS 022/00061.

⁶ A título exemplar: Friedrich Sieburg, „Portugals neuer Weg“, in *Frankfurter Zeitung*, 1.4.1937. Friedrich Sieburg, nessa altura um dos jornalistas mais conhecidos da Alemanha, viajou a Portugal em 1937 a convite do SPN. Desta viagem resultou uma série de artigos, publicados na *Frankfurter Zeitung* ao longo do mês de Abril, bem como o livro *Neues Portugal. Bildnis eines alten Landes*, Societätsverlag Frankfurt a. M., 1937. Neste contexto é curioso o artigo anónimo “Der General und der Professor”, publicado in *Sonntags-Beilage der Germania*, Nr. 1, 9/1/1937, no qual se lê a frase impar: “Salazar é a ditadura, mas Carmona é o ditador”.

⁷ Cf. Heinz Büchenschütz, „Das Neue Portugal“, in *Deutsche Allgemeine Zeitung*, Nr. 131, 20.3.1937, e „Zwölf Jahre Portugal“, in *Völkischer Beobachter*, 29/5/1938.

⁸ „Erwachtes Portugal II“, in *Schwarzes Korps*, 16/9/1937.

No entanto, comparando os *slogans* típicos usados pela propaganda salazarista com os atributos utilizados nos jornais alemães aqui referidos para qualificar o Estado Novo, destaca-se uma diferença fundamental: enquanto a propaganda do SPN se alicerçava na mistificação da figura de Salazar, sendo ela a personagem escolhida pela Providência, os textos alemães recusavam decididamente esta interpretação acentuando que a nova situação era fruto do trabalho árduo e das transformações políticas impostas: “Um milagre! Diziam alguns. Mas o milagre só foi possível devido à eliminação dos inimigos do Estado, do parlamentarismo e da democracia, tornado possível devido à vontade de poupar, devido à ordem, à vontade e autoconfiança de um líder nacional”.⁹ Segundo o teor dos artigos analisados, todos eles publicados em jornais sob a alçada do Ministério de Propaganda Alemão, o novo Portugal, com a sua luta contra o comunismo e o sistema parlamentar e democrático, com a militarização da sua juventude e o seu sistema político autoritário onde o indivíduo se subjugava aos interesses do estado, seria um parceiro natural para a Alemanha Hitleriana.¹⁰

Já vários meses antes da publicação destes artigos, precisamente em 5 de Dezembro de 1936, o chefe da legação alemã em Lisboa, o Barão Hoyningen-Huene, tinha sugerido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros um estreitamento das relações entre os dois países através da institucionalização das suas relações culturais. Para este fim, propôs a celebração de um acordo que pusesse “ordem nas relações recíprocas” e garantisse ao lado alemão o direito de intervenção na escolha dos professores que ensinassem a língua alemã nas

⁹ “Portugals große Wandlung”, 27/3/1937. Sobre a imagem mística de Salazar, veja-se, exemplarmente, José Rebelo (1991), p. 129.

¹⁰ „Erwachtes Portugal. II“, in *Schwarzes Korps*, 16/9/1937. Neste contexto, veja-se também o artigo de Quintino da Costa, “Jugend aus Portugal. Die nationale Organisation der portugiesischen Jugend”, in *Völkischer Beobachter*, 24/10/1937, que salienta: “Temos de ensinar à Mocidade Portuguesa os resultados dos muitos anos de trabalho da Hitler Jugend, atendendo sempre às características racistas do povo português, cuja análise cuidadosa formará a base da formação da juventude em Portugal.”

universidades portuguesas.¹¹ A sugestão da legação foi bem acolhida por Berlim. O Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão optou, todavia, por criar uma comissão mista na qual estavam reunidos não apenas representantes do Ministério de Ciência, Educação e Formação Popular e dos Serviços de Intercâmbio Académico (DAAD), como também do *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda* (Ministério de Esclarecimento Popular e Propaganda) dirigido por Joseph Goebbels, o chefe da propaganda alemã. A comissão elaborou um texto baseado no acordo húngaro-alemão, nessa altura o único acordo cultural celebrado pela Alemanha Nacional-Socialista. Quando em 3 de Maio de 1937, o chefe da legação alemã em Lisboa comunicou que a Junta de Educação estaria em princípio de acordo em iniciar negociações sobre a um acordo cultural, o Ministério respondeu que para o lado alemão não se trataria de um acordo entre dois ministérios, mas de uma convenção mais alargada que incluísse também questões relacionadas com a arte, a rádio e o cinema. Mais, salientou que, devido à insistência do Ministério de Propaganda alemão, o respectivo documento seria assinado conjuntamente pelo Ministro de Educação alemão e pelo próprio chefe da propaganda alemã Joseph Goebbels.¹²

Vejamos quais foram então os termos do acordo cultural proposto ao governo português.

Depois de salientar, logo no seu preâmbulo, o valor político dos intercâmbios culturais na “luta contra todos os ataques que ameaçam e destroem a tradição, a cultura e a ciência”, o texto previa como objectivo “desenvolver e evidenciar os interesses comuns espirituais e ideológicos por meio de vasta e intensa colaboração espiritual e

11 Ofício da legação alemã em Lisboa a Stieve, datado 5/12/1936, Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes (PA-AA), R61254: Bd.1: “Deutsch-Portugiesisches Kulturabkommen.“

12 Ofício AA an Gesandtschaft, datado de 8/5/1937, veja também: Ofício Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda an Reichministerium für Wissenschaft und Erziehung, datado de 10/6/1937, vide também ofício de Huene ao AA, datado de 3/6/1937.

cultural e por meio de intercâmbio cultural recíproco”.¹³ Uma análise pormenorizada de algumas das cláusulas propostas mostra, porém, que a pretendida reciprocidade do “intercâmbio cultural” não passou de uma vaga promessa. Desde o início do projecto do acordo cultural, a questão de quem ensinava a língua e cultura alemã nas universidades portuguesas era de uma importância fundamental para a Alemanha Hitleriana, preocupação essa reflectida logo em dois pontos centrais: primeiro, no facto de que o governo alemão se reservava o direito da nomeação dos leitores da língua alemã nas universidades portuguesas, para impedir desta maneira que a língua e cultura alemãs pudessem ser ensinadas por refugiados alemães ou outros opositores ao regime nazi,¹⁴ segundo, na criação de uma cadeira de História da Cultura Alemã. Esta cadeira, que não passava de uma promoção da ideologia nazi nas universidades portuguesas, deveria ser leccionada por um professor de nacionalidade alemã, mas financiada pelo erário português. A única contrapartida alemã prevista era a manutenção dos já existentes institutos de ensino de português nas Universidades de Berlim, Colónia e Hamburgo (artigo 1º). E mesmo pela proposta da reintrodução do ensino de alemão como disciplina obrigatória nas escolas secundárias e técnicas portuguesas, que constituiria uma alteração profunda do currículo das mesmas, o acordo previa no seu artigo 8º unicamente a manutenção do funcionamento das escolas alemãs existentes em Lisboa, no Funchal e no Porto.¹⁵

13 O texto do acordo cultural encontra-se em: Arquivo do Instituto de Alta Cultura, Ficheiro 4, Gaveta 4, H, 2º Volume, Proc. 2418 “Instituto de Alta Cultura: Acordo Cultural com a Alemanha”.

14 Em Lisboa houve o caso concreto de Leitor de Alemão Knapic, de nacionalidade jugoslava, que, segundo informação da legação alemã de Lisboa, recomendava aos seus alunos na Faculdade de Letras de Lisboa livros do escritor judeu Emil Ludwig. Mas segundo os documentos, Knapic dispunha de óptimos contactos com as autoridades portuguesas, razão pela qual o Secretário Geral da Junta de Educação recusou despedir a pessoa em causa, cf.. cópia de uma nota sobre uma conversa do representante do Ministério de Educação alemão Burmester com Leite Pinto, datada: 4 e 5 de Fevereiro de 1937, *ibidem*.

15 Relatório da Legação alemã em Lisboa, datado de 8/3/1930, PA-AA: R 61254: Bd. 1; Deutsch-Portugiesisches Kulturabkommen. De facto, a questão do ensino da língua constitui uma das maiores diferenças entre o acordo cultural proposto a Portugal e o acordo que poucos meses mais tarde viria a ser celebrado com a Itália.

Desde o princípio, todavia, que a reacção portuguesa em relação ao projecto foi extremamente reservada. Portugal, aliás, nunca chegou a dar qualquer resposta oficial à proposta alemã, o que, face à discrepância das vantagens das partes, não surpreende. Com o pretexto de iniciativas por parte de outros países, entre eles o Brasil, a Itália e a Inglaterra, que pretendiam celebrar acordos semelhantes, as autoridades portuguesas alegavam não poder tomar qualquer posição relativamente ao projecto alemão, antes de terem sido reunidas as propostas dos outros países.¹⁶ Não obstante as repetidas intervenções durante vários meses por parte do chefe da legação alemã Hoyningen-Huene junto do próprio António de Oliveira Salazar, o projecto ficou completamente parado.

O pouco entusiasmo por parte das autoridades portuguesas é, de resto, compreensível. A intenção alemã era demasiado clara: criar, através da celebração de acordos culturais bilaterais, os moldes para futuras cooperações mais alargadas, como aliás aconteceu primeiro com a Itália e mais tarde com a Espanha, com a qual a Alemanha celebrou um acordo cultural em 19 de Janeiro de 1939. Um parecer emitido pelo Instituto de Alta Cultura revela que as autoridades portuguesas perceberam o que estava em jogo. Nesse estudo, a Alemanha é, por um lado, elogiada como nação que se dedica ao “estudo desinteressado das coisas portuguesas”, mas, por outro, é claramente criticada pela sua “acção metódica de penetração económica, e até política, em Portugal, nas nossas colónias de África e no Brasil”. O autor do parecer justifica a sua posição negativa em relação ao acordo proposto com a afirmação categórica de que

entre os dois povos não há motivos de comunhão: as raças, os génios, as histórias e os destinos são diversos, e o momentâneo

Neste documento previa-se uma verdadeira reciprocidade, uma vez que na Itália o ensino do alemão seria gradualmente equiparado ao do inglês, e na Alemanha o ensino do italiano equiparado ao do francês. Cf. Jens Petersen, “Vorspiel zu "Stahlpakt" und Kriegsallianz. Das deutsch-italienische Kulturabkommen vom 23. November 1938”, in *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, 36. Jahrgang, 1988, Heft 1, Oldenbourg, München 1988, p. 58.

¹⁶ Relativamente ao acordo cultural assinado com o Brasil, veja-se Heloísa Paulo (1994), p. 76.

alinhamento num mesmo combate anti-comunista não pode fazer esquecer que entre o regime nazi, violentamente nacionalista e pagão, e o Estado Novo Português, integralista e cristão, há uma diferença essencial de valores morais.¹⁷

O alcance da lucidez desta análise da política alemã iria manifestar-se um ano mais tarde, aquando dos violentos pogromes, na noite de 9 para 10 de Novembro de 1938, que alvejaram, de forma radical e evidente, a comunidade judaica alemã, acontecimentos esses amplamente revelados nos jornais portugueses da época.

Concluindo, é lícito dizer que, enquanto a política cultural e a propaganda portuguesas no estrangeiro visavam sobretudo uma promoção da imagem do país e do seu sistema político, para as autoridades nazis, a difusão cultural revestia-se de uma dimensão totalmente diferente. Tal como mostrou a breve análise do projecto do acordo cultural luso-alemão, a política cultural nacional-socialista era puramente expansionista. O facto de não incluir qualquer reciprocidade nas cláusulas previstas evidencia que o objectivo pretendido não era o alegado intercâmbio cultural entre os dois países, mas uma presença hegemónica do “espírito alemão” na vida portuguesa. Encontramos esta ideia expressa no seguinte comentário de um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão Langmann de 1944:

O objectivo da política cultural alemã deve ser manter a elite de um país, quase a partir do berço até ao túmulo, dentro de um ambiente de cultura alemã, (...) para poder isolá-la desta forma de qualquer influência estrangeira, seja ela soviética, francesa, anglo-saxónica ou outra. Ao longo da história alemã, uma influência predominante francesa ou anglo-saxónica conduziu mais do que uma vez a decisões políticas negativas para a Alemanha.¹⁸

¹⁷ Parecer elaborado por Marcelo Caetano, sem data (provavelmente, Novembro de 1937), p. 8, Proc. 2418, Arquivo do Instituto de Alta Cultura.

¹⁸ Aufzeichnung über die kulturpolitische Abteilung des AA, datada de 29/9/1944, Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes, R 60657 „Aufzeichnung und Richtlinien über die kulturpolitische Abteilung des AA (u.a. Informationsarbeit und Aufgaben

Ao não assinar o acordo cultural luso-alemão, apesar das repetidas insistências por parte das autoridades alemãs, o governo Salazarista conseguiu não comprometer a sua liberdade de actuação política, o que lhe permitiu aproveitar ao longo dos anos de guerra as vantagens que todos os estados beligerantes lhe pudessem oferecer e evitar que o próprio país se tornasse palco de acções bélicas.

Bibliografia

Fontes

Arquivo do Instituto de Alta Cultura, Ficheiro 4, Gaveta 4, H, 2º Volume, Proc. 2418 “Instituto de Alta Cultura: Acordo Cultural com a Alemanha”.

Diário do Governo, n.º 218, 1ª série, 25 de Setembro de 1933.

Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes, R61254: Bd.1: “Deutsch-Portugiesisches Kulturabkommen”.

Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes, R 60657 “Aufzeichnung und Richtlinien über die kulturpolitische Abteilung des AA”.

Literatura citada

[ANÓNIMO] “Der General und der Professor”, in *Sonntags-Beilage der Germania*, Nr. 1, 9/1/1937,

[ANÓNIMO] „Erwachtes Portugal II“, *Schwarzes Korps*, 16/9/1937.

[ANÓNIMO] „Zwölf Jahre Portugal“, in *Völkischer Beobachter*, 29/5/1938.

BÜCHSENSCHÜTZ, Heinz, „Das Neue Portugal“, in *Deutsche Allgemeine Zeitung*, Nr. 131, 20/3/1937.

COSTA, Quintino da, “Jugend aus Portugal. Die nationale Organisation der portugiesischen Jugend”, in *Völkischer Beobachter*, 24/10/1937,

FERRO, António (1943), *Dez anos de Política de Espírito*, Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional.

PAULO, Heloísa (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra: Minerva.

PETERSEN, Jens, “Vorspiel zu "Stahlpakt" und Kriegsallianz. Das deutsch-italienische Kulturabkommen vom 23. November 1938”, in *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, 36. Jahrgang, 1988, Heft 1, Oldenbourg, München 1988, p. 41-77.

REBELO, José (1998), *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa: Livros e Leituras.

SIEBURG, Friedrich, „Portugals neuer Weg“, in *Frankfurter Zeitung*, 1/4/1937.

SIEBURG, Friedrich (1937), *Neues Portugal, Bildnis eines alten Landes*, Frankfurt a. M.: Societätsverlag.

Turismo e propaganda: os «cruzeiros atlânticos» da organização nazi «Força pela Alegria»¹

Mário Matos
[Universidade do Minho]

I

As relações entre o Estado Novo e o *Terceiro Reich*, sobretudo durante os anos anteriores à II Guerra Mundial, em que se assistiu à solidificação dos respectivos regimes ditatoriais e se verificaram diversas afinidades ao nível ideológico, constituem um capítulo da história das relações luso-alemãs ainda relativamente pouco conhecido de um público geral. Ainda que os estudos culturais e literários de índole germanista e lusitanista se tenham empenhado com bastante minúcia no levantamento e divulgação dos mais diversos fluxos de intercâmbio entre as culturas lusófonas e germânicas,² constatando-se, por razões óbvias, uma maior incidência sobre a produção e recepção literárias, não é, porém, a esses domínios de investigação que se deve o grosso dos trabalhos até ao momento redigidos a respeito dos múltiplos contactos entre a Alemanha nacional-socialista e o Portugal salazarista na década de 30 do século passado.³ Na verdade, este relativo desinteresse dos estudiosos da

¹ O presente artigo baseia-se em várias outras publicações do autor especificamente dedicadas às estratégias da política turístico-propagandista do regime nacional-socialista, cujas referências constam da lista bibliográfica no final do mesmo.

² Veja-se, a título exemplar, a obra em dois volumes coordenada por Maria Manuela Gouveia Delille (2007 e 2010).

³ Entre os estudos historiográficos sobre as relações luso-alemãs nos anos que medeiam entre 1933 e o início da guerra, destacam-se a publicação de António Louçã (1997) dedicada aos *Negócios com os Nazis* e, do mesmo (2005), a compilação de documentos *Portugal visto pelos nazis (1933-1945)*, o volume de Reinhold Schwarz (2006) sobre *Os Alemães em Portugal 1933-1945*, assim como diversos contributos de Luís Reis Torgal (2009), que foram recentemente reunidos nos dois volumes da sua

literatura e cultura por uma época politicamente repressiva e civilizacionalmente regressiva não representa uma surpresa. Se considerarmos tratar-se de um período histórico pouco ou nada propício à produção (inter)cultural baseada numa concepção humanista e cosmopolita, esse «capítulo sombrio» das relações luso-alemãs não se configura, de facto, particularmente atractivo. À excepção do estudo da cultura alemã no exílio durante os tempos do nacional-socialismo, fenómeno que trouxe a Portugal figuras importantes da vida artística, filosófica, cultural e literária da Alemanha e da Áustria – embora, na maior parte dos casos, apenas transitoriamente e sem que tenham deixado significativos registos literários dessa passagem por Lisboa como «sala de espera» para a liberdade transatlântica –,⁴ do ponto de vista de uma área de estudo primordialmente vocacionada para as «belas letras», é natural que as multifacetadas zonas de contacto entre o Estado Novo e a Alemanha nazi não tenham, até há alguns anos atrás,⁵ suscitado o interesse da comunidade dos estudiosos das relações luso-alemãs.

obra, significativamente, intitulada de *Estados Novos. Estado Novo* e em que os capítulos V e VI da Parte I (pp. 249-367) e ainda o capítulo V da Parte II sobre o “Estado Novo, Europa e Atlântico” (pp.499-533) são de particular interesse para as relações luso-alemãs no período em questão. No que diz respeito a estudos que incidem sobre o intercâmbio ao nível de casos pessoais no contexto aqui em análise, vejam-se também António Louçã/Isabelle Paccaud (2007) sobre as “Ligações perigosas de um dirigente judeu com a Alemanha nazi” e o trabalho jornalístico de José Pedro Castanheira (2010) dedicado a “Um cientista português no coração da Alemanha nazi”.

⁴ Sobre a passagem de figuras proeminentes da vida cultural alemã e austríaca por Portugal durante a sua fuga ao nazismo, vejam-se, entre outros, Gersão (1992), Zur Mühlen (1992), Correia (1996) e Pimentel (2006). O caso de Ilse Losa, cuja descendência judaica a levou, ainda muito jovem e antes da chegada do partido nacional-socialista ao poder, a refugiar-se com os seus pais primeiro em Inglaterra e depois, em 1934, no Norte de Portugal, onde acabaria por permanecer até à sua morte em 2006, constitui uma rara excepção entre os refugiados do regime nazi que por aqui passaram.

⁵ Alguns exemplos de um primeiro «despertar» de germanistas para esse nebuloso capítulo da história luso-alemã são representados pelo estudo de Opitz (1990) sobre o «retrato» contemporâneo do Estado Novo num livro do escritor de viagem alemão Friedrich Sieburg, que denota claras simpatias com os regimes do *Neues Portugal* e da Alemanha nacional-socialista, assim como pelas comunicações de Grossegesse (1996) e de Matos (1996) apresentadas ao *IV Encontro Luso-Alemão*,

Provavelmente impulsionada pela viragem de paradigma que, nos últimos anos, tem vindo a cunhar cada vez mais os estudos literários no sentido de se auto-conceberem como uma subárea dos Estudos Culturais (*cultural turn*), a relativa apatia da investigação literária em relação a uma época tão escassa em «boa cultura» sofreu nos tempos mais recentes uma notória alteração. Conforme ficou sinalizado pela organização quase simultânea, em 2008, de dois colóquios relacionados, entre outros aspectos, com as relações luso-alemãs na era do(s) fascismo(s),⁶ tem-se vindo a assistir, por parte dos investigadores da literatura e cultura, a uma progressiva tomada de consciência de que as relações interculturais e respectivas memórias colectivas não se tecem apenas de momentos e elementos pródigos e “rememoráveis”, mas também de zonas de contacto sombrias e traumáticas que urge enfrentar e discutir de forma desapassionada.

Os tempos das «grandes narrativas» e da escrita linear que, em prol de um «sentido único», não permitem (auto)reflectir a sinuosidade inerente aos processos (inter)culturais já há muito que fazem (ou deveriam fazer) parte da própria História, tal como, de resto, a seguinte conclusão do estudo da autoria de Strasen e Gândara (1944: 464) sobre *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, obra que seria publicado poucos meses antes da derrota final do *Terceiro Reich* numa «guerra total», em que Portugal fora, apesar de oficialmente neutral,

sendo que a primeira analisa a influência alemã sobre a criação da «Mocidade Portuguesa», enquanto a segunda fornece uma primeira abordagem do fenómeno do turismo da «Força pela Alegria» e seu impacto em Portugal, temática essa que resultaria numa tese de mestrado defendida em 1997, ano em que, curiosamente, também Emonts (1997) dedicou um breve artigo à passagem dos cruzeiros dessa organização nazi pela Madeira. Mais recentemente, há a destacar o catálogo bibliográfico editado, sob a coordenação de Maria Manuela Gouveia Delille e Karl Heinz Delille, em 2003, na série *cadernos do cieg*, que oferece à comunidade interessada nas relações luso-alemãs uma ferramenta muito útil sob a forma de uma listagem exaustiva das *Publicações do período nacional-socialista existentes no Instituto de Estudos Alemães da Faculdade de Letras de Coimbra*.

⁶ A saber, o 8º Encontro Luso-Alemão, na Universidade de Aveiro, em que foram apresentadas várias comunicações relacionadas com a época aqui especificamente abordada, assim como o colóquio interdisciplinar na Universidade do Minho (Braga) que foi exclusivamente dedicado às múltiplas *Zonas de Contacto: Estado Novo/Terceiro Reich* e cujas comunicações se encontram reunidas no presente volume.

um aliado estrategicamente importante das diversas forças beligerantes:

A vida continua. Sejam quais forem as vicissitudes do Porvir, uma coisa se pode afirmar, com o exemplo e o penhor de oito séculos de estima e de cooperação recíprocas, de camaradagem europeia e de identidade de objectivos espirituais: a tradicional amizade luso-alemã viverá sempre, porque corre no sangue dos dois povos!

II

O próprio facto de o projecto supracitado ter sido desenvolvido, sob o patrocínio do Instituto Ibero-Americano de Berlim, por um parceria luso-alemã precisamente no auge do(s) fascismo(s) europeu(s) constitui por si só um claro indicador das multifacetadas tentativas de aproximação entre o Estado Novo e a Alemanha nacional-socialista. Mas a manifesta instrumentalização da «gloriosa» tradição do «lusofilismo» alemão (*ibidem*: 456) e da germanofilia portuguesa que caracteriza o referido estudo – estudo esse que, apesar do mérito de proceder, de forma pioneira, a um minucioso levantamento dos múltiplos contactos ao longo de oito séculos, denota, como se viu, uma nebulosa visão organicista, para não dizer rática, das relações interculturais, nitidamente enquadrada com a ideologia nacional-socialista – foi apenas um meio, entre outros, a que se recorreu para legitimar e solidificar as «afinidades electivas» entre duas «grandiosas nações», que então se auto-concebiam ambas como «fortalezas de defesa», quer contra a alegada decadência de um Ocidente demoliberal, quer contra a «ameaça comunista» no Leste.

Uma forma mais eficaz do ponto de vista mediático do que a do recurso a um discurso (pseudo) científico retoricamente empenhado na construção de uma histórica «aliança sanguínea» luso-alemã, com vista a incentivar, em tempos de conflito, um forte sentimento de união entre dois países geograficamente tão distantes, foi o turismo sob a alçada da organização nazi *Kraft durch Freude* (KdF). Se considerarmos que essa gigantesca instituição do Estado

nazi possibilitou, entre 1935 e 1939, a um total de cerca de 20 mil cidadãos alemães (e, depois da anexação da Áustria em 1938, também a algumas centenas de austríacos) obterem *in loco* as suas primeiras impressões do longínquo e exótico «país amigo» chamado Portugal, não restarão dúvidas quanto ao seu impacto. O interesse e potencial dessa «familiarização» (aparentemente, apenas) turística para os propósitos do estreitamento das relações luso-alemãs são, ainda que sob a forma da característica demagogia populista nazi, atestados pela seguinte afirmação de Strasen e Gândara (*ibidem.* 462):

Um importante elemento de aproximação luso-alemã foram as viagens dos navios da «Fôrça pela Alegria». Não se pode deixar de falar nele. Milhares de operários – genuínos representantes do povo alemão – tiveram ensejo de conhecer as belezas de Lisboa, da Madeira e de muitos outros pontos de Portugal, de onde levaram indeléveis recordações. Maravilhas de Arte, padrões de História, paisagens admiráveis passaram a ser familiares a numerosos homens e mulheres – simples empregados, operários e camponeses – da Alemanha, a quem foi despertado o desejo de estudar o passado e o presente de um povo que tanto os interessou.

Conforme de seguida me proponho demonstrar, as multifacetadas funções que o regime nacional-socialista atribuiu aos «cruzeiros atlânticos» da «Força pela Alegria» extravasaram largamente o domínio turístico e o alegado despertar de um interesse de índole meramente (inter)cultural. Para averiguar em que medida o gigantesco e dispendioso aparato da KdF terá contribuído, quer para a aproximação luso-alemã e respectivas auto- e hetero-imagens colectivas, quer para a execução das estratégias do regime do *Terceiro Reich* ao nível da política nacional e internacional, farei primeiro uma breve apresentação do contexto político e sociocultural em que se insere essa peculiar variante de um turismo de massas de cariz alegadamente social. Depois dessa contextualização, procederei a uma análise, necessariamente sucinta, das diversas formas de mediatização (literária, jornalística e imagética) das viagens marítimas da «Força pela Alegria» com escalas em Lisboa e na Madeira. Os

principais objectos de observação serão constituídos, por um lado, pelas encenações textuais das «impressões portuguesas» patentes em diversos relatos públicos e secretos dessas viagens e, por outro, pela recepção da mediática presença dos navios e turistas da KdF em alguns artigos da imprensa portuguesa da época.

III

Numa obra de referência sobre o género da literatura de viagens na Alemanha, Peter J. Brenner (1990: 628s) constata:

O *Tercero Reich* apoderou-se de um modo virtuoso, tal como de muitas outras técnicas e formas de vida modernas, também da viagem turística, transformando-a num meio de estabilização do seu poder que se estendeu até ao domínio dos tempos livres.⁷

De facto, no contexto do processo da *Gleichschaltung*, ou seja, da «sincronização» ou «uniformização» de todas as áreas da sociedade que o regime nacional-socialista encetou logo que chegou ao poder com uma mestria incomparável a qualquer outro regime ditatorial, também o domínio dos lazeres, nomeadamente o turismo, fora submetido ao controlo do Estado. Assim, no dia 2 de Maio de 1933 foram desmanteladas todas as organizações sindicalistas, assim como outras associações dedicadas à ocupação dos tempos livres, sendo substituídas pelo pseudo-sindicato da *Deutsche Arbeitsfront* (DAF) [Frente de Trabalho Alemã] que filiava sob sua alçada *obrigatoriamente* todos os «trabalhadores», conceito este que na ideologia nazi, demagógica e populisticamente dilatado, abrangia tanto o agricultor, passando pelo operário fabril e empregado da área dos serviços como os próprios patrões. Basicamente inspirada no modelo do fascismo italiano, que já na década de 20 criara uma organização de lazeres com o nome *Dopolavoro*, instituiu-se então, como suborganização da «Frente de Trabalho Alemã», a *Nationalsozialistische Gemeinschaft Kraft durch Freude* (KdF), ou seja, a «Comunidade Nacional-Socialista Força pela Alegria», cuja secção de turismo, o *Amt für Reisen, Wandern und*

⁷ Todas as traduções do alemão são da responsabilidade do autor deste artigo.

Urlaub, iria empenhar-se, até ao início da guerra, na organização de dezenas de milhares de excursões a nível nacional e de várias centenas de viagens ao estrangeiro. De acordo com os investigadores das ciências do turismo, este forte empenho na área do turismo terá transformado a *Kraft durch Freude* – embora com outras funções se não apenas esta – no “maior operador turístico da época a nível mundial” (Spode 1991: 82). O projecto megalómano da construção de uma estância balnear na ilha de Rügen no Mar Báltico que albergasse sob a alçada da «Força pela Alegria» 20 mil veraneantes ao mesmo tempo, ainda que devido aos elevadíssimos custos da guerra tivesse ficado por concluir,⁸ representa um reflexo inequívoco da importância que o regime nacional-socialista atribuía ao controlo dos tempos livres, e isto precisamente com o intuito de que esses tempos e espaços privados deixassem de ser «livres».

A par das populares viagens de comboio à Itália, parte significativa das excursões da «Força pela Alegria» ao estrangeiro aconteceram sob a forma de viagens marítimas que o regime propagandeava como «cruzeiros de operários» (*Arbeiterkreuzfahrten*), não obstante o facto comprovado de nem sequer 20% do total dos turistas que usufruíram deste tipo de viagens ter pertencido à classe trabalhadora. Os «navios sem classes» da KdF foram utilizados tanto em cruzeiros no Mar do Norte e no Báltico, nomeadamente nas viagens muito populares pelos fiordes da Noruega, como também em cruzeiros mediterrânicos. Estes últimos incluíam destinos tão variados como a costa meridional e arquipélagos da Espanha, a Itália, a costa dalmata, a Grécia e até o Norte de África, onde faziam escala em Trípolis, capital da Líbia, então colónia italiana. Como facilmente se poderá constatar, exceptuando os países escandinavos – em que por razões de incompatibilidades políticas se prescindiu de excursões em terra – todos estes Estados turisticamente visitados sob a bandeira da «roda solar» (*Sonnenrad*), o símbolo oficial da «Força pela Alegria», faziam parte de um grupo de países que se poderá designar de uma Europa fascizada entre as duas guerras mundiais. A par desses cruzeiros mediterrânicos, as chamadas *Atlantikfahrten* rapidamente se transformariam na mais apetecida e mais prestigiada oferta do

⁸ Veja-se, a este respeito, Rostock/Zadnicek (1992)

programa de luxo das *KdF-Kreuzfahrten*. Com uma duração média de aproximadamente duas semanas, o pacote dessas «viagens atlânticas» incluía escalas de dois a três dias em Lisboa e no Funchal. Enquanto à capital portuguesa e à Madeira se organizaram, entre 1935 e 1939, ao todo cerca de uma dezena de cruzeiros que trouxeram ao território português um total de mais ou menos 20 mil turistas germânicos, os Açores, por razões climáticas pouco favoráveis para saciar a enorme «fome de sol» dos povos setentrionais, estiveram apenas por uma vez, na Primavera de 1935, na rota desses cruzeiros atlânticos.

O impacto real não só desses cruzeiros, verdadeira jóia de coroa e montra internacional da política social do regime nazi, mas também de outras medidas relacionadas com a área do trabalho e dos lazeres, como, por exemplo, o direito legal a férias pagas para todos os trabalhadores e o empenho do regime no sentido de minimizar os custos da viagem turística tornando-a assim mais acessível às camadas sociais menos favorecidas, é inquestionável. Passadas três décadas sobre a «querela dos historiadores» (*Historikerstreit*) na Alemanha, cuja polémica teve a inestimável vantagem de ter causado uma profunda discussão e detalhada revisão das mais diversas facetas do nacional-socialismo, essa vertente modernizante do fascismo – sobretudo na sua versão totalitária alemã – é hoje um aspecto consensual entre os especialistas, ainda que se trate de uma “modernidade simulada” (Mommsen, 1991) ou de um “reactionary modernism” (Herf, 1984), que se caracterizou por uma «dupla face» de sedução e repressão, de fascínio e violência (cf. Reichel, 1993). Na perspectiva mais específica das ciências do turismo, as viagens da *Kraft durch Freude* constituem precisamente um dos referidos factores de modernização, já que representam um ponto de viragem na evolução desse domínio sociocultural, sendo consideradas uma etapa inovadora e decisiva no sentido, não ainda de uma democratização da viagem, conforme o próprio regime nazi alegava, mas de uma popularização e tendencial massificação do acesso ao turismo. (cf. Spode, 1991).

IV

Ora, como é evidente, essas transformações ao nível da organização e do funcionamento das práticas turísticas ocorridas nos

anos de 1930 têm também implicações significativas no que diz respeito à questão da representação da viagem. Uma vez que o objectivo principal da organização «Força pela Alegria» não era, de modo algum, o de “criar uma associação de excursionistas, nem um clube de diversão” para “apenas se ficar a conhecer a Itália ou se ver Portugal”, como salientava Robert Ley, o responsável máximo dessa instituição, num discurso proferido a bordo de um navio da KdF em 1938, mas sim o de, em última instância, “fortificar os nervos dos alemães” para que, quando o *Führer* decidir solucionar a “questão urgentíssima da falta de solo”, os “80 milhões de alemães” possam enfrentar essa tarefa com vigor (*apud* Fromann, 1992: 113), a questão da encenação e divulgação desses «cruzeiros para trabalhadores» por via de todos os meios/média possíveis assumir-se-ia como um factor de importância extrema para o regime. É pois sobejamente conhecida a centralidade que a política nacional-socialista, mormente na pessoa do Ministro de Propaganda Goebbels, atribuía às novas tecnologias, sobretudo porque estava bem ciente da particularidade de os novos meios audiovisuais, como a fotografia, a rádio e o cinema, apelarem, por contraste à palavra escrita, muito mais aos sentidos do que ao sentido, isto é, mais ao sentimento do que à razão, representando, por isso, meios mais propícios à «teatralização» da realidade política, social e cultural. Vejamos, portanto, como é que se procedeu à encenação e mediatização desses eventos turísticos da KdF, nomeadamente das «luxuosas» viagens marítimas supostamente destinadas ao «povo simples», mas das quais, em boa verdade, em média nem sequer um em cada mil alemães pôde usufruir.

Nas duas primeiras décadas do século XX, o fenómeno da viagem, quer como tema literário e símbolo de emancipação política, quer como prática sociocultural, tinha registado um impressionante incremento. Tanto na sua vertente exótica e subliminarmente imperialista, representada por escritores como Edwin Erich Dwinger ou Hans Grimm na sua obra programática *Volk ohne Raum* (Povo sem Espaço), como também numa vertente vincadamente politizada da literatura de viagens, que nos anos vinte contou com representantes ligados aos movimentos socialista e comunista tão proeminentes como Ernst Toller, Kurt Tucholsky ou Egon Erwin Kisch, assistira-se, sobretudo nos anos da República de Weimar, a um fenómeno que

Siegfried Kracauer (1977: 40s) descrevera, num ensaio originalmente publicado em 1925, como uma nova “paixão espaciotemporal” e um enorme “ímpeto para viajar», que, em conjunto, formariam o que ele apelida de um “culto do movimento”, ou seja, de um verdadeiro frenesim de mobilidade, que atravessaria toda a sociedade. Contrariamente à opinião corrente de que o *Terceiro Reich* significou o fim abrupto dessa evolução, o regime nacional-socialista não só demonstrou saber do enorme valor simbólico e sentimental da viagem, como tomaria uma série de medidas para o funcionalizar a seu favor. Por isso mesmo, fomentou toda e qualquer forma da representação da viagem e encetou todos os esforços para instrumentalizar a generalizada apetência turística no sentido dos seus propósitos ideológicos. Perante esses fins de doutrinação e a conseqüente estabilização do regime, seguiu-se uma estratégia de mediatização que tentava conciliar a tradição com as inovações no domínio dos novos *massmedia*. Deu-se, assim, por um lado, continuidade ao «velho» relato de viagens, convidando-se escritores enquadrados na *Weltanschauung* nazi a participarem nas viagens marítimas da «Força pela Alegria» para depois as encenarem sob as mais diversas formas literárias. Por outro lado, investiu-se sobejamente em variadíssimos meios e formatos visuais, tais como brochuras, «atlas de bolso» (*Taschenatlas*) com informações diversas sobre o funcionamento e os trajectos da frota da KdF, postais ilustrando os imponentes paquetes, «libretos» com as notas e letras de canções que se deveriam cantar alegremente em grupo durante as viagens terrestres e marítimas, assim como livros de divulgação luxuosamente encadernados e recheados de fotografias dos «cruzeiros para operários», eventos esses que também passariam a ser repetida e insistentemente evocados na imprensa jornalística e nos mais diversos tipos de revistas. Mesmo no cinema, nomeadamente na *Wochenschau*, isto é, uma espécie de «tele-semanário» de então, se passavam filmes pseudo-documentais sobre as viagens atlânticas e mediterrânicas.⁹

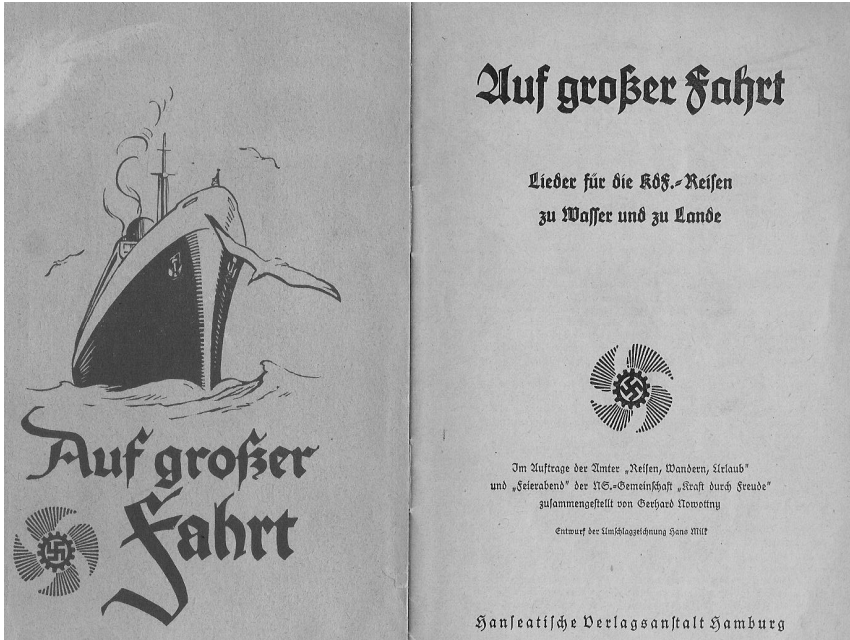
⁹ Durante as minhas investigações, deparei, no *Bundesarchiv* (BA) do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RFA, com dois filmes especificamente dedicados às «viagens atlânticas» com os títulos paradigmáticos «Arbeiter heute» (Trabalhadores de hoje) e «Schiff ohne Klassen» (Navios sem classes), metragens essas que tive

Esta quase omnipresença audiovisual dos exóticos cruzeiros da «Força pela Alegria» era ainda intensificada por uma imensidão de coloridos cartazes a «adornar» o espaço público, cartazes esses que eram afixados em montras do comércio e nos corredores das mais diversas instituições privadas e repartições estatais.



Capa e contracapa do «Atlas de bolso» da «Força pela Alegria»

oportunidade de apresentar ao *IV Encontro Luso-Alemão* (Lisboa, 1995) no formato de uma cópia em vídeo autorizada do BA.



O cancionero da «Força pela Alegria»

Em suma, podemos considerar que em torno do fenómeno do turismo da «Força pela Alegria» emergiram novas formas multimédia da representação da viagem que extravasariam o seu tradicional meio constituído pelo «bom velho livro» de viagens. Para além de terem proporcionado aos poucos privilegiados que de facto nelas participaram de forma activa um contacto físico-real com paisagens e povos estrangeiros, as viagens marítimas da *Kraft durch Freude* representaram, para a esmagadora maioria da população alemã, experiências mediatizadas, por assim dizer, viagens virtuais num espaço semiótico multimedial extremamente denso, antecipando assim, de certa forma, as vivências telemáticas de espaços longínquos que os «canais mágicos» (McLuhan), isto é, a televisão e, posteriormente, o *hypermedium* Internet, viriam a aperfeiçoar. Mais do que à experiência turística propriamente dita, ao contacto com o Outro numa situação de *face to face*, o enorme sucesso e a grande popularidade da secção de turismo da «Força pela Alegria» ter-se-á

portanto primordialmente devido à hábil estratégia de se ter abundantemente preenchido, numa espécie de *visual overload*, o espaço público com as mais variadas alusões e representações visuais desse fenómeno.

V

O efeito dessa omnipresença visual dos cruzeiros da KdF a destinos então percebidos como regiões exóticas, como, por exemplo, Portugal e, sobretudo, a Madeira, seria adicionalmente potenciado por outros factores que transcendem a dimensão meramente medial a que me tenho vindo a referir. O forte impacto que esse fenómeno terá causado junto da opinião pública alemã e estrangeira ter-se-á também devido a motivos de índole tão diversa como a carga simbólica inerente à própria imagem da viagem marítima e do navio como metáforas ancestrais, assim como ao *modus* viático do cruzeiro, a que ainda hoje associamos conceitos como o luxo e o exotismo, nomeadamente, quando envolve passagens por ilhas. Além destes aspectos relacionados com o que se poderá considerar os duradouros e persistentes «imaginários colectivos», há ainda a atender a factores, por assim dizer, mais mundanos e meramente quantitativos, tal como o facto de esses cruzeiros raramente terem sido organizados apenas com recurso a um único navio, mas a toda uma frota composta de três ou mais paquetes com um total de cerca de três mil turistas a bordo. As «viagens para trabalhadores» propagandeadas por todos os meios imagináveis não poderiam ter passado despercebidas nem aos alemães, que se moviam diariamente no espaço medial acima descrito, nem aos povos visitados, neste caso concreto, aos habitantes de Lisboa e do Funchal. Recordemo-nos de que estes cruzeiros se realizaram na década de trinta, portanto numa altura em que Portugal continental não era, nem de perto nem de longe, o país turístico em que se foi transformando a partir de finais dos anos 1960 e cuja população está hoje sobejamente habituada à presença maciça de estrangeiros. Um grupo enorme de três a quatro milhares de excursionistas alemães desembarcando todos no mesmo dia e espalhando-se por Lisboa e arredores em apenas poucas horas teria obrigatoriamente de saltar à vista dos residentes

das regiões visitadas. Os jornais portugueses da época reflectem abundantemente o impacto dessas «invasões» semestrais pelos vários milhares de “vikings da KdF” – sendo esta, aliás, uma autodesignação utilizada pelo escritor Jakob Schaffner (1936: 68) num dos relatos dessas viagens a Portugal com o título emblemático de *Volk zu Schiff* (Povo a Bordo). Neste sentido, não é particularmente surpreendente que as numerosas notícias, quase sempre de primeira página, sobre esses eventos nos mais diversos diários portugueses também não tenham passadas despercebidas a José Saramago durante o seu estudo dos arquivos jornalísticos com vista à reconstrução literária do quotidiano lisboeta em 1935/36, ou seja, o tempo narrado no seu romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, no decorrer do qual o seu protagonista depara com

uma fila de carros eléctricos apinhados de gente loura de cabelo e rosada de pele, são alemães excursionistas, operários da Frente Alemã do Trabalho, quase todos vestidos à moda bávara, de calção, camisa e suspensórios, o chapelinho de aba estreita, pode-se ver facilmente porque alguns dos eléctricos são abertos, gaiolas ambulantes por onde a chuva passa quando quer, [...] que irão dizer da nossa civilização portuguesa estes trabalhadores arianos, filhos de tão apurada raça, que estarão eles pensando agora mesmo dos labregos que param para os ver passar [...]. (Saramago, 1984: 217)

O que os turistas da KdF terão de facto pensado da “civilização portuguesa” e dos “labregos” lusos é, evidentemente, impossível saber; mas qual a impressão e a imagem com que alguns escritores e ideólogos do regime nazi queriam que eles ficassem, disso já é possível aproximarmo-nos através da análise de diversos relatos sobre esses cruzeiros. Inversamente, o estudo dos artigos da imprensa portuguesa de então sobre esses eventos dá-nos também a possibilidade de intuímos a imagem oficial dos turistas da «Força pela Alegria» que os *opinion makers* do regime salazarista terão desejado inculcar aos portugueses. A respeito desta imagem transmitida pelos

jornais (censurados) do Estado Novo,¹⁰ pode-se afirmar, em termos sucintos, que consistiu *grosso modo* numa visão deveras apologética do fenómeno *Força pela Alegria*, já que – e cito, a título de exemplo representativo de muitas outras referências a esse respeito na imprensa da época, uma breve passagem d’*O Comércio do Porto* do dia 20 de Março de 1935 – “é lisonjeiro para nós registar que Portugal é o primeiro país a receber esta embaixada de paz e trabalho”. N’*O Século* (17.03.1935) elogia-se a exemplar “ordem, disciplina e alegria” dos turistas da «Força pela Alegria», que num artigo publicado no *Diário Português* editado no Rio de Janeiro (23.10.1937) são descritos como “gordas damas, homens altos e fortes, faces duras e tismadas de sol – homens de trabalho e não turistas ociosos e endinheirados (que) animaram a cidade (de Lisboa)”. Para reforçar a simpatia com que a população portuguesa deveria acolher esses turistas alemães, além de se apelar à positiva auto- e hetero-imagem do povo luso tradicionalmente tido por hospitaleiro, na imprensa portuguesa também se recorreu a uma argumentação menos «sentimentalista», por assim dizer, mais racionalista, pragmática e economicista, por via da qual se tentava demonstrar os benefícios materiais e políticos para Portugal proporcionados pelas “amigáveis visitas” da «Força pela Alegria». Assim, num longo artigo publicado no *Diário da Manhã* de 8 de Outubro de 1937, com o título “A *Kraft durch Freude* e a Propaganda de Portugal”, o alto-funcionário do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) António de Menezes, um declarado germanófilo que na década de 30 viajou pela Alemanha, tendo inclusivamente participado num cruzeiro pelos fiordes da Noruega a convite de Robert Ley, escreve o seguinte:

A população de Lisboa já está habituada a estas visitas (da Força pela Alegria) e é com carinho e interesse que as acolhe, curiosa das suas impressões e preferências e encantada com a alegria e a compostura dos milhares de excursionistas. Estes visitam a cidade em densos grupos, movimentam os cafés e as cervejarias. [...] Tratando-se a Alemanha do país que anualmente maior número de turistas nos envia, e que actualmente mais se entrega ao prazer

¹⁰ Para uma abordagem mais detalhada da recepção do fenómeno KdF na imprensa portuguesa, veja-se Matos (1997: 135-143)

das viagens – a KdF é ali o nosso melhor agente de propaganda. [...] Portugal tem no Dr. Roberto Ley [...]– bem como na Secção de Viagens da agremiação operária - um dos melhores e um dos mais dedicados admiradores e dos mais poderosos colaboradores na tarefa de tornar conhecidas as nossas belezas naturais e o carácter do nosso povo. [...] A propaganda turística de Portugal na Alemanha, nos últimos anos, tem sido levada a efeito na quási totalidade pela KdF, pelos seus operários e pelos milhares de turistas alemães que semanalmente nos visitam. [...] O resultado final é, assim, para nós, extremamente lisonjeiro, e faz aumentar a nossa simpatia pelo povo alemão e torna-nos especialmente gratos à KdF.

Hábil propagandista dessa nova «amizade de povo para povo», no mesmo artigo, Menezes empenha-se também em exaltar a auto-estima dos leitores portugueses e descrever-lhes - «verdadeiro» mediador intercultural - algo da «cândida» e «melancólica» psicologia dos alemães:

Quando regressam ao seu país, estes operários da KdF vão cheios do calor do clima do sul, vibrantes do acolhimento simpático da nossa população e impregnados com o bálsamo duma viagem de 15 dias na esfera azul do Atlântico. Durante meses, durante uns anos, Lisboa, a Madeira e Portugal são o assunto predilecto da sua conversa, encanto das noites de visitas íntimas, a curiosidade satisfeita dos amigos à beira de sucessivas canecas de cervejas e do «Abendbrot», querem ouvir contar da luminosidade do nosso sol, da pureza do nosso céu, do exotismo das palmeiras que temos, do calor do nosso sangue e do ímpeto da nossa raça. Sobre as mesas da sala de estar há livros, gravuras, álbuns de postais e de fotografias que lembram a viagem e dela falam, que atestam aos amigos o recente e invejável contacto com a gente e a paisagem do sul. (...) Enfim, poucos são – e disso temos prova testemunhal – os que não levam uma agradável impressão de curiosidade e de inédito, bordada sobre qualquer pormenor que lhes feriu a atenção e a nós passa despercebido, deixando-lhes no cérebro e no coração uma saudade, uma doce recordação que é a nossa melhor propaganda. Sobre esse ponto de vista nenhum povo como o alemão é mais grato e mais facilmente satisfeito, sabendo procurar a nota folclórica, colhendo-a com benevolência e ternura e exaltando-a com entusiasmo.



Perante as estratégias de uma escrita deveras apelativa que se podem denotar neste trecho, será mesmo caso para se dizer que este propagandista profissional português aprendeu bem a «lição alemã» do mestre Goebbels. Pois, qual seria o português que, depois de ler esta doce descrição do turista alemão regressado a casa, ainda seria capaz de o receber na próxima paragem em terras lusas sem simpatia e entusiasmo?

VI

Mas passemos agora ao outro lado, isto é, à hetero-imagem dos portugueses que os «escrivães» do regime nacional-socialista se empenharam em projectar nas cabeças dos seus leitores. Desde já, há a constatar que sobre as «viagens atlânticas» e as passagens por Lisboa e pelo Funchal propriamente ditas há um corpus *textual* bastante diversificado.

Além de várias reportagens mais ou menos breves na imprensa alemã, entre as quais se destacam as publicadas no órgão oficial da «Força pela Alegria», a revista quinzenal *Arbeitertum*, destacam-se os relatos de viagens semi-ficcionais de Jakob Schaffner (1936) *Volk zu Schiff* e de Hans Biallas (1936) com o título *Der Sonne entgegen* (Rumo ao Sol), assim como a antologia *KdF-Das große Urlauberschiff* (Força pela Alegria - O Grande Navio de Turistas), editada por Otto Paust (1936), em que ombreiam textos de escritores conhecidos com os de turistas anónimos, alegadamente participantes dos «cruzeiros de operários». Esta diversidade dos géneros beletrísticos é complementada por uma peça de teatro de August Hinrichs (1936) com o título *Petermann fährt nach Madeira* (Petermann viaja até à Madeira), tratando-se de uma “heiteres Bühnenstück” [comédia] de cunho populista que, durante o ano de 1936, foi levada a cena em diversas cidades alemãs. Nesta peça, o sisudo e ensimesmado protagonista Petermann é submetido a um processo catártico, até finalmente se dissolver na «comunidade de bordo» que aqui reflecte o ideal místico nacional-socialista de uma *Volks-gemeinschaft* unida pelos laços sanguíneos da raça ariana. Todas estas publicações reportam-se às primeiras «viagens atlânticas» empreendidas em 1935 e 36. Em 1940, portanto já depois do início da guerra e o respectivo término dos «cruzeiros dos operários», edita-se ainda uma repor-tagem de Karl Busch (1940), luxuosamente encadernada e faustosamente ilustrada com fotografias, sobre as viagens ao “magnífico mundo colorido” das “Ilhas da Felicidade”, que são a Madeira e a ilha espanhola de Tenerife, com o longo e arcaizante título – fazendo lembrar os dos relatos de viagens renascentistas – *Nach den “Glücklichen Inseln”. Mit KdF-Flaggsschiff “Robert Ley” nach der farbenprächtigen Welt von Madeira und Teneriffa.*



Número especial da revista *Arbeitertum* dedicado
às «viagens madeirenses»
Capa do livro de Hans Biallas (1936): «Rumo ao Sol»

Face à conjuntura da política diplomática de então, ou seja, a de uma aproximação internacional de espécie «pan-fascista», não surpreende que a imagem de Portugal transmitida nesse género da «literatura de viagens KdF» seja, de um modo geral, francamente positiva. Em todos os relatos são salientadas as «afinidades electivas» entre dois Estados que tinham optado pela via das «revoluções nacionais», do antiparlamentarismo, dos partidos únicos, de regimes autoritários com chefes carismáticos, de modo a resistirem aos alegados malefícios das «decadentes democracias» e do temível bolchevismo e assim reataram os laços dos passados gloriosos do

povo alemão e português. A seguinte passagem do livro de Schaffner (1936: 68s) representa, a este respeito, um exemplo bastante elucidativo:

(Os vikings da Força pela Alegria) encontram a costa portuguesa, de um ponto de vista histórico, num estado de ascensão. Há alguns anos que Portugal é chefiado por um homem, cujo nome se encontra carinhosa e respeitosa na boca de toda a gente: Oliveira Salazar, o Primeiro Ministro, que conduz o país, de forma lenta mas firme e segura, para fora do pântano da época passada. Para um povo a despertar não há visão mais agradável do que a de um outro povo a despertar! Isto é mais uma razão para a amizade. Estas viagens ainda poderão surtir efeitos muito profundos ao nível de política externa.

Esta imagem explicitamente politizada de Portugal e da amizade luso-alemã é complementada por enfáticas e repetidas evocações do carácter exótico simbolizadas por «emblemas» nitidamente turísticos, tal como o Sol, o céu limpidamente azul, o intenso colorido da fauna e da flora, assim como, evidentemente, o mar e as palmeiras. É esta a visão «paradisíaca» que se oferece logo à chegada a Lisboa. Ainda a bordo do navio, os viajantes deparam com o seguinte cenário em que o apelo do exótico se mistura com o orgulho pátrio simbolizado pelas bandeiras nazis na embaixada alemã (Biallas, 1936: 32):

A partir do alto do navio, que oferece uma boa panorâmica, os turistas (da KdF) têm tempo suficiente para observar o mundo estranho. Entre as gruas e os armazéns na zona portuária existem palmeiras. Por todo o lado crescem pinheiros, ciprestes e jardins florescentes de uma riqueza de cores que somente o Sol meridional consegue criar. Lá no alto sobre a cidade ergue-se o edifício da Legação Alemã, sobre o qual ondulam duas gigantescas bandeiras com a cruz suástica.

É fácil perceber-se que esta descrição «romântica», verdadeiro quadro *kitsch*, é tudo menos ingénua. Apesar de em todos os relatos desses «cruzeiros atlânticos» não se poupar elogios à «beleza natural» de Portugal, à simpatia e hospitalidade dos portugueses e ao regime estado-novista que, supostamente, combateria a lassidão, a mendigagem e sujidade herdadas da «decadência liberalista» das décadas anteriores, o contacto com o Outro é, sempre que possível, instrumentalizado para enaltecer a «nova» Alemanha nacional-socialista. Enquanto os relatos de viagens destinados à opinião pública se mostram claramente empenhados numa retórica que, em simultâneo, propagandeia a nova amizade luso-alemã e tenta incutir aos alemães um forte sentimento de orgulho patriótico, há, relacionado com estas viagens marítimas da «Força pela Alegria», uma outra espécie de representação do contacto intercultural que já não deixa qualquer dúvida acerca da «imagem verdadeira» que os viajantes convictamente nacional-socialistas projectaram dos portugueses.

VII

Refiro-me aos *Spitzelberichte der Vertrauensmänner für Auslandsreisen*, ou seja, aos relatos de espionagem redigidos pelos chamados «Homens de Confiança para Viagens ao Estrangeiro» que participavam camuflados nos cruzeiros e redigiam uma espécie muito peculiar de «diários de viagem». Nesses relatórios, os agentes da *Gestapo* (*Geheime Staatspolizei*), isto é, da Polícia Secreta do Estado nazi, para além de mostrarem estar muito atentos aos comportamentos dos próprios turistas da *KdF* a bordo e em solo estrangeiro, traçam uma imagem dos portugueses bem menos positiva do que aquela mediatizada para consumo público. É certo que também nos relatos publicados aparecem, aqui e acolá, laivos de um chauvinismo mais ou menos explícito, assim, por exemplo, quando Schaffner (1936: 106s) descreve a Madeira como “um produto puramente natural”, onde “as culturas não se substituíram umas às outras”, e se refere aos seus habitantes como “seres humanos que vivem como os animais ou as flores” fazendo das rochas e das grutas suas casas. Em nítido contraste com “os altos, louros e activos Nibelungos” representados pelos turistas da *KdF*, os madeirenses são ainda caracterizados pelo

mesmo autor como “tranquilos, pequenos e simpáticos ilhéus meridionais” que, ao contrário, do povo germânico, não aspirariam à “liberdade e ao poder”. Outra faceta menos positiva, se bem que maioritariamente referida apenas *en passant*, é a frequente chamada de atenção para o “mosaico de raças” (Paust, 1936: 48) que pouco abonaria a favor da população portuguesa. No entanto, é sobretudo nos relatos secretos dos espíões-viajantes que o complexo de superioridade sociocultural, política e rácica se manifesta de forma mais evidente. Como seria de esperar, neste curioso espécime da «literatura de viagens», mais do que se enunciar as belezas turísticas, são sobretudo salientados os «dados sombrios» da sociedade portuguesa, conforme se pode verificar nos seguintes exemplos dessa estranha forma de representação intercultural:

A decadência e a sujidade de Lisboa e da grande massa de seus habitantes é tão impressionante que os nossos turistas regressavam profundamente abalados a bordo. (*Akten*, R 58/950/p. 79)]

As casas e o povo deixam uma impressão profundamente negativa de sujidade e falta de higiene, apesar de as condições de vida na cidade, comparadas às do interior do país, ainda poderem ser consideradas boas. (*Akten*, R 58/950, p. 89)

O que se torna sobremaneira insuportável para um estrangeiro é a mendigagem infantil. Não terá havido um único turista que não tenha sido repetidamente abordado por crianças e adolescentes mendigando cigarros e moedas alemães. (*Akten*, R58/950, p. 335)

Mas não só a miséria social, a mendigagem – sobretudo a infantil – e a sujidade impressionam os «Homens de Confiança» nacional-socialistas durante as suas missões em solo português. Também a questão da raça os incomoda, como se constata na seguinte entrada de um outro relatório:

O que (em Lisboa) salta à vista é a manifesta pobreza e a enorme imundice dos bairros operários. E também a generalidade da

população dá uma imagem negativa do ponto de vista rácico.
(*Akten*, R58/950, p. 335)

É evidente que a estes viajantes ao serviço do regime não interessava tanto fazer propaganda à nova amizade luso-alemã. Seguindo propósitos mais pragmáticos do que os veiculados na literatura de viagens da KdF destinada ao leitor/cidadão comum, estavam pois muito mais empenhados em relatar os dividendos concretos que estes contactos interculturais trariam para a política de enquadramento das massas por parte do regime nazi. Em praticamente todos os relatórios secretos que tive oportunidade de analisar se encontram referências à extrema utilidade dessas viagens ao estrangeiro para os propósitos da estabilização da paz social a nível nacional. Os seguintes excertos são a este respeito deveras representativos:

De um modo geral, no final da excursão, à grande maioria dos turistas não restaram dúvidas de que uma comparação entre os dois países a nível cultural e político, assim como no que diz respeito à limpeza e à atitude do trabalhador, resultava inequivocamente a favor da Alemanha. (*Akten*, R58/950, p. 5)

Os turistas não viram apenas as maravilhosas belezas naturais, como também ficaram com uma imagem das condições de vida e sociais (dos portugueses), que são em parte ainda muito más (...). É sobretudo este último aspecto que consideramos muito valioso, já que os trabalhadores alemães puderam aqui, num país estrangeiro, obter uma noção daquilo que a Alemanha já conseguiu atingir do ponto de vista da política social. No penúltimo dia da viagem, o capitão fez um apelo final aos turistas e no seu discurso chegou à conclusão de que, apesar de todas aquelas magníficas belezas naturais e das muitas novas impressões, não há nada que se possa comparar à Alemanha. (*Akten*, R58/950, p. 155)]

VIII

Mas os contactos entre portugueses e alemães proporcionados pelas «viagens atlânticas» não se cingiram apenas àqueles representados na multifacetada literatura sobre as viagens da «Força pela Alegria» e nos relatórios secretos. Tão-pouco aos encontros de rua entre turistas e visitados. Houve-os também a nível institucional. As implicações políticas - e isto ao mais alto nível - destes cruzeiros a terras lusas sob a bandeira suástica são pois evidentes. Em todos os «cruzeiros atlânticos» houve encontros, convites e visitas a nível oficial. O próprio Robert Ley, chefe da «Frente de Trabalho Alemã» e figura de destaque do regime nacional-socialista, durante o primeiro cruzeiro a Portugal, em Março de 1935, foi convidado do Presidente da República Portuguesa Óscar Carmona e de António Ferro no Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). A troca de galhardetes entre ilustres figuras da vida pública portuguesa e alemã por ocasião das festas a bordo dos paquetes da KdF ou de recepções dadas, quer pela embaixada alemã em Lisboa e pelo consulado no Funchal, quer pelo SPN e pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), encontram-se vastamente documentadas na imprensa portuguesa da época, onde eram ainda repetidamente realçados episódios simbólicos da amizade luso-alemã, como, por exemplo, a oferta de um leão-bébé por parte do jardim zoológico de Berlim, transportado para Lisboa num navio da *Kraft durch Freude*, ou, ainda, a atribuição, com pompa e circunstância, de uma medalha de mérito alemã e de um relógio de pulso a um operário portuário português que salvara a vida a um turista da «Força pela Alegria» caído às águas do porto de Lisboa.

É portanto notório que, no plano da política internacional, estas «viagens atlânticas» contribuíram para uma inegável aproximação diplomática luso-alemã, mais que não seja, passageiramente até ao início da guerra, altura em que Salazar, ao optar pela «neutralidade», se (semi-)distanciou do *Terceiro Reich*. Afinal, tratava-se precisamente de dois países que tinham acabado de enveredar por caminhos político-ideológicos (não idênticos, porque de facto não o foram) com notórias semelhanças estruturais que fariam dos portugueses e alemães, segundo as palavras do embaixador alemão em Lisboa, Baron von Hoyningen-Huene, proferidas em 1937 aquando da

condecoração do tal operário portuário a que atrás nos referimos, dois povos “unidos na luta contra a desordem e destruição”, em “defesa do Ocidente”, alegadamente ameaçado pelo comunismo que, logo ali, na vizinha Espanha, andaria a espalhar o terror. (*O Século*, 30 e 31.10.1937)

Já do ponto de vista da política social e cultural do próprio Estado Novo, as viagens da KdF serviram como exemplo e incentivo imediato à criação de organizações doutrinadoras estruturalmente semelhantes às existentes na Alemanha nacional-socialista. Assim, a própria «Força pela Alegria» iria fornecer o modelo para a criação da «Fundação Nacional para Alegria no Trabalho» (FNAT), instituída em Maio de 1935, ou seja, apenas dois meses após o primeiro cruzeiro KdF a Portugal, o que – como já a própria escolha do nome para essa nova organização parece indicar – não aconteceu certamente por acaso, conforme comprova um estudo historiográfico da autoria de José Carlos Valente (1999) em que se explica o contexto do surgimento da FNAT e a sua inspiração directa na congénere organização de lazeres alemã.

XIX

Para resumir e concluir, pode-se afirmar que, a par de terem contribuído para uma evidente aproximação entre Portugal e a Alemanha a diversos níveis, os «cruzeiros atlânticos» da «Força pela Alegria», mais do que servirem propósitos interculturais propriamente ditos, estiveram sobretudo ao serviço de objectivos sociopolíticos a nível *intracultural*, sem, no entanto, deixarem de visar algumas metas no plano da política internacional. Dito por outras palavras, por via do contacto intercultural e da comparação com um país economicamente menos desenvolvido, pretendeu-se incutir aos alemães um orgulho ainda maior da «nova» Alemanha, pacificar as massas trabalhadoras e enquadrá-las no ideário nacional-socialista, mas, ao mesmo tempo, também atrair potenciais aliados e «sondar» solos estrangeiros para eventuais conquistas no futuro. As viagens turísticas organizadas pela *Kraft durch Freude* e a sua intensa mediatização pelos mais diversos meios de comunicação de massas terão de ser assim perspectivadas como uma parte constitutiva da

estratégia geral de uma “mobilização total”, a que Ernst Jünger apelara, já em 1930, e que visava preparar o povo alemão para a «grande conquista de espaço vital» há já muito projectada por Hitler na sua «bíblia» do nacional-socialismo. (Matos, 2005) Estes *cruzeiros*, esta «marcha turística» da nação alemã – que foi, como se viu, apologeticamente recepcionada e apoiada pelo regime português de então – constituiu a primeira etapa de uma terrível *cruzada* que, por fim, conduziu vários milhões de vidas humanas à morte.



Primeira página de *O Século* (17/03/1935) noticiando a chegada a Lisboa da primeira excursão marítima da «Força pela Alegria»

Bibliografia

- Akten: Überwachung von Reisen in das Ausland*, Bestand R 58 – Reichssicherheitshauptamt, Bundesarchiv (Potsdam).
- Arbeiterium* (Revista quinzenal da DAF) [diversos números: 1935-1939].
- BIALLAS, Hans (1936), *Der Sonne entgegen! Deutsche Arbeiter fahren nach Madeira*. Berlin, Freiheitsverlag.
- BRENNER, Peter J. (1990), *Der Reisebericht in der deutschen Literatur. Ein Forschungsüberblick als Vorstudie zu einer Gattungsgechichte*. Tübingen, Niemeyer.
- BUSCH, Karl (1938) (Hrsg.), *Unter dem Sonnenrad. Ein Buch von Kraft durch Freude*. Berlin, Verlag der Deutschen Arbeitsfront.
- BUSCH, Karl (1940) (Hrsg.), *Nach den »Glücklichen Inseln«. Mit KdF-Flaggschiff »Robert Ley« nach der farbenprächtigen Welt von Madeira und Teneriffa*. Berlin, Verlag der Deutschen Arbeitsfront.
- Comércio do Porto* (20.03.1935)
- CASTANHEIRA, José Pedro (2010), *Um cientista português no coração da Alemanha nazi*. Coimbra, Tenacitas.
- CORREIA, Maria Assunção Pinto (1996), „Im ICE 572 Hannah Arendt. Einige Gedanken über den Stand der Forschung des Exils von 1933“, *RUNA. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos*, nº 25-26, pp. 457-464.
- Diário da Manhã* (08.10.1937)
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia (2007) (coord.), *Portugal-Alemanha. Memórias e Imaginários. Primeiro Volume: Da Idade Média ao Século XVIII*. Coimbra: Minerva.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia (2010) (coord.), *Portugal-Alemanha. Memórias e Imaginários. Segundo Volume: Séculos XIX e XX*. Coimbra: Minerva.
- EMONTS, Martina (1997), „«Força pela Alegria». O Mito da Ilha da Madeira na versão nacional-socialista“, in: Ana Maragarida Falcão *et al.* (org.), *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito*. Lisboa, Edições Cosmos, pp. 135-146.
- FROMMANN, Bruno (1992), *Reisen im Dienste politischer Zielsetzungen. Arbeiter-Reisen und Kraft durch Freude-Fahrten*. Diss., Historisches Institut der Universität Stuttgart.
- GERSÃO, Teolinda (1992), „A passagem de Alfred Döblin por Lisboa“, *RUNA. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos*, nº 17-18, pp. 57-64.
- GROSSEGESSE, Orlando (1996), „A lição alemã na Mocidade Portuguesa“, in: Marques *et al.* (coord.), pp. 185-197.
- HERF, Jeffrey (1984), *Reactionary modernism. Technology, culture and politics in Weimar and the Third Reich*. Cambridge, University Press.
- HINRICHS, August (s.d.), *Petermann fährt nach Madeira*, in: August Hinrichs, *Drei heitere Bühnenstücke*. Leipzig, Edmund Huyke Verlag, S. 120-251.
- JÜNGER, Ernst (1980), „Die Totale Mobilmachung“, in: Ernst Jünger, *Sämtliche Werke. Essays I. Betrachtungen zur Zeit*. Bd. 7. Stuttgart, Klett-Cotta, S. 119-142. [1ª ed.: 1930]
- KRACAUER, Siegfried (1977): „Die Reise und der Tanz“, in: Siegfried Kracauer, *Das Ornament der Masse*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, S. 40-49. [1ª ed.: 1925]

- LOUÇÃ, António (1997), *Negócios com os Nazis. Ouro e outras Pilhagens 1933-1945*. Lisboa, Fim de Século.
- LOUÇÃ, António (2005), *Portugal visto pelos Nazis. Documentos 1933-1945*, Lisboa, Fim de Século.
- LOUÇÃ, António/PACCAUD, Isabelle (2007), *O segredo da Rua d'O Século. Ligações perigosas de um dirigente judeu com a Alemanha nazi (1935-1939)*, Lisboa, Fim de Século.
- MARQUES, A. H. Oliveira et al. (1996), *Portugal – Alemanha – África. Do Colonialismo Imperial ao Colonialismo Político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão*. Lisboa, Colibri.
- MATOS, Mário (1996), “Turismo nazi em Portugal (1935-1939)”, in: Marques et al. (coord.), pp. 199-214.
- MATOS, Mário (1997), *As viagens marítimas da organização nazi Kraft durch Freude a Portugal (1935-1939): turismo, literatura e propaganda*. Diss. de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- MATOS, Mário (2005), „Tourismus und »Totale Mobilmachung« oder Kraft durch Freude-Auslandsreisen als interkulturelle Inszenierung“, in: Karl-Siegbert Rehberg et al. (Hg.), *Mobilität-Raum-Kultur. Erfahrungswandel vom Mittelalter bis zur Gegenwart*. Dresden, Thelem, pp. 247-263.
- MATOS, Mário (2010), “Os «cruzeiros atlânticos» da organização nacional-socialista *Força pela Alegria* (1935-1939) como encenação político-cultural da amizade luso-alemã”, in: Maria Manuela Gouveia Delille (2010), pp. 255-283.
- MOMMSEN, Hans (1991), „Nationalsozialismus als vorgetäuschte Modernität“, in: Hans Mommsen, *Der Nationalsozialismus und die deutsche Gesellschaft*. Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, pp. 405-427.
- O Comércio do Porto* (20.03.1935)
- OPITZ, Alfred (1990), „Friedrich von Sieburg: Estado Novo e Velho Portugal – um duplo retrato“, in: A. Gama Xavier /António Franco (eds.), *Aspectos da História Luso-Alemã*. Lisboa, pp. 103-110.
- O Século* (edições de: 17.03.1935; 30.10.1937; 31.10.1937)
- PAUST, Otto (1936) (Hrsg.), *KdF – Das große Urlauberschiff*. Berlin, Dresden, Wilhelm Limpert-Verlag.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2006), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa, Esfera dos Livros.
- Publicações do período nacional-socialista existentes no Instituto de Estudos Alemães da Faculdade de Letras de Coimbra. Catálogo Bibliográfico* (2003). Coimbra, cadernos do cieq, nº 6.
- ROSTOCK, Jürgen/ZADNICEK, Franz (1992), *Paradiesruinen. Das KdF-Seebad der Zwanzigtausend auf Rügen*. Berlin, C.H. Links.
- REICHEL, Peter (1993), *Der schöne Schein des Dritten Reiches. Faszination und Gewalt des Faschismus*. Frankfurt am Main, Fischer Verlag.
- SARAMAGO, José (1984), *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Lisboa, Caminho. [5ª ed.]
- SCHAFFNER, Jakob (1936): *Volk Zu Schiff. Zwei Seefahrten mit der „KdF-Hochseeflotte*. Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt.
- SCHÖN, Heinz (1987): *Die KdF-Schiffe und ihr Schicksal*. Stuttgart, Motorbuch Verlag.
- SCHWARZ, Reinhard (2006), *Os Alemães em Portugal 1933-1945. A colónia alemã através das suas instituições*. Porto, Antília Editora.

SPODE, Hasso (1991), „Die NS-Gemeinschaft »Kraft durch Freude« - ein Volk auf Reisen?“, in Hasso Spode (Hrsg.), *Zur Sonne, zur Freiheit! Beiträge zur Tourismusgeschichte*. Berlin, Werner Moser Verlag für universitäre Kommunikation, pp. 79-93.

STRASEN, E. A./GÂNDARA, Alfredo (1944), *Oito Séculos de História Luso-Alemã*. Berlim, Instituto Ibero-Americano.

TORGAL, Luís Reis (2009), *Estados Novos. Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural* (2 vols.). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

VALENTE, José Carlos (1999), *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa, Colibri.

ZUR MÜHLEN, Patrick von (1992), *Fluchtweg Spanien-Portugal. Die deutsche Emigration und der Exodus aus Europa*. Bonn, Verlag J. H. W. Dietz.

**Raça, força e coragem.
A questão da educação física
nas relações luso-alemãs**

Orlando Grossegeesse
[Universidade do Minho]

De acordo com as observações de Manuel Lucena (1976: 27), a ideologia salazarista incluía um nacionalismo político-cultural e não uma concepção de racismo biológico. Exceptuando nas colónias africanas, a dimensão racial não foi introduzida na noção de pertença à nação. Por seu turno, ao entroncar na biologia, o nacional-socialismo desembocou no extermínio de todos os que considerava de ‘raça inferior’, entre os quais nomeadamente judeus, eslavos e ciganos, definidos através de biometria e hereditariedade, métodos e conceitos colocados ao serviço de ideias social-darwinistas e da eugenia. As referidas observações de Lucena não invalidam que o Estado Novo também procurou uma definição rácica do povo, reinterpretando a tradição etno-racial iniciada na década de 70 do século XIX por Oliveira Martins e Teófilo Braga, a etnografia de José Leite de Vasconcelos e, finalmente, a idealização fantasiosa da ‘raça lusitana’ por Teixeira de Pascoaes como resultado de uma fusão ancestral entre populações, semitas e arianas, recebendo graças à invasão árabe e à sucessiva reconquista novos elementos de relevância filogenética.

Já na década de 70 do século XIX, surgiu a tendência de construir a predominância do elemento ariano, representado por gregos, romanos e povos germânicos, questionando o estatuto de raça dos moçárabes.¹ A exaltação germânica na matriz da população portuguesa, presente em Teófilo Braga, um reconhecido germanófilo, mereceu a crítica de Júlio de Vilhena que contrapõe a defesa do

¹ Correia Barata (1872) criticando *Epopéias da Raça Moçárabe* (1871) de Teófilo Braga (*apud* Sobral, 262-63)

elemento romano como mais relevante, uma posição compreensível sob o impacto da guerra franco-prussiana e o espectro do pangermanismo (*vd.* Sobral 2004, 263). A tentativa de Basílio Teles de estabelecer através do conceito de raça um sentido de comunidade baseada na ilusão de uma origem e um destino comuns advoga a fusão, idealizada no âmbito do Republicanismo. Por outro lado, a polarização racial entre o Norte e o Sul prepara posteriores propostas de propensão autoritária, nomeadamente da ‘colonização interna’ do Sul arabizado e semita pelo Norte, de raça ariana e germânica superior (*vd.* Cabral, 1979). Ao contrário de Teófilo Braga, expressa-se em Teles o desprezo pelos ociosos e manhosos comerciantes semitas, culpados da rápida decadência do império ultramarino, incluindo no seu anti-semitismo populações árabes, berberes e judeus. Sobral (2004: 272) considera a influência de Basílio Teles sobre o ideário da Renascença Portuguesa inquestionável. Falta-lhe, no entanto, a autoridade científica de um Mendes Correia (1919, 1924), que baseia as suas teorias na análise – na altura considerada científica – de indicadores físicos como pigmentação da pele, estatura, índice cefálico, capacidade craniana, índice nasal, etc. (Sobral, 2004: 273).

Sem entrar na análise das posições assumidas por António Sardinha, na transição entre as teorias etno-raciais do Republicanismo (Braga, Teles) e do Monarquismo, elogiado por Gustavo Cordeiro Ramos como “pioneiro espiritual da renovação do povo” [geistiger Wegbereiter der völkischen Erneuerung] (Ramos, 1938: 5), é de constatar que o Estado Novo da década dos anos 30 não foge de uma definição rática da população portuguesa. Após Mendes Correia, cabe sobretudo ao antropólogo Eusébio Tamagnini a aplicação de métodos de biometria na procura de elementos que fundamentem uma aproximação lusitana, sempre parcial, da ‘raça superior’ [Herrenrasse], ariana e germânica. Os seus mapas da distribuição de olhos azuis ou cabelo louro e ruivo no território nacional, com uma relativa dominância no Norte, encontram-se até aos anos sessenta nos livros escolares de geografia ou biologia², graças ao reconhecimento da sua autoridade também na área de política educativa. Ele chega a ser

² Obviamente, estamos a fazer uma leitura destes mapas (que também referem as cores castanho e preto) no sentido acima referido, só compreensível pelo contexto no qual surgiram.

ministro da Instrução Pública do Estado Novo, sucedendo nesta pasta em Outubro de 1934 ao germanista Gustavo Cordeiro Ramos, simpatizante aberto do movimento nacional-socialista. No caso de Eusébio Tamagnini, a lição inaugural do ano lectivo de 1934-35 na Universidade de Coimbra é elucidativa por acarinhar a política da ‘higiene de raça’ [Rassenhygiene] implementada pelo nacional-socialismo:

Podem discutir-se pormenores, pode discordar-se de certos processos, mas o que ninguém pode contestar é a seguinte afirmação de Hitler: “Numa época em que as raças se estão intoxicando a si próprias, o Estado que devote os seus cuidados aos seus melhores elementos étnicos dominará um dia o Mundo”. Longe de nós ideias imperialistas: o que afirmamos é simplesmente a necessidade dum *revalorização nacional*.³

Graças à ferramenta da biometria, ao recenseamento de características fenotípicas, também ficou definida a ‘raça lusitana’ em função de características físicas: pigmentação, sangue, formato do rosto, etc.. Embora essa definição implique, de raiz, a existência de uma ‘pureza racial’ [Reinheit der Rasse], a definição rácica do povo português não pode fugir da sua condição de mestiçagem, debatida a partir do século XIX, e que nos anos 30 se procura escamotear, mais do que nunca, sob os elementos que possibilitem a aproximação à ‘raça superior’. O próprio Tamagnini chega a propor, em 1933, a criação da *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos*, concretizada numa sessão inaugural em 1937, na Universidade de Coimbra, na qual participava, entre outros observadores estrangeiros, Eugen Fischer, director do *Kaiser-Wilhelm-Institut* para Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia em Berlim. Tamagnini desenvolveu, a partir da sua visita oficial a esta instituição defensora da ‘higiene racial’ em 1938, uma estreita ligação, tornando-se sócio da respectiva associação.

No próprio ideário nacional-socialista, a ‘pureza racial’ é uma das componentes da ‘saúde do povo’ [Volksgesundheit], conceito

³ *Revista da Faculdade de Ciências*, vol. V, nº 1, Coimbra, 1934, p.28; *apud* Torgal (1995: 209).

liberal ou marxista agora funcionalizado ao serviço do poder político e militar (*vd.* Kater, 2004). A constituição física, concretamente a estrutura óssea e a massa muscular, pré-definidas pela biometria, devem ser desenvolvidas no âmbito da educação física centrada na força e agilidade, entendida como outro contributo para a ‘saúde do povo’, tal como a medicina. Neste sentido, os êxitos da educação física podem não só complementar mas também, no caso de miscigenação ou ‘raças inferiores’, escamotear a determinante da hereditariedade. É neste sentido que Tamagnini, como ministro da Instrução Pública, tem todo o interesse em seguir os programas nazis para a “elevação da saúde do povo” [Hebung der Volksgesundheit] através da educação física obrigatória na organização estatal da juventude – a juventude hitleriana (*Hitlerjugend*), numa posição chave: “O sentimento da raça e a consciência da raça incitam-nos a clamar por saúde para a juventude”.⁴

Por isso, não surpreende que Tamagnini corresponda rapidamente ao desejo propagandístico do comissário da NSDAP para Espanha e Portugal, Friedhelm Burdach, de estabelecer um “intercâmbio entre a mocidade de ambos os países”⁵, ao encetar conversas com Du Moulin (representante da NSDAP em Lisboa), assegurando-lhe para breve a reorganização do movimento da juventude seguindo o modelo da *Hitlerjugend*.⁶ No entanto, caberá só ao seu sucessor na pasta, António Faria Carneiro Pacheco, realizar, dois anos mais tarde, a anunciada criação da *Mocidade Portuguesa* (MP) como “organização nacional e pré-militar” (Decreto-Lei de 11 de Abril de 1936), estabelecendo em 4 de Dezembro do mesmo ano a obrigatoriedade para todos os portugueses masculinos, dos 7 aos 14

⁴ “Das Rassegefühl und das Rassebewusstsein treiben uns zu der Forderung: Gesundheit der Jugend!” (Albrecht Möller, *Wir werden das Volk. Wesen und Forderung der Hitlerjugend*, Breslau 1935, p. 51; *apud* Kater, 2004: 111)

⁵ Carta de Friedhelm Burdach ao chefe dos serviços externos do SPN de 12 de Junho de 1934 (*apud* Kuin, 1993: 568).

⁶ Com base nas impressões de António Almodôvar, presidente da *Ação Escolar Vanguarda*, em viagem por Alemanha, ao convite do Ministério de Propaganda (*vd.* Kuin, 1993: 571).

anos.⁷ Com isto, há quase simultaneidade com o *Reichsgesetzblatt* de 1 de Dezembro de 1936, que declara a *Hitlerjugend* (HJ) única organização da juventude masculina do Império alemão.

É significativo que a criação da *Mocidade Portuguesa* se desenvolva num contexto duplo militar e desportivo: por um lado, a eclosão da Guerra Civil na vizinha Espanha, em Julho de 1936, levando a uma campanha de alistar voluntários da *Mocidade Portuguesa* (vd. Kuin, 1993: 566); por outro, a apoteose da encenação propagandística do *Drittes Reich* ao longo do mesmo ano, centrada nos Jogos Olímpicos de Berlim, entre 1 e 16 de Agosto. Na recepção oferecida a 25 dirigentes da *Hitlerjugend*, no Liceu Pedro Nunes em Lisboa, em 19 Junho de 1936, Gustavo Cordeiro Ramos invoca para “o Portugal renovado (...) a mesma força de vontade para a acção política criativa e a mesma ambição consequente para a educação física”.⁸ Nesta ocasião, ultimaram-se os preparativos para a participação de 22 a 29 membros recém-incorporados na *Mocidade Portuguesa* sob a direcção do tenente António Quintino da Costa num acampamento de juventude internacional em Berlim, por ocasião dos Jogos Olímpicos, que ficou na memória como acto de baptismo da organização. A delegação é chefiada pelo primeiro comissário da MP, o Eng. Francisco Nobre Guedes que, no dia da comemoração da Batalha de Aljubarrota (14 de Agosto de 1936), também discursou na emissora de Berlim.⁹

A partir deste momento desdobra-se uma cooperação contínua, nomeadamente nas áreas do desporto e da educação física. O tenente Quintino da Costa (a partir de 1940 capitão) revela-se como figura fulcral nestas relações, dada a sua versatilidade nas áreas de esgrima, hipismo e aviação sem motor, bem como a sua função como professor do *Instituto Nacional de Educação Física* (a partir de 1940) e na *Mocidade Portuguesa*, onde comanda a Escola Central de

⁷ Decreto-Lei 27301; toda a legislação vd. Medina, 1990: 260-62. Sobre o início e a evolução da respectiva organização da juventude feminina, a *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF), vd. Irene Flunser Pimentel (1998).

⁸ „im erneuerten Portugal, (...) den gleichen starken Willen zur schöpferischen politischen Tat, das gleiche zielbewusste Streben zur körperlichen Ertüchtigung.“ (Ramos, 1936: 86)

⁹ Culminando na saudação de Baldur von Schirach, chefe da *Hitlerjugend*, à Juventude Portuguesa (Guedes, 1940: 36-41; reed. Medina, 1990: 277-78).

Graduados.¹⁰ Não nos centraremos no aspecto da continuidade desta zona de contacto, cada vez menos presente nos *media* do Estado Novo, no entanto persistente na sua execução prática até ao ano de 1944, apesar de guerra mundial e holocausto, mudando para o nível de comunicação especializada, aparentemente desideologizada, e privada (*vd.* Grossegese, 1996).

A nossa abordagem continua a focalizar o lugar de charneira entre a definição racial do povo e a missão da educação física. A problemática evidencia-se no discurso do próprio Quintino da Costa, como facilmente se depreende de um artigo intitulado “Jugend aus Portugal. Die nationale Organisation der portugiesischen Jugend” (in *Völkischer Beobachter*, 24 de Outubro de 1937): “Temos de ensinar à *Mocidade Portuguesa* os resultados dos muitos anos de trabalho da *Hitlerjugend*, atendendo sempre às características ráticas do povo português, cuja análise cuidadosa formará a base da formação da juventude em Portugal.”

Portanto, será importante analisar a simultaneidade e as possíveis interacções entre a via higienista, no sentido original da medicina, a via eugénica e, finalmente, a via da educação física, confluindo para um conceito de ‘saúde do povo’ diferente do que está vigente no nacional-socialismo, contudo, influenciado em cada uma das componentes por relações luso-alemãs. Neste contexto, destacamos a fundação do Centro de Medicina Desportiva da *Mocidade Portuguesa*, situado na sua sede, no Palácio da Independência, em 1939, que se deve, pelo menos parcialmente, à inspiração alemã. O seu director, Arsénio Luís Rebelo Alves Cordeiro (assistentes: Conde de Paiva, Mesquita Guimarães, Telmo Correia) fez cursos de especialização em Medicina Desportiva, como bolseiro do *Instituto de Alta Cultura* (IAC), passando não só por Roma e Bolonha, mas

¹⁰ Uma análise mais aprofundada da correspondência de Quintino da Costa com os funcionários da Juventude Hitleriana, que, entre 1936 e 1938, desenvolveram as relações com a MP continuando depois a fomentá-las a partir da central berlinense do gabinete de relações externas da *Reichsjugendführung*, sobretudo por mão de Hartmann Lauterbacher e Werner Lamann, assim como da documentação sobre as suas repetidas viagens à Alemanha, que continuariam pelo menos até 1942 (*cf.* Arriaga, 1976: 44), seria certamente elucidativa com vista a entender-se o papel das diversas disciplinas desportivas no trabalho de cooperação entre Portugal e a Alemanha.

também por Hamburgo e Berlim. Não deixa de ser significativo que Arsénio Cordeiro exerça ao mesmo tempo, a partir de 1939, a docência como professor de Fisiologia e Biometria no *Instituto Nacional de Educação Física* (INEF) o que pressupõe estudos nas áreas de antropologia e hereditariedade.

Perante estes dados, que merecem maior investigação, surpreende que a historiografia da educação física em Portugal marginalize ou até omita qualquer referência às influências vindas da Alemanha, nesta viragem dos anos 30. Por regra geral, fala-se de modificações no tradicional sistema ginástico de Per Hendrik Ling (1776 - 1839), vulgarmente chamado o “método sueco”, introduzido em Portugal desde início do século XX¹¹, invocando uma maior influência da educação física militar, como se fosse uma evolução intrínseca (*vd.* Ferreira, 2004: 202-205). Significativamente, a transformação da *Escola de Educação Física do Exército* num *Instituto Nacional de Educação Física* (INEF) é um projecto proposto por primeira vez pelo Conselho Superior do Exército no mesmo ano de 1936 da eclosão da Guerra Civil Espanhola e dos Jogos Olímpicos de Berlim. Na proposta de lei, apresentada pelo Ministério de Educação Nacional em 1939, a criação do INEF justificava-se pela necessidade de “formar os respectivos agentes de ensino, oficial ou particular, tendo-se em vista o revigoramento da raça no plano da educação integral e os interesses da defesa da Pátria”.

A concretização do mencionado instituto arrastou-se até 1940, estabelecendo-se como instituição especializada de ensino superior não universitário destinada à formação de docentes de educação física, criada pelo Decreto-Lei n.º 30 279, de 23 de Janeiro de 1940, em estreita cooperação com a *Mocidade Portuguesa*. Deve-se ter em conta, que a MP foi criando, nomeadamente entre 1937 e 1938, os seus próprios centros de formação, alguns sob influência alemã. Entre as múltiplas iniciativas de intercâmbio que incluem, por exemplo, “a visita a Lisboa da selecção alemã de natação e *water-polo*” ou as “regatas internacionais” da MP junto com delegações da *Hitlerjugend*

¹¹ Oficializado pelo Regulamento de Educação Física, publicado no início de 1920 (*vd.* Ferreira, 2004: 200).

no Estoril, instituindo o prémio «Walter Brasch»¹², merecem maior destaque as fundações de dois centros de instrução: o de Atletismo e o de Aviação sem motor ou, na nomenclatura traduzida do alemão: “voo à vela” [Segelflug].¹³ Ambos iniciam-se com professores e instrutores vindos da Alemanha.

A título de exemplo, escolhemos o atleta Hans Lipka que, depois da sua colaboração no Acampamento Internacional de Berlim, em Agosto de 1936, é enviado para Portugal. Em Janeiro de 1939, anuncia-se, com uma grande reportagem profusamente ilustrada, a fundação do *Centro de Instrução do Atletismo* da MP.¹⁴ Em 1942, Lipka daria à estampa, em conjunto com o mencionado António Quintino da Costa, o livro *Desportos Atlético*s. As remunerações dos serviços prestados por Lipka, tal como por outros professores e instrutores alemães, eram feitas pela *Landesjugendführung Portugal* [Delegação da Juventude Alemã em Portugal] que estava sob a alçada do gabinete de relações externas da *Reichsjugendführung* em Berlim. Esta organização desempenhava a função de estabelecer uma ponte entre a *Gleichschaltung* (sincronização ou nazificação) da chamada “auslandsdeutsche Jugend”, isto é, da juventude alemã cujos pais residiam em Portugal, sobretudo em Lisboa e no Porto, e o fomento da política educativa portuguesa que, sob a tradicional influência inglesa, integrava disciplinas desportivas de prestígio às quais se tentava agora aliar os ideais, as tradições e as práticas alemães (sobretudo prussianos) de uma educação vigorante das capacidades físicas da juventude, cuja funcionalização paramilitar era incrementada pelo regime nazi no âmbito da Juventude Hitleriana.

A principal tarefa da Juventude Hitleriana consistia em desenvolver o vigor físico. Desde 1934 velava pela execução das duas horas semanais de educação física, que se tornaram obrigatórias nas escolas alemãs. Em 1936 assumiu também toda a responsabilidade

¹² Vd. as respectivas reportagens no *Jornal da MP*, ano I (1938), nº 19, 20, 21 (1 de Setembro; 15 de Setembro; 1 de Outubro).

¹³ incluindo a construção dos aparelhos na Escola Industrial Machado de Castro em Lisboa. Sobre esta temática que excluímos deste artigo *vd.* Grossegeisse (1996: 195-97); Grossegeisse / Oliveira (2011).

¹⁴ Vd. *Jornal da MP*, II/29. Uma análise mais pormenorizada do programa e das actividades deste centro ainda fica por fazer.

pelo desporto extra-escolar e voluntário dos jovens entre os 10 e 14 anos de idade passando, doravante, a organizar todas as competições de desporto juvenil. Até 1937, Baldur von Schirach, responsável máximo da Juventude Hitleriana, alcançaria o monopólio no domínio do desporto de massa e de alta competição, que desde 1933 tendem a misturar-se, secundarizando outras organizações concorrentes de grande prestígio e envergadura na Alemanha nazi, tais como o *Reichsbund für Leibesübungen* [Federação Imperial do Desporto] e a *Kraft durch Freude* [Força pela Alegria]. As secções juvenis da Federação Imperial [*Reichsbund*] eram agora geridas por chefes da HJ e asseguravam aos clubes e associações desportivas o fornecimento de futuros atletas de alta competição (Schubert-Weller, 1993: parte 4.3). No livro *Junges Portugal. Salazars stolze Jugend*, Alfred Weidemann insinua que o mesmo terá também acontecido com a delegação da HJ em Portugal em estreita cooperação com a MP:

A Escola Alemã de Lisboa também é muito frequentada por rapazes portugueses, onde, aos sábados, a HJ local desempenha naturalmente os seus serviços ao lado dos seus camaradas da MP, tal como ao longo da semana se partilham as carteiras nas salas de aulas.

15

A acção dirigida a Portugal deve ser entendida no seio de uma estratégia mais lata para uma *'Junges Europa'* [Europa Jovem] de acordo com o modelo da Juventude Hitleriana. O jovem autor Alfred Weidemann (1918-2000), que apenas dois anos após a sua adesão à HJ, com a idade de 18 anos, se torna correspondente de imprensa e propaganda e que, entre outras actividades, coordenaria a *Kriegsbücherei der deutschen Jugend* [Biblioteca de Guerra da Juventude Alemã], invoca, em 1940, na sua colecção inaugurada pelo volume *Junges Europa* [A Jovem Europa], a comunidade duma “juventude que partilha os nossos ideias e luta pelos mesmos objectivos” (texto de badana).

¹⁵ „Die Deutsche Schule in Lissabon ist auch von den portugiesischen Jungen recht stark besucht, und an den Sonnabenden tut dort der Standort der HJ an der Seite seiner portugiesischen Kameraden der MP ebenso selbstverständlich seinen Dienst, wie er die Woche über auf der Schulbank neben ihm sitzt.“ (Weidemann, 1940: 115, com imagem)

Além da Itália, da Grécia e da Espanha, também Portugal constituiria um dos destinos da “viagem do jovem e bem-sucedido autor à juventude europeia de diversos países” (*ibid.*). O volume profusamente ilustrado *Junges Portugal* (1940) refere os métodos da Mocidade Portuguesa que se orientariam pelos da Juventude Hitleriana com algum cepticismo, pois contra o ‘carácter do povo’ português, eivado de individualismo e fatalismo, assim como contra os fortes contrastes sociais e o estilo de educação tradicionalmente pouco vigoroso, seria difícil impor uma disciplina de grupo hierarquizada e uma educação física paramilitar:

O português não é um homem forte. Entende-se rapidamente que, no fundo, nunca se interessou muito pelo desporto e nem semelhantes práticas de esforço. Assim, também não surpreende que ao fim da tarde, aqui, no pátio da escola, alguns cedo desistam após uma actividade constante. Até esta altura, o atletismo ou os desportos de luta eram-lhes apenas conhecidos como mero espectadores ou de ouvir falar. Agora a Mocidade Portuguesa esforça-se por apresentar aos rapazes a luta masculina e o desempenho desportivo, a fim de eles próprios o imitarem.¹⁶

Enquanto as “unidades da marinha da Mocidade” encaixam facilmente no discurso identitário da ‘Nação dos Descobridores’ (Weidenmann, 1940: 94-96), o voo à vela não é mencionado. Entre a definição através de determinantes da raça e a educação física para ganhar força, esta modalidade assume uma posição especial. O fascínio pela tecnologia, a audácia juvenil e uma formação específica iriam posteriormente transformar rapazes em pilotos experimentais e de luta (*vd.* Stamer, 1937). Por isso, surpreende que seja precisamente ao voo à vela que o *Jornal da MP* tenha dado um invulgar enfoque. É

¹⁶ „Der Portugiese ist kein Kraftkerl. Man versteht schnell, daß er sich eigentlich aus dem Sport und ähnlichen anstrengenden Betätigungen nie viel gemacht hat. So verwundert es auch nicht, wenn hier auf dem abendlichen Schulhof schon nach einiger Zeit unter der dauernden Bewegung einzelne schlapp machen. Leichtathletik und Kampfspiel waren ihnen bis zur Stunde mehr vom Zuschauen bekannt und vom Hörensagen. Nun bemüht sich die Mocidade, den Jungen männlichen Kampf und sportlichen Einsatz zur Nachahmung vor Augen zu führen.“ (Weidenmann, 1940: 78).

por esta via que o discurso da política de juventude do Estado Novo passa, a partir dos Jogos Olímpicos de Berlim, a publicitar uma modalidade desportiva que evita o confronto dos discursos de raça e força, contrapondo outras virtudes, só parcialmente físicas, tal como a audácia e a coragem.

Bibliografia

- Arriaga, Lopes (1976), *Mocidade Portuguesa. Breve história de uma organização salazarista*, Lisboa: Terra Livre (Col. História do Regime Salazarista).
- Buddrus, Michael (2003), *Totale Erziehung für den totalen Krieg. Hitlerjugend und nationalsozialistische Jugendpolitik* (Texte und Materialien zur Zeitgeschichte), Band 13/1 + 2, München: K.G.Saur.
- Cabral, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- Correia, A.A. Mendes (1919), *Raça e Nacionalidade*, Porto: Renascença Portuguesa.
- ____ (1924), *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto: Casa Ed. de A. Figueirinhas.
- Ferreira, António Gomes (2004), “O Ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo”, *Perspectiva*, v. 22, Florianópolis Jul.-Dez. 2004, pp. 197-224.
- Grossegeesse, Orlando (1996): “A «lição alemã» na Mocidade Portuguesa”, in: *Portugal – Alemanha – África. Actas do IV Encontro Luso-Alemão*, (orgs.) A.H. de Oliveira Marques *et al.*, Lisboa: Colibri, 185-197.
- Grossegeesse, Orlando / Oliveira, Paulo Miguel (2011): „Der Segelflug im Kreuzungspunkt von Technik, Sport und Jugendpolitik. Ein diskursgeschichtlicher Ansatz zum deutsch-portugiesischen Transfer.“, in: Ana Maria Ramalheira (org.), *Actas do 8º Encontro Luso-Alemão*, Universidade de Aveiro, no prelo.
- Guedes, Francisco Nobre (1940), *Mocidade Portuguesa. Alguns Discursos e Escritos do Primeiro Comissário Nacional, 1930-1940*, Lisboa.

- Kater, Michael H. (2004), „«Volksgesundheit». Ein biopolitischer Begriff und seine Anwendung“, in: *Nationalsozialismus in den Kulturwissenschaften* (orgs.) Hartmut Lehmann / Otto Gerhard Oexle, vol. II: *Leitbegriffe – Deutungsmuster – Paradigmenkämpfe – Erfahrungen und Transformationen im Exil*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 101-114.
- Kuin, Simon (1993): “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 555-588.
- Lucena, Manuel (1976), *Evolução do Sistema Corporativo Português, Vol. I - O Salazarismo*, Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- Medina, João (1990; Dir.), “A Mocidade Portuguesa”, in: *id., História contemporânea de Portugal*, Genève: Ed. Ferrini, 260-279.
- Pimentel, Irene Flunser (1998), „A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47)”, *Penélope* 19-20 (1998), Lisboa, 161-187.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (1936), “Rede gehalten im Liceu Pedro Nunes zu Lissabon, am 19. Juni 1936, anlässlich des Empfangs von 25 HJ-Führern“, in: *id., Portugals Erneuerung. Portugal und Deutschland. Reden und Aufsätze*, Lissabon: SPN 1938, 83-86.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (1938), “Vorwort”, in: *Oliveira Salazar, Portugal. Das Werden eiens neuen Staates. Reden und Dokumente*, Essener Verlagsanstalt, pp. 1-17.
- Schubert-Weller, Christoph (1993), *Hitlerjugend. Vom «Jungsturm Adolf Hitler» zur Staatsjugend des Dritten Reiches*. Juventa: München / Weinheim.
- Sobral, José Manuel (2004), „O Norte, o Sul, a Raça, a Nação - Representações da Identidade Nacional Portuguesa (séculos XIX-XX)”, *Análise Social*, vol. XXXIX (171), 255-284.
- Stamer, Fritz (1937), *Jungen werden Flieger*, Stuttgart: Franckh'sche Vlg. [com 25 fotografias]
- Torgal, Luís Reis (1995), „Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais”, in: *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, (orgs.) Marília dos Santos Lopes, Ulrich Knefelkamp, Peter Hanenberg; série *Weltbild und Kulturbegegnung* 5, Pfaffenweiler: Centaurus, pp. 193-219.
- Weidenmann, Alfred (1940), *Junges Portugal. Salazars stolze Jugend*, Verlag der Jungen / Stuttgart: Loewes Verlag.

Intercâmbio académico e propaganda nacional-socialista. O caso de Francisco Caldeira Cabral

Cláudia Ninhos

[Instituto de História Contemporânea,
Universidade Nova de Lisboa]

Divulgar a «ciência alemã»

Na primeira metade do século XX a ciência desenvolvida na Alemanha era mundialmente reconhecida. Entre 1901 e 1914 os cientistas alemães obtiveram um terço do total dos prémios Nobel atribuídos nas áreas da Física e da Química. Por essa altura, as universidades e bibliotecas alemãs passaram a servir de modelo às americanas. A I Guerra Mundial provocou, no entanto, um forte abalo nesta produção, uma vez que os investigadores alemães ficaram proibidos de participar em congressos internacionais na área das ciências naturais, proibição que durou até à entrada do país na Liga das Nações em 1926. Consequentemente, os seus cientistas foram votados a um certo isolamento e, no estrangeiro, desconheciam-se grande parte do que era feito no seio da República de Weimar. Ainda assim, a Alemanha esforçou-se por continuar a dar a conhecer o seu *know-how*. Em 1925 é fundado o *Deutscher Akademischer Auslandsdienst* (DAAD), para promover o intercâmbio académico com o estrangeiro, e é lançado, por Karl Kerkhof, o periódico *Forschungen und Fortschritte* [Investigações e Progressos], com o objectivo de difundir os progressos científicos nacionais. Entende-se assim que, segundo a opinião de alguns estudiosos da produção científica alemã do imediato pós-I Guerra Mundial, tais como Pamela Richards (1990: 405), o referido boicote não tenha, apesar de tudo, afectado em demasia o prestígio da Alemanha. Entre 1918 e 1921 cinco cientistas alemães receberam o Prémio Nobel na área da Física e da Química. Os seus académicos continuaram a ser frequentemente convidados

por universidades estrangeiras e a ciência alemã manteve um estatuto elevado, sendo reconhecida a sua excelência.

A ascensão do regime nazi ao poder veio provocar outro forte abalo. De acordo com a autora supramencionada, esse evento provocou uma “perversão da ciência na Alemanha” que, por sua vez, daria origem a uma vasta “diáspora científica” alemã. (Richards, 1990: 406). Devido à perseguição de judeus, milhares de cientistas abandonaram o país, ocupando lugares cimeiros em universidades estrangeiras (sobretudo nos EUA, mas também na América, Latina, no Egipto, Iraque, Síria, etc.). Sem dúvida que esta diáspora, assim como as inúmeras demissões e resignações, afectaram a reputação das instituições científicas alemãs. No entanto, o regime procurou promover intensamente a ciência e a tecnologia desenvolvidas no país. Patrocinou, por exemplo, a venda de livros e de periódicos no estrangeiro, subsidiando as editoras para as compensar pela redução dos preços. Com o apoio do *Auswärtiges Amt*, a Academia Alemã transformou-se num importante centro promotor da ciência e do mundo académico alemão no estrangeiro. Publicaram-se os periódicos *Deutsche Kultur im Leben der Völker* [Cultura Alemã na Vida dos Povos] e *Deutsche Unterricht im Ausland* [Ensino Alemão no Estrangeiro]; promoveu-se ainda a visita de académicos estrangeiros à Alemanha e de alemães ao estrangeiro. A realização de conferências era também muito valorizada pela propaganda alemã, verificando-se, no entanto, uma “selecção política” dos conferencistas. Eugen Fischer, por exemplo, foi enviado ao estrangeiro para fazer conferências sobre genética (Richards, 1990: 14-15). Em Portugal foi-lhe, inclusivamente, atribuído o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra e esteve presente aquando da fundação da *Sociedade Portuguesa de Estudos Engénicos*.

Em 1940 é também criado o *Deutsches Wissenschaftliches Institut*, com o objectivo de difundir os ideais do Nacional-Socialismo entre académicos e cientistas, colaborando com a *Deutsche Akademie* na organização de recepções, exposições e conferências. Instituições como a *Deutsche Akademie*, o *Goethe Institut* ou o *DAAD* tiveram, ao nível da propaganda cultural, um papel fundamental. Fundamental era também a função desempenhada pelos leitores de língua alemã, a tal ponto que até 1944 estiveram isentos do serviço militar na *Wehrmacht*.

Para fomentar ainda mais a leitura de livros alemães no estrangeiro, Hitler decreta a mudança de caracteres *Fraktur* para romanos, o que representou uma importante medida no âmbito da intensa propaganda encetada pelo regime a nível internacional. Em 1941 surge a *Deutsche Gesellschaft für Dokumentation*, em estreita colaboração com os Ministérios da Propaganda, da Educação, da Economia, o Alto Comando do Exército e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para distribuir mais eficazmente a literatura científica produzida na Alemanha. Por outro lado, através das representações diplomáticas alemãs em países neutros, como Portugal, foi possível fazer chegar ao *Reich* um conjunto diversificado de revistas científicas estrangeiras (Richards, 1990: 422).

O romanista Wilhelm Giese descreve o conceito de *Kulturpropaganda* da seguinte forma:

Por Propaganda Cultural compreendemos a promoção de um Estado no estrangeiro através do reconhecimento e da imitação das suas criações nacionais. (Giese, 1939/1940: 163)

Nesta breve definição são de realçar dois conceitos fundamentais, o de reconhecimento e o de imitação. De facto, ao promover a difusão da sua cultura no estrangeiro, a Alemanha aspirava ao reconhecimento da sua superioridade e à compreensão e difusão das suas ideias. Recordemos, a este propósito, as palavras esclarecedoras do barão von Hoyningen-Huene, chefe da Legação Alemã de Lisboa, depois de João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), nomeado pelo governo para dirigir a Legião Portuguesa, ter pedido à Legação informações sobre as SA e as SS. Em ofício ao *Auswärtiges Amt*, Hoyningen-Huene dizia ser de todo o “interesse que Portugal proceda também nesta organização segundo o nosso modelo, porque é de esperar que daí resultem novos avanços em promover a compreensão pela Alemanha nacional-socialista” (*apud* Louçã, 2005: 51). O próprio Adolf Hitler defendia convictamente que a propaganda, no estrangeiro, não deveria ser dirigida para o “coração do povo”, mas sim para a cabeça das elites e, como teorizou em *Mein*

Kampf, “para os intelectuais (...) não se deve tratar de propaganda e sim de instrução científica” (Hitler, 1976: 134). O *Führer* considerava mesmo “uma boa política” que aos estudantes estrangeiros fosse facilitada a obtenção de diplomas em universidades alemãs, uma vez que seria uma forma de tornar estes intelectuais, que “passaram parte da sua juventude” na Alemanha, “amigos para a vida” (*apud* Roper, 2000: 421). Graças a esta política, criou-se uma verdadeira rede de conhecimentos que abrangeu também Portugal e que garantiu a circulação e transferência de saberes, de *know-how* científico e tecnológico, entre os regimes.

A propagada alemã em Portugal acabaria por seguir, de perto, as directrizes ditadas pelo *Führer*. Sem dúvida que a universidade e o pretense estatuto da Alemanha enquanto país por excelência da ciência, da filosofia e da arte, ajudou a estreitar o contacto. Através da promoção de visitas, de exposições ou de conferências, a Alemanha procurou demonstrar essa superioridade científica e cultural. Para um país periférico como Portugal, ou como Espanha, a Alemanha surgia, aos olhos dos seus intelectuais e cientistas, na vanguarda da cultura e da tecnologia. Vendia armamento, recebia missões militares, enviava formadores, acolhia estudantes nas suas universidades, onde os formavam ao nível académico e os moldavam em termos ideológicos. Tratava-se, portanto, inquestionavelmente de um relacionamento que procurava ser transversal abarcando todas as áreas, do militar ao artístico, passando pelo científico e pelo económico.

Esta verdadeira ‘rede’, montada sob a direcção do Ministério da Propaganda de Goebbels, contou com uma colaboração activa por parte das instituições alemãs sediadas em Portugal, que conseguiram colocar a ciência e a cultura ao serviço do regime nacional-socialista. Em todo o processo de aproximação entre os dois países, a actividade desempenhada por aquelas instituições e pelos seus representantes revelar-se-ia crucial, mostrando-se extremamente activas na divulgação da cultura e ciência alemãs e, consequentemente, da ideologia nazi. Promoveram palestras em liceus portugueses, a distribuição e financiamento de livros e revistas de propaganda, organizaram recepções oficiais a altos dirigentes e também exposições, que eram noticiadas na imprensa portuguesa, contando

com a presença de diplomatas e representantes alemães, mas também de individualidades de destaque da sociedade e cultura portuguesas. Por meio de instituições portuguesas, como a Junta de Educação Nacional e o Instituto para a Alta Cultura, ou alemãs, foram vários os portugueses que tiveram a oportunidade de estudar na Alemanha, onde puderam assistir *in loco* ao nascimento e evoluir do fenómeno nacional-socialista. A relação de proximidade estabelecida entre o serviço de intercâmbio alemão (DAAD) e o Instituto para a Alta Cultura mostrou-se crucial para a política de aproximação cultural. O acordo estabelecido entre as duas instituições permitiu a troca anual de bolseiros que puderam desenvolver os seus estudos num dos dois países, a tal ponto que, em 1939, o Instituto para a Alta Cultura afirmava estar ainda “disposto a continuar a troca de estudantes” naquele ano (AHIC, 1537/1 Deutscher Akademischer austausdienst [sic] – Berlim 1.º volume, doc. 37). Esta colaboração compreendia, para além da troca de bolseiros, a vinda de instrutores para iniciarem a Mocidade Portuguesa na prática do voo sem motor, a vinda de vários estudantes alemães, a permuta de médicos, ou a realização de cursos de férias.

Em suma, poder-se-á afirmar que esta foi uma estratégia desenvolvida pelo regime alemão, como forma de promover uma aproximação entre os dois países, de promover a ciência produzida no contexto alemão e de recuperar o estatuto e a imagem nacional da Alemanha que tinham sido, como vimos, abalados pela I Guerra Mundial e respectivas consequências no plano das relações internacionais.

No presente contributo procuraremos, através do exemplo de Francisco Caldeira Cabral, compreender a forma como a ciência e a cultura alemãs funcionaram, enquanto instrumentos da propaganda internacional da Alemanha nacional-socialista. Analisaremos o seu percurso académico na Alemanha, enquanto bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, as redes de conhecimento onde se imiscuiu e o impacto destes contactos na sua obra. Desta forma, centrar-nos-emos apenas nas décadas de 1930 e 1940.

Estudar na Alemanha Nazi

Francisco Caldeira Cabral, nascido em 1908, foi o primeiro arquitecto paisagista português e teve o seu primeiro contacto com a Alemanha ainda em 1925. Nesse ano inicia os seus estudos no departamento de Química da *Technische Hochschule* de Berlim, mudando, posteriormente, para secção de Electrotécnica. No início dos anos 30, por motivos de saúde, acaba por regressar ao seu país natal, iniciando o curso de Engenharia Agronómica no Instituto Superior de Agronomia (ISA).

O regresso a Berlim dar-se-ia anos mais tarde, na sequência da candidatura, em 1935, a um cargo na Câmara Municipal de Lisboa. Em carta ao Instituto para a Alta Cultura, refere que o regresso à capital alemã tinha “especialmente em vista o lugar de Engenheiro Agrónomo da 5.^a Repartição da Câmara Municipal de Lisboa, actualmente vago e para o qual espero ser contratado no fim deste mês de Julho” (Arquivo Histórico do Instituto Camões, 1264/9). Apesar de a sua candidatura ter sido aceite, por recomendação de Raúl Lino (Andresen, 2001: 25), não tinha as qualificações mínimas exigidas a um especialista em jardins. Em carta à Câmara Municipal de Lisboa diz que o cargo a que se candidatava exigia uma habilitação que permitisse “encarar o problema da jardinagem citadina debaixo dos seus múltiplos aspectos” (Andresen, 2003: 23). Não sendo uma área desenvolvida no país, teve de procurar o curso no estrangeiro. Ele tinha a noção de que a jardinagem e a arquitectura de jardins eram áreas muito importantes e que, em Portugal, não existiam técnicos especializados nesta matéria. Acreditava ser importante enquadrar os problemas ligados aos jardins da capital “num plano geral de urbanização” (*ibidem*), sendo necessário, para estar à frente daqueles serviços, uma “preparação agronómica”. A sua ambição não era “ir estudar técnicas culturais e uma flora já bem determinada”, mas sim “criar de novo o jardim moderno português, adaptado ao nosso país, às nossas condições económicas e até um pouco ao nosso gosto” (*ibidem*). A realização da especialização terá sido sugerida por André Navarro, professor no ISA, instituição que pretendia criar um curso de Jardinagem, para o qual, obviamente, os seus conhecimentos poderiam ser aproveitados no futuro.

Havia, então, que escolher uma universidade onde pudesse desenvolver os seus estudos. O ensino da arquitectura de jardins apenas se encontrava organizado, oficialmente, nos EUA, Japão, Inglaterra, Alemanha e Bélgica. Excluiu logo as hipóteses do Japão e dos EUA, uma vez que na Europa as “condições económicas e sociais são mais próximas das nossas” (AHIC, 1264/9). Caldeira Cabral solicitou informações sobre cursos de jardinagem e arquitectura de jardins na Inglaterra e na Alemanha. Não tendo obtido resposta da parte inglesa e, depois de ouvir a opinião de Raul Lino, que também estudara naquele país, acaba por se decidir pela Alemanha, até porque conhecia “perfeitamente o meio académico alemão” (AHIC, 1264/9). O conhecimento da língua alemã era, por isso, uma grande vantagem. Em Julho de 1936 solicita ao Instituto para a Alta Cultura uma bolsa de estudo, com a duração de três anos, para realizar a especialização em Arquitectura de Jardins e Jardinagem (*Gartengestaltung e Gartenbau*) no *Institut für Gartengestaltung* da *Landwirtschaftliche Hochschule* de Berlim. O candidato conseguiu munir-se de cartas de recomendação de vários docentes do ISA, assim como de Raul Lino, nas quais se chama a atenção para a necessidade de formar técnicos na área. Perante o parecer da PVDE, que refere que “nada consta em desabono” do candidato, a 13 de Agosto de 1936, o IAC informa-o da intenção de conceder a bolsa, com o valor mensal de 1 500\$00 (AHIC, 1264/9). Para receber a bolsa, assina ainda uma declaração na qual afirma o seu “activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas” (AHIC, 1264/9, documento 21) e embarca para Berlim no navio a vapor “António Delfino”, a 9 de Dezembro de 1936 (AHIC, 1264/9, documento 33).

A Alemanha que Caldeira Cabral conheceu na década de 1920 era, contudo, muito diferente do país que iria agora encontrar. A instabilidade política e social do pós-guerra, a Crise de 29 e a Depressão dos anos 30 abriram as portas ao avanço do nacional-socialismo, que pôs em xeque o sistema político da República de Weimar. A instabilidade e a crise fizeram com que a população ansiasse por uma figura eminente, providencial, capaz de pôr cobro à desordem e de continuar a ‘revolução nacional’, que rapidamente foi identificada com Hitler e com o Nacional-Socialismo. O fim da República de Weimar e o ‘renascimento’ da Alemanha eram desejados

por muitos alemães, embora a maioria nem sequer fosse membro do partido ou seu votante, como refere Ian Kershaw (2003). Os Nazis aproveitaram, assim, a crise para lançar um discurso de afirmação nacional, bem aceite entre a opinião pública. O comércio havia decrescido, o desemprego aumentara, os salários diminuíram, os pequenos comerciantes estavam na bancarrota. Estava-se perante um Estado à beira da ruína. O Partido Comunista voltara a ganhar expressão e, em simultâneo, a população temia o renascer da revolução social do pós-guerra. As palavras do escritor Aquilino Ribeiro, que esteve na Alemanha neste período, demonstram de forma eloquente a grave situação que a Alemanha atravessava (Ribeiro, 1975: 7-8):

A Alemanha que perpassa nestas páginas fui surpreendê-la no momento mais trágico e porventura singular da sua história; ao sair da guerra, rota, faminta, ulcerada, desiludida de Deus e de César, heróica sempre. Começara a operar o Diktat de Versalhes ou a cilindração dum povo, à valentona e com meticulosidade chinesa, como se faz à brita das estradas. Exangue, sem fôlego, governada por fantasmas, só um cego não veria a tomar-se daquela febre que devia conduzir a Hitler e ao estado de exaltação patriótica que apavora o mundo.

Dessa mesma, enferma e revoltando-se no desespero, sem a menor dúvida descende em linha recta a Alemanha que acaba de erguer a espada com o trémulo e sensual regozijo duma tribo de hunos chamada às armas. Em linha recta, sim, por contrapancada, como à violência erigida em sistema responde sempre a incompreensível reacção.

A Alemanha vivia, naquele momento, uma situação extremamente conturbada. Porquê escolher aquele país? Sobre a sua escolha, Caldeira Cabral informa o Instituto para a Alta Cultura (AHIC, 1264/9):

A minha escolha recai sobre a Alemanha não só por conhecer perfeitamente o meio académico alemão (...) mas ainda porque julgo que em parte alguma poderei encontrar melhores bases para o meu trabalho futuro em Portugal, tanto pelo que respeita a adaptação do jardim ao caso português, como ainda às condições especiais da nossa época.

A nível universitário, na Europa, apenas em 1929 surgira, na Inglaterra, na Faculdade de Agronomia da Universidade de Reading, o primeiro curso de Arquitectura Paisagista. Poucos anos depois, no início da década de 1930, era criado o Instituto de Arquitectura Paisagista, na Universidade de Berlim. Em carta ao Instituto para a Alta Cultura, para responder a uma questão que lhe fora colocada, Heinrich Friedrich Wiepking-Jürgensmann, director do *Institut für Gartengestaltung*, que integrava a Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade de Berlim, expõe as especificidades daquele curso, procurando demonstrar a sua superioridade em relação a outros países (AHIC, 1317/5, documento 100):

O título de ‘Diplomgärtner’ tem mais valor do que o inglês de ‘Landscape Architect’ e o francês ‘Architecte paysagiste’ porque estes são apenas designações profissionais e não títulos, no nosso sentido académico, correspondendo à designação alemã de ‘Landschafts- und Gartengestalter’.

O Instituto de Arquitectura Paisagista da Universidade de Berlim, que dirijo é, que me conste, o único do mundo, que ministra um ensino completo tanto debaixo do ponto de vista artístico como das Ciências Naturais. Uma comparação dos programas poderá convencê-lo e mostrar-lhe que diversas cadeiras importantes regidas no meu instituto não encontram reunidas no mesmo Instituto quer em Inglaterra quer em França.

No fim da guerra tenciona-se modificar o título ‘Diplomgärtner’, provavelmente para ‘Diplom-Ingenieur’ para assim marcar melhor a identidade de preparação.

Seja-me permitido dizer ainda que os programas do Instituto de Arquitectura Paisagista têm despertado igualmente interesse noutras Nações, e que em muitos países há a intenção de criar Institutos de organização semelhante à alemã. Muitos estrangeiros estudaram já no meu instituto estando até hoje representados os

seguintes países: Portugal, Suécia, Noruega, Finlândia, Estónia, Inglaterra, Croácia, Bulgária, Suíça, Roménia, Guatemala e Irão. (...)

Os arquitectos paisagistas alemães (Landschafts- und Gartengestalter) são membros da 'Reichskammer der Bildenden Künste' (...) sendo no entanto apenas em parte académicos ('Diplomgärtner') porque no meu Instituto apenas se formaram até hoje cerca de 120 Diplomgärtner.

É obvio que Wiepking estava a apresentar argumentos para afirmar a superioridade do curso que dirigia. No entanto, ele deixou antever a importância que esta área assumiu na Alemanha, tendo mesmo atraído estudantes estrangeiros, vindos de diversos países. E, de facto, o curso não desiludira o jovem estudante português.

O regulamento da bolsa obrigava ao envio trimestral de relatórios. Em Março de 1937 envia o seu primeiro relatório, descrevendo os primeiros passos na capital do *Reich*. Assim que chegou a Berlim, falou com Wiepking, que o aconselhou a matricular-se, de imediato, no curso. A primeira impressão é muito positiva, referindo que o docente “tem sido muito amável”. Logo nos primeiros meses, em Janeiro e Fevereiro, começou a trabalhar com ele em projectos de jardins para colónias de fim-de-semana e em projectos de jardins particulares. Ocupou-se ainda do estudo de plantas ornamentais no Jardim Botânico e começou a estudar a História da Arte da Jardinagem e dos Parques da Cidade e Arredores (AHIC, 1317/5, documento 1). No semestre seguinte, no âmbito dos seminários de Wiepking, ocupou-se do estudo do desenho de paisagem, da perspectiva, das plantas de jardins e dedicou-se a trabalhos de projecção (AHIC, 1317/5, documento 10).

Ainda em relação ao curso, em carta a Raul Lino, Caldeira Cabral exprime a sua satisfação. As idas ao Jardim Botânico, como refere em várias missivas, eram saídas de estudo que cultivava. Em carta a André Navarro, Caldeira Cabral afirmava que o curso proporcionava, em primeiro lugar, o estudo da paisagem nos seus múltiplos aspectos: os “elementos botânicos – flora exotânea [sic] e cultivada”, elementos agronómicos e silvícolas, elementos arquitectónicos – formas de construção rural e urbana etc. -,

elementos etnográficos e históricos, procurando a sua razão e de ser e a sua função.” (Andresen, 2003: 30). O estudo de todos estes elementos permitiriam, assim, retirar importantes “conclusões para a resolução de problemas como os de habitação nos centros urbanos e suburbanos, o estabelecimento de colónias de povoamento agrícola em regiões de fraca população – como é por exemplo para a Alemanha o caso da Prússia oriental – procurando que, apesar de todas as inovações e modernizações a introduzir, se mantenha a continuidade histórica e lógica entre a obra de hoje e a que nos legou o património nacional” (*ibidem*). Para o futuro arquitecto, o facto de não se considerarem os elementos tradicionais explicaria o fracasso da introdução de “inovações revolucionárias” (*ibidem*). Para além destas questões, que apelida de “carácter eminentemente nacional”, o curso compreendia os problemas relacionados com parques e jardins públicos e particulares. Só depois de dois anos de trabalho prático em jardinagem e horticultura é que seriam ministrados os “fundamentos teóricos”.

Logo no primeiro ano participa ainda em excursões pela Alemanha, dirigidas por Wiepking (AHIC, 1317/5, documento 15) e tem a oportunidade de ouvir várias comunicações sobre “o traçado e construção de estradas e a sua integração na paisagem”, “a regularização do curso dos rios”, “a adaptação das formas dominantes na paisagem”, “o problema da floresta permanente com povoamentos mistos e as suas vantagens debaixo do ponto de vista biológico e paisagístico”. Naquele momento estava já convencido que a Paisagem era “o mais forte elemento externo formador dos povos (...) o monumento mais evidente e de maior sentido comunitário da cultura de um povo” (*ibidem*), destacando a importância de a conhecer muito bem. A vontade de aplicar tudo o que aprendeu é imediata. Mesmo nas estadias em Portugal, Caldeira Cabral não deixava de continuar os estudos encetados, recolhendo informações para trabalhar na Alemanha. Nas futuras lições que proferirá no Instituto Superior de Agronomia e nos artigos que escreve, a influência daquelas temáticas e dos ensinamentos é notória.

A Arquitectura Paisagista e o regime nacional-socialista

Apesar de ser já no século XX que se dá a institucionalização da arquitectura paisagista, é ainda no século XIX que surge como profissão. Em 1899 fora fundada, nos EUA, a Sociedade Americana de Architectos Paisagistas. Dez anos antes, na Alemanha, havia sido criada a *Verein deutscher Gartenkünstler* [Associação de Artistas de Jardinagem Alemães]. As reflexões sobre o papel da paisagem e a sua organização são, no entanto, ainda mais antigas, mesmo entre filósofos e poetas germânicos, mas será já no século XX que ganham um maior destaque.

No início do século XX, em 1907, Willy Lange¹ escreve um livro intitulado *Gartengestaltung der Neuzeit* [Arquitectura de Jardins na Era Moderna], no qual defende a ligação genética dos alemães à natureza. Na sua opinião, a defesa dos “jardins naturais” e do *design* de paisagens era um pré-requisito essencial para a preservação da raça e da cultura alemãs. Lange entendia a ecologia² como uma subdivisão da biologia, devendo ambas estabelecer a associação de plantas mais adequada para os jardins e para o *design* de paisagens (*apud* Wolschke-Bulmahn, 1999: 165). Defendia ainda que o critério que deveria presidir à construção das paisagens era a ligação das plantas ao seu habitat. Ele acreditava existir um jardim específico associado à raça alemã e que os próprios jardins ingleses correspondiam a características raciais dos alemães (*apud* Wolschke-Bulmahn, 1999: 165). As diferenças entre este tipo de jardim, que designa de “informal”, e o jardim “formal” francês, derivariam de diferentes “raças”. O jardim francês representaria a raça do sul mediterrânico, o

¹ Arquitecto paisagista. Inicia a sua actividade no início do século XX, defendendo sempre ideias nacionalistas e racistas, pelas quais será recompensado pelo regime nazi.

² Recordemos que o termo *Ökologie* é cunhado, em 1866, pelo zoólogo alemão Ernst Haeckel. Anos mais tarde, definia-o da seguinte forma (*apud* Wolschke-Bulmahn, 1999: 162, nota 4): “Por ecologia entendemos o conjunto de conhecimentos sobre a economia da natureza - a investigação da totalidade das relações do animal com o meio ambiente inorgânico e orgânico; incluindo, acima de tudo, as suas relações de amizade e hostilidade com aqueles animais e plantas com as quais, directamente ou indirectamente, está contato - numa palavra, ecologia é o estudo de todas as complexas inter-relações referidas por Darwin como as condições da luta pela existência”.

outro, pelo contrário, era característico do “espírito” dos “povos do Norte”. Esta perspectiva racista que Lange exprime sobre a paisagem tornar-se-ia ainda mais radical a partir de 1933. O desenho de paisagens era, para ele, uma parte integrante da cultura nacional, acentuando-se ainda mais a crença na existência de diferentes “estilos nacionais” (*apud* Groening: sem data, 23).

Sob a égide do regime nacional-socialista, as ideias em torno da ligação dos alemães à Natureza aprofundaram-se e servem também de base à sua ideologia racista e imperialista. As ideias não eram, obviamente, novas, mas o regime apropriou-se delas e radicalizou-as. Durante este período, os conceitos associados à ecologia aliaram-se a uma base política e ideológica, servindo ainda de fundamento às políticas raciais. A luta contra o pretenso ‘estilo francês’ tornou-se ainda mais feroz. Franz Hallbaum³, em 1935, afirmava estarem reunidas as condições para que a paisagem voltasse a ser encarada como a “expressão da nossa natureza”, dada a relação de todos os domínios do conhecimento “às questões da raça, do sangue e do solo”. Opõe, tal como Lange, o “homem Mediterrânico” ao “homem Nórdico”, predizendo que “o amor dos antigos Germânicos pelas árvores voltaria a reviver” (*apud* Conan, 1999: 166).

Em 1938, Hans Hasler, discípulo de Willy Lange, escreve o livro *Deutsche Gartenkunst* [Arte de Jardinagem Alemã], no qual se volta a sublinhar a existência secular de uma ideia de natureza ligada à raça nórdica. Com o advento do Nacional-Socialismo aumentara o interesse pela arquitectura paisagista, não apenas pelo *design* de jardins, mas sobretudo pelo *design* de paisagens (Wolschke-Bulmahn, 1999: 167). Liderados por Alwin Seifert⁴, os *Landschaftsanwälte*, um conjunto de arquitectos paisagistas, transforma-se num grupo profissional, ocupando-se da inserção das auto-estradas na paisagem e da camuflagem de indústrias de armamento (Groening, 2007: 20). Sob a liderança de Himmler, uma equipa de arquitectos paisagistas desenvolve também um plano com o intuito de transformar a

³ Historiador, especialista na evolução histórica de jardins.

⁴ Especialista em design de jardins, foi professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Munique. Exerceu ainda a função de consultor de Fritz Todt e foi o responsável pela Horta da SS, no campo de concentração de Dachau.

paisagem polaca no protótipo da paisagem alemã. Defendia-se a criação de uma “comunidade viva de povo e paisagem”, de uma paisagem apropriada para que os colonos instalados nas terras conquistadas se sentissem na sua própria pátria e vivessem em harmonia com a natureza. A arquitectura paisagista serviria, no fundo, para ajudar a criar uma identidade alemã nos territórios polacos.

De acordo com a *Allgemeine Anordnung Nr. 14/VI*, emanada do *Reichskommissar für die Festigung deutschen Volkstums* [Comissário do Reich para o Fortalecimento da Germanidade] a 21 de Dezembro de 1942, o planeamento da paisagem era essencial para assegurar uma relação próxima com a natureza, que seria “a base para o reforço da germanidade”. Só assim os colonos instalados nos territórios anexados se sentiriam na sua própria pátria, cuidando e defendendo esse território (*apud* Groening, 2007: 15). Previa-se também que só seria permitido o cultivo de plantas nativas, alemãs, oriundas da “melhor raça”, devendo evitar-se o uso de plantas que apresentassem uma tonalidade “vermelha, amarela, azul”. Também deveriam ser evitadas plantas que fossem “atingidas por doenças hereditárias, que sejam disseminadas apenas assexualmente” e que “apresentem um crescimento atrofiado” (*idem*: 15-16).

Podemos ver que existe uma clara sobreposição entre o protótipo de paisagem natural e o que acreditavam ser a forma natural de sociedade. O conceito de paisagem é aqui atravessado por ideias associadas à raça e à nação. Esses ideais de raça e de nação, imbuídos no conceito de paisagem, servem de base à atribuição, às plantas, de uma identidade, de uma etnicidade e até de uma raça. Considerava-se mesmo que todas as nações, excepto a alemã, eram culturalmente incapazes de manter uma relação harmoniosa com a terra.

Erhard Mäding, um dos homens que trabalhou com Himmler, acreditava que os alemães seriam os primeiros a criar o seu “ambiente espiritual” na paisagem e a alcançar um estilo de vida em que poderiam determinar as “condições locais para o seu bem-estar físico e psíquico” (*idem*: 13). No seu livro *Landespflege* defende que “todos os membros de um habitat, no sentido mais amplo de paisagem, dependem uns dos outros e condicionam-se mutuamente, fazendo parte de uma comunidade de vida biológica [*Lebensgemeinschaft*]” (*apud* Wolschke-Bulmahn, 1999: 168). Mäding afirmava-se contra os jardins

da renascença e do barroco, que teriam “fins ascéticos”, constituindo paisagens artificiais (*idem*: 169). A rejeição das plantas exógenas alcançou um consenso durante estes anos. Em 1936, Albert Krämer, arquitecto paisagista, afirmava (*apud* Gröning & Wolschke-Bulmahn, 2003: 24):

Ainda continuam a faltar jardins específicos de cada raça, que tenham origem na nacionalidade e na paisagem, no sangue e no solo. Só o nosso conhecimento das leis do sangue, e das propriedades espirituais herdadas e o nosso conhecimento das condições da pátria e do mundo das plantas permitem e obrigam-nos a projectar jardins enraizados no sangue e solo.

Na Alemanha, Caldeira Cabral pôde contactar com estas ideias, sobretudo porque tinha como mestre Heinrich Friedrich Wiepking-Jürgensmann, alguém muito ligado aos projectos nacionais-socialistas. Wiepking-Jürgensmann estudou biologia e arquitectura em Londres e Paris. A partir de 1922 trabalhou como arquitecto em Colónia e Berlim, sendo nomeado, em 1934, professor e director do *Institut für Garten- und Landschaftsgestaltung* da Friedrich-Wilhelm Universität de Berlim. Profundo defensor das plantas nativas, que nasciam livremente na natureza, considerava que, na construção de uma paisagem, apenas deveriam ser utilizadas árvores e arbustos originários da região. Foi conselheiro de Himmler para as questões do *design* de paisagens, promovendo também ele as ideias atrás descritas, com o objectivo de justificar a conquista da Polónia, a expulsão dos polacos e o redesenhar das paisagens, de forma a transformá-las no modelo germânico que idealizava. Em 1942 publica o livro *Landschaftsfibel* (Cartilha da Paisagem), no qual glorifica a era de Goethe. Nessa época, defendia o autor, os alemães viviam em harmonia com o meio ambiente, tendo sido a primeira nação a alcançar este estado de perfeita harmonia (Wolschke-Bulmahn, 1999: 169), ao libertar-se da influência nefasta de culturas estrangeiras. Seguindo esta matriz, insurge-se contra a tradição inglesa:

O parque é uma invenção inglesa. Nele, as favelas das cidades industriais e portuárias inglesas olham para elas próprias. É construído sobre as ruínas de inúmeras quintas (...). O parque das classes possidentes, que destruíram o povo, é o símbolo da ruína de Inglaterra e da decadência da comunidade de vida do povo. Considerando que o jardim do camponês tem um profundo significado realístico e está enraizado no povo, o tipo de paisagem do parque tornou-se, em muitos casos, uma plantação sem sentido, um excessivo desperdício e desrespeito por um solo que é precioso. (*apud* Wolschke-Bulmahn, 1999: 170)

Vimos, assim, algumas das ideias em torno da arquitectura paisagista, desenvolvidas na Alemanha Nazi, e com as quais Caldeira Cabral contactou. Vejamos, de seguida, de que forma é que a experiência por ele vivida naquele país influenciou o seu pensamento e se apreendeu, de facto, estas ideias. Que ensinamentos colheu Caldeira Cabral junto dos seus mestres? Como os aplicou ao caso português? Como é que colocou a arquitectura paisagista ao serviço do nacionalismo? Estas são, no fundo, algumas das questões que podemos colocar aos textos que escreveu e às conferências e lições que proferiu.

Francisco Caldeira Cabral, primeiro arquitecto paisagista português

Em 1939, quando eclode a II Guerra Mundial, Caldeira Cabral regressa a Portugal. O primeiro objectivo, ao regressar da Alemanha, “foi ensinar a outros o que tinha aprendido” (Cabral, 2003: 52), afirma anos mais tarde. Já no início da década de 1940, confessava ao ministro da Educação que a Arquitectura Paisagista não era ainda praticada em Portugal, sendo, muitas vezes, confundida com a jardinagem. Se a jardinagem era um “ramo especial da horticultura”, a arquitectura paisagista dedicava-se a criar e projectar jardins. Na sua opinião, “o melhoramento da parte material do jardim seria inútil

enquanto não estivesse bem clara a ideia ordenadora, o plano do mesmo” e isto tê-lo-á levado a enveredar por aquela área.

Em 1941, pela sua mão, é criado um curso livre de Architectura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia, que ele próprio dirige e que vem a ser reconhecido, um ano depois, pelo Ministério da Educação. A Francisco Caldeira Cabral deve-se, portanto, a introdução da arquitectura paisagista em Portugal, já em meados do século XX e, como é óbvio, os ensinamentos que colheu na Alemanha e as ideias com que conviveu, naqueles anos exacerbados, marcaram-no de forma indelével.

Para Francisco Caldeira Cabral, definir ‘Arquitectura Paisagista’ foi sempre uma tarefa extremamente complicada e, em todas as lições e conferências que profere, esforça-se por explicar ao público em que consistia e qual a importância da actividade a que dedicou a sua vida (*ibidem*, 55):

Primeiro architecto paisagista no meu país, tive com frequência a necessidade de explicar aos outros o que fazia, e sempre senti que não era fácil, e que não se podia fazer com a simplicidade com que se explica o que é um advogado ou um médico.

As dificuldades advinham, em primeiro lugar, do facto de ser uma área recente e cujo “campo de acção” estava em expansão (*ibidem*, 25). As primeiras actividades do architecto paisagista relacionaram-se, como explica numa lição proferida no ISA, em 1943, com o jardim particular e com o parque. Depois, com o crescimento das cidades e o aumento da poluição, a criação de zonas verdes tornou-se crucial e sua projecção assistiu a um grande incremento. No final da I Guerra Mundial abre-se uma nova área de actuação, os campos de jogos, que aumentam consideravelmente. O papel pioneiro da Alemanha, onde eclode o movimento *Heimatschutz* e *Naturschutz*, é também realçado, uma vez que, logo na década de 1930, aquele país criava uma Lei de Protecção da Natureza, surgindo os *Landschaftsanwälte*, cujo parecer era pedido para a construção de estradas, caminhos-de-ferro ou, por exemplo, para questões

relacionadas com a colonização. De acordo com Caldeira Cabral, a “colonização interna”, na Alemanha e EUA, tornou-se num outro campo de acção “notável” para arquitectura paisagista (*ibidem*, 33), permitindo que o resultado final se pautasse pela “unidade” e pelo “carácter humano e belo” (*ibidem*, 34). Para além disso, “até na guerra foi pedida a colaboração da arquitectura paisagista na camuflagem das obras de fortificação” (*ibidem*, 34). Em meados da década de 1956 continuava a acreditar que “todos os dias se abrem novos campos de actividade à profissão e em todos os países somos poucos para as tarefas a realizar” (*ibidem*, 51).

Para Francisco Caldeira Cabral, a arquitectura paisagista era uma arte, era “a arte de ordenar o espaço exterior em relação ao homem” (*ibidem*, 25). O arquitecto, note-se, nunca deixou de elevar a arquitectura paisagista a este estatuto. Em 1950, no curso livre de Arquitectura Paisagista do ISA, afirma perante a audiência: “a arquitectura paisagista é *uma arte*, por conseguinte aquele que a pratica é um artista” (*ibidem*, 38). Era, afinal, a “arte de ordenar o espaço exterior”. Esta concepção agostiniana, de que “a beleza é o esplendor da ordem” (*ibidem*, 59), vamos encontrá-la, ao longo dos anos, nas suas ‘lições’, contrapondo-a à ideia romântica. A sua luta foi sempre em defesa da simplicidade, contra a “simetria rígida” e “o horror da linha recta e da esquadria” (*ibidem*, 101) como forma de alcançar a perfeição.

Jardins

Foi em torno da temática dos jardins que mais reflectiu durante a sua vida académica. O jardim representava para o arquitecto

a forma mais intensa de apropriação da terra, desde que o homem construiu a sua casa e se fixou, passou a constituir com ela um todo único, o seu prolongamento exterior, e assim se foram desenvolvendo – no seu aspecto formal, a ideia de recinto, de espaço delimitado – e no aspecto espiritual, a sua intimidade. (Cabral, 2003: 132)

Em sua opinião, o estilo dos jardins mudava de acordo com cada civilização e evoluiu, ao longo da história, ao sabor das condições económicas e sociais. Ele reflectiria, no fundo, o momento que cada sociedade atravessava, revestindo-se de características que absorvia desses mesmos condicionalismos. Temos, assim, uma tipologia de jardim que mais não era que o reflexo de um povo.

Quanto ao caso português, as “características [ou mesmo o “carácter”, como refere] nacionais dos nossos jardins” foram o resultado de diferentes factores: da organização social e da sua evolução ao longo da história, dos Descobrimentos, que facultou o contacto com novas plantas e novas culturas, do clima, do relevo, mas também do “gosto” dos portugueses. Caldeira Cabral não tem dúvidas sobre a real existência de “um tipo de jardim português” (*ibidem*, 118). Ora, os portugueses, que sempre tiveram “uma personalidade nacional bem vincada”, nunca poderiam ter “um papel meramente receptivo”, reprodutivo, ao nível da jardinagem.

O jardim português caracterizava-se, de acordo com Caldeira Cabral, por ser “recatado”, traduzindo, em sua opinião, a estrutura familiar portuguesa. A sua “intimidade” seria uma das principais características, considerando-o uma continuidade dos “giardini-secreti” medievais, rodeados por muros e sebes altas (*ibidem*, 119), perpetuando o espírito medieval. O arquitecto considerava que existiam condicionantes, no passado medieval, que determinaram a evolução do país e que se mantiveram até ao presente. O facto de não ter existido um feudalismo, laico ou religioso, ou grandes propriedades latifundiárias explicaria a inexistência de grandiosos palácios e jardins. Para além disso, não existiu também uma corte, com um “poder absorvente”, pelo que a vida do país “continuou até hoje num ambiente profundamente familiar” (*ibidem*, 119). A inexistência de “grandes obras monumentais” dever-se-ia, não apenas ao meio pobre, mas sobretudo à divisão da riqueza e ao carácter acentuadamente patriarcal da nossa vida social” (*ibidem*, 118). Uma vida social que considera ter evoluído de forma diferente dos outros países europeus.

Os jardins portugueses pautavam-se, assim, pela simplicidade, em oposição aos jardins exuberantes e ricos que avultavam por toda a Europa, reflectindo um “franciscano amor da natureza”, que

considera ser próprio dos portugueses, até porque, acreditava Caldeira Cabral, o amor pela natureza não era apenas apanágio dos povos do Norte, manifestando-se precocemente em Portugal. O exemplo perfeito deste amor pela natureza poderia ser comprovado nos Capuchos (*ibidem*, 131):

Nunca mais, e em parte nenhuma, se conseguiu um equilíbrio tão perfeito e uma unidade tão completa entre a obra do Homem e a da Natureza, não como desde o século passado rebaixando o homem ao plano simplesmente natural, mas sim elevando ambos, Natureza e Homem, ao plano divino da criação dentro do conceito católico e franciscano. Não pretendíamos imitar artificialmente a natureza, mas apenas integrar com raro instinto, na nossa obra, as belezas naturais que encontramos, fossem ela uma fraga, um velho carvalho ou um vasto panorama.

Arquitectura Paisagista e Nacionalismo

Em meados do século XX, o primeiro arquitecto paisagista português encarava a sua obra como uma forma de “servir a Nação” (Cabral, 2003: 30) e de se opor à “desordem e desequilíbrio” (*ibidem*). O seu trabalho, enquanto arquitecto paisagista, era indissociável da ideia de missão, de contribuir para a “renovação nacional” (*ibidem*, 85). Na sua opinião, a Arquitectura Paisagista não deveria “ser mais um elemento de luta entre as profissões existentes” (*ibidem*, 35), devendo antes colaborar e “trabalhar a bem da Nação e dentro do seu campo ajudar-nos, como disse Salazar, a sermos do nosso tempo, sendo da nossa terra” (*ibidem*). Por o seu objecto de trabalho se encontrar vivo, acreditava que a forma de trabalhar do arquitecto era semelhante à política (*ibidem*, 39):

A nossa função é sobretudo de previsão e condução de seres que têm vida autónoma e independente da nossa vontade. Não podemos criar condições tais que esses elementos reajam num determinado sentido e venham a produzir determinados efeitos.

A sua “arte” era política por procurar “influenciar a comunidade das plantas, dos animais e dos homens, numa dada direcção”, mas sem “impor uma solução” (*ibidem*, 57). Em 1962 continuava a referir-se a este carácter político, relacionando-o com a necessidade de manter um “equilíbrio de forças (...) numa certa direcção” (*ibidem*, 68).

Da mesma forma, os seus escritos encontram-se imbuídos de um profundo sentimento nacionalista. Orgulha-se, claramente, de Portugal ser o país europeu “mais antigo como nação” (*ibidem*, 138) e elogia a epopeia dos portugueses “que fundaram a Nação, que fizeram as descobertas, colonizaram e trabalharam durante oito séculos” (*ibidem*, 84). Em 1940, quando se comemorava o ‘Duplo Centenário’, Caldeira Cabral dedica uma conferência aos jardins portugueses, no ISA, referindo que aquele deveria ser um “ano de meditação do que fomos no passado e ainda mais do que haveremos de ser no futuro” (*ibidem*, 85).

Para o arquitecto português, a consciência nacional de um povo seria “mais viva e eficaz” caso houvesse um conhecimento profundo da Nação (*ibidem*, 137). Esta seria uma das mais importantes funções da construção de estradas, domínio onde, naturalmente, entrava em acção o arquitecto paisagista. Na sua opinião, a estrada devia integrar-se perfeitamente na paisagem, surgindo como um elemento natural. Trata-se, sem dúvida, de uma posição que Caldeira Cabral deve, em muito, aos ensinamentos obtidos na Alemanha. Estas ideias foram defendidas pelo grupo de Seifert, e o arquitecto português haveria de assimilá-las. Ao ligarem o país, as estradas permitiriam conhecê-lo melhor e unificar a “consciência nacional”. Para ele, a unidade da nação deveria ser orgânica, diferenciando “unidade” do conceito de “uniformidade”. A unidade, ao contrário da uniformidade, resultaria da “colaboração das partes distintas”, funcionando “tal como num organismo superior”, onde “todas as partes se encontram bem diferenciadas” (*ibidem*, 138).

É quase impossível deixar de extrapolar as ideias que desenvolveu em torno da paisagem, nos vários textos, para a concepção ideal de sociedade que deixa antever. Vejamos o exemplo dado numa conferência em 1941, no ISA, em que a rejeição de um

determinado estilo de jardim serve de mote à crítica social e política, nomeadamente à denúncia da:

(...) manifestação, na arquitectura, da desordem intelectual que caracterizava esse período e todo o começo do presente século. Perdida a noção dos valores colectivos morais e políticos, perdeu-se também a noção das formas, dos cânones válidos para toda a comunidade, que representam o estilo de uma época. Em vez da comunidade, o indivíduo; em vez do estilo, os estilos. A nossa época, que procura de novo activamente uma norma comum, uma disciplina válida para todos, encontrará de certo também o seu estilo. É cedo ainda para ver, com toda a clareza, quais serão as suas características, visto que «a Revolução continua» (...). Mais do que nunca, procuramos estudar o passado para reatar o fio quebrado da tradição, convencidos como estamos que só do esforço das gerações poderá vir obra útil. Não nos interessa porém a cópia desta ou daquela forma que serviu no passado, mas sim conhecer os princípios permanentes que elas exprimem, para com estes concebermos as novas formas do mesmo tempo, que não serão a expressão de uma moda qualquer, mas a contribuição que a nossa geração dará à obra da grei. (*ibidem*, 113-114)

Para o arquitecto, a paisagem reflectia a “desordem intelectual” que vigorava no final do século XIX e início do século XX, pautando-se pela perda dos “valores morais e políticos”, preterindo-se a comunidade em favor do individualismo. Caldeira Cabral, pelo contrário, defende a ordem, a estabilidade, a harmonia e a tradição. Congratula-se mesmo pelo facto de Portugal continuar a “ser um país fundamentalmente agrícola” (*ibidem*, 79). O elogio sistemático que tece em relação ao campo e à agricultura levam-no a louvar a “prudência e desconfiança proverbial do homem do campo” perante a novidade (*ibidem*, 139), lamentando o desprezo que o homem da cidade nutria pelo homem do campo (*ibidem*, 138). Enquanto arquitecto, considerava-se com a aptidão necessária para “preservar os antigos valores culturais” (*ibidem*, 59), para pegar nesses

mesmos valores e dar-lhes “um novo uso, um futuro para o passado” (*ibidem*).

A unidade é um elemento que aponta, frequentemente, como determinante no trabalho do arquiteto. Na sua opinião, não deveriam ser utilizadas plantas “estranhas” à paisagem portuguesa ou até “formas artificiais e inorgânicas” (*ibidem*, 28), insurgindo-se ainda contra a tradição de “aglomerar tudo o que fosse estranho e bizarro”, por considerar que “bizarro e belo não são sinónimos e que o jardim e a paisagem não podem ser museus de esquisitices obtidas por artes malabares” (*ibidem*). Francisco Caldeira Cabral acreditava que a unidade e a harmonia eram elementos essenciais na beleza de uma paisagem. Mostrando-se a favor das “nossas plantas”, lança o desafio: “deixemos de apreciar de uma flor, só por ser da China” (*ibidem*, 105). Contra o “ineditismo e a profusão”, as concepções organicistas e nativistas por si defendidas levaram-no a rejeitar o uso aleatório das formas ou de cores como o azul e o vermelho:

Que diríamos de um pintor que escolhesse as suas tintas pelo preço, pela raridade, até mesmo pela sua beleza isolada, sem atender ao efeito de conjunto? E, no entanto, é frequente ouvir falar, por exemplo, a propósito de arborizações, em manchas de cor, como se mais não fosse preciso para a composição do que justapor diversas cores, esquecendo-se afinal que a cor não é mais do que um elemento do desenho, da forma. (*ibidem*, 28)

Em 1941, no ISA, insurge-se novamente contra a obsessão pela cor e pelo extraordinário, que conduzia ao uso de “árvores e arbustos com folhas de todas as cores, folhas amarelas, vermelhas, variegadas, - tudo menos verde - a não ser que a sua forma fosse suficientemente monstruosa para se lhes poder perdoar o terem folhas verdes” (*ibidem*, 103). “Plantemos as plantas da nossa paisagem tradicional!” (*ibidem*, 154), é também o mote por si deixado no artigo «A estrada e a Paisagem», de 1940. Acreditava que apenas deveriam ser cultivadas as plantas “espontâneas” ou as que, “pela antiguidade da sua cultura e boa adaptação ao meio, consideramos como nossas”

(*ibidem*, 153-154). A escolha explicava-se pelo facto de aquelas plantas se desenvolverem melhor, sendo cruciais para manter o carácter da paisagem portuguesa, rejeitando-se as plantas “invasoras” (*ibidem*, 154).

Para Caldeira Cabral, a paisagem não era estanque, estava antes ordenada segundo “uma hierarquia orgânica” (*ibidem*, 183), uma hierarquia que deveria ser respeitada para assegurar o “bom equilíbrio biológico e até social da paisagem” (*ibidem*). A crença profunda na perfeição da Natureza levava-o mesmo a rejeitar a poda, defendendo que as plantas deveriam crescer “segundo a lei natural, nas suas associações próprias e estejamos certos que a Natureza velará pela harmonia do conjunto” (*ibidem*, 154). Essa Natureza, que estando sujeita à acção de forças construtivas e destrutivas, conseguiu alcançar um equilíbrio “dinâmico”, sendo o homem um “elemento perturbador desse equilíbrio natural” (*ibidem*, 156). A intervenção do homem na paisagem apenas criaria beleza se proporcionasse “um equilíbrio melhor na natureza” (*ibidem*, 139), não se deixando conduzir por “conceitos de estética abstrata”, mas sim de acordo com “o estudo das funções naturais, físicas, biológicas, sociais e históricas” (*ibidem*). O conhecimento das leis biológicas, por exemplo, permitira que a transformação da paisagem fosse feita seguindo as leis impostas pela Natureza.

O conceito de Ordem é, em suma, omnipresente nos seus textos e o sentimento nacionalista transparece em todos eles. Acreditava existir, na natureza, uma ordem, de acordo com a qual todos os seus elementos agiam uns sobre os outros, pelo que o arquitecto deveria, ele próprio, criar “uma ordem natural, adequada aos fins próprios do homem” (*ibidem*, 39), daí a exigência de um conhecimento aprofundado das plantas e do meio físico, mas também, e sobretudo, do homem (*ibidem*, 47).

O projecto do Estádio Nacional

Uma reflexão sobre o trabalho de Caldeira Cabral ficaria incompleta sem a referência ao projecto que haveria de desenvolver em parceria com um alemão. Em 1937, encontrando-se em Portugal de férias, recebe uma carta de José Bélar da Fonseca, professor no

Instituto Superior Técnico e director da Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos (SETH), falando do projecto do Estádio Nacional, lançado em 1934, e da eventual participação do então bolsheiro (*apud* Andresen, 2003: 31):

Estou tratando dum importante projecto em que seria muito interessante utilizar os seus conhecimentos adquiridos no seu curso e na especialização a que se tem dedicado.

É-lhe logo apresentado o Plano Geral, encetado pela SETH, sobre o qual Caldeira Cabral escreve um parecer que contém várias críticas e apresenta a sua perspectiva:

Deverá o Estádio de Lisboa a construir no Estádio do Jamor ter o carácter de um parque dentro do qual estarão situados os vários edifícios e campos de jogos por forma a que os que o frequentarem ao mesmo tempo que executam ou se associam a exercícios físicos se sintam em contacto com a vida da natureza através da vegetação do parque. (*ibidem*)

Na sua opinião, os campos e os edifícios estavam demasiado aglomerados e a área destinada ao parque era desproporcional relativamente àqueles. Para além disso, chama a atenção para o facto de a principal avenida ter o “grande defeito de encanar os ventos dominantes”, não tendo uma função adequada à dimensão.

Estas são, em suma, as primeiras impressões que o projecto que lhe fora apresentado lhe suscitara, ainda em Portugal. Caldeira Cabal acaba por regressar à Alemanha incumbido de um importante projecto, o Estádio Nacional, que deveria ser inaugurado em 1940, no âmbito das Comemorações do ‘Duplo Centenário’.

Nos relatórios que escreve ao Instituto para a Alta Cultura deixa antever um grande entusiasmo. Num deles, enviado em Dezembro, informa (AHIC, documento 45/3):

Comecei já a trabalhar o projecto do parque em Lisboa, que tem interessado muito o meu Professor e que tem para o meu estudo a grande vantagem de me colocar desde já diante da resolução de inúmeros problemas que se não apresentariam nunca em casos alemães. Felizmente o Sr. Prof. Wiepking conhece bem as nossas condições e por isso os seus conselhos têm dobrado valor.

Para além de ter começado logo a debruçar-se sobre ele, apresentou-o a Heinrich Friedrich Wiepking-Jürgensmann. A opinião do seu mestre revelava-se de suma importância para Cabral, considerando mesmo que Wiepking poderia ajudá-lo na resolução de vários problemas. Em carta a Godinho de Oliveira, membro da Comissão do Estádio Nacional, refere que o projecto despertou o interesse do director do *Institut für Landschafts- und Gartengestaltung*, do qual recebeu todo o apoio (Andresen, 2001: 73). E os trabalhos realizados no âmbito do projecto eram mesmo “contados na cadeira de arquitectura paisagista” (AHIC, 1317/5, documento 75). O arquitecto desenhara a cidade olímpica, tendo também trabalhado, com Werner March, no projecto do estádio de Berlim. Cabral colocou também à consideração do alemão o plano do estádio que trouxera para Berlim. As críticas por ele tecidas foram, em sua opinião, tão importantes, que coloca a hipótese de regressar a Lisboa para conversar com a Comissão e com os Arquitectos responsáveis pelo estádio (*ibidem*). Para além das críticas, Wiepking aconselha-o a falar com o Dr. Diem, responsável pelas Olimpíadas de 1936. Para Caldeira Cabral, Diem era “a pessoa mais competente na Alemanha em questões desta natureza” (*apud* Andersen, 2001: 74). Godinho de Oliveira apoiou a decisão de o consultar e mostra-se muito entusiasmado perante as sugestões que este poderia apresentar (*apud* Andresen, 2003: 33).

Na Alemanha, onde continua os seus estudos, Caldeira Cabral remete para Lisboa vários documentos, onde levanta fortes críticas ao projecto do futuro estádio (*apud* Andresen, 2003: 35). Considera o estádio demasiado formal, não aproveitando a “paisagem grandiosa” do Jamor. Defende que “as construções não devem ser colocadas

numa baixa mas sim num ponto donde se domine a paisagem”, de forma a constituir “um conjunto harmónico com a natureza”. Por outro lado, as estradas e caminhos, apenas ladeadas por “longas filas de árvores”, eram demasiado monótonas, não tendo em conta os ventos dominantes. Acreditava ainda que os espaços estavam mal aproveitados e as áreas desorganizadas, tornando impossível o alargamento das instalações desportivas e levantando problemas de trânsito e de circulação de difícil resolução. Desagradava-lhe também a impossibilidade de “ter uma vista de conjunto de qualquer desfile ou grande parada”, o que revela que Caldeira Cabral queria ver incorporado no projecto a grandiosidade dos estádios alemães, que permitissem a realização de paradas militares. Os estádios estavam a ser construídos não apenas para eventos desportivos, mas também para serem utilizados em “demonstrações nacionais” (*apud* Andresen, 2001: 83). Contra o anfiteatro romano, destinado a “distrair o povo” e não para “educar”, agrada-lhe sobretudo a concepção do estádio grego que permitiria a realização de espectáculos “tendo como fundo a paisagem” (*apud* Andresen, 2003: 36). Cabral preferia, obviamente, o estádio grego ao anfiteatro romano. Este era o modelo que queria ver aplicado e, no relatório de Maio de 1938, afirma ter consultado uma “valiosa documentação fotográfica no Instituto Arqueológico da Universidade de Berlim sobre estádios gregos na antiguidade” (AHIC, 1317/5, documento 56).

A Comissão, segundo afirmou Godinho de Oliveira, considerou não haver tempo para que um novo projecto fosse desenvolvido, apesar de ele o considerar muito melhor que o projecto aprovado (Andresen, 2001: 79). Avançou-se, assim, com a proposta apresentada e aprovada da SETH.

Raul Lino, a quem havia enviado a sua análise crítica, lamentou o facto de as críticas formuladas por Cabral não terem sido levadas em consideração e confessa não estar satisfeito com o projecto aprovado (*apud* Andresen, 2003: 36):

Vi com grande interesse o teu estudo crítico do Estádio. Fez-me excelente impressão o que tu sugerias como distribuição geral das instalações e o arranjo paisagístico. Está feito com sentimento de paisagem, técnica e artisticamente. Nunca me conformei com o

projecto aprovado que me parece a planta (...) de um maquinismo (...) Encaraste o problema a uma luz mais espiritual, enobrecendo o propósito da obra, dando toda a importância ao valor artístico do conjunto e à sua influência cultural.

Tendo em conta todas as críticas apontadas ao projecto apresentado pela SETH, e resultando de um trabalho que durou aproximadamente dois anos, Caldeira Cabral e Wiesner, “assistente de arquitectura do Instituto de Arquitectura Paisagista” (AHIC, 1317/5, documento 78) com quem se encontrava a trabalhar, apresentam ao ministro Duarte Pacheco uma nova proposta, em Setembro de 1938, que acabará por ser aceite.

A partir da Alemanha, Caldeira Cabral via, no entanto, o projecto avançar a passo de caracol, deslocando-se, por diversas vezes, ao país. Estivera em Portugal no final de Julho, regressando a Berlim em Setembro “para trabalhar no projecto do estádio de Lisboa”. Volta a Lisboa a 15 de Outubro, “para apresentar o ante-projecto que foi aceite” e a 17 de Novembro regressa à Alemanha, para retomar o seu curso. As idas a Portugal prolongar-se-iam por todo o ano de 1939 (AHIC, 1317/5, documento 75).

Em várias cartas a membros da Comissão queixa-se da ausência de respostas às suas solicitações e da lentidão de todo o processo. Ele sabia que havia “grandes lutas de interesses” em torno do projecto e isso deixava-o, como confessa, “desconfiado” (*apud* Andresen, 2003: 41). Tinha razão para tal, pois acabaria por ser afastado do projecto. Não interessa aqui desenvolver esta questão, mas importa sublinhar que é, de facto, o projecto de Caldeira Cabral e de Wiesner, apesar de algumas alterações, que é implementado. O resultado haveria de ser um edifício inspirado nos estádios alemães, semelhança essa que a revista *A Esfera*, num dos seus números, coloca em evidência.

Conclusão

Tendo realizado o *Vorprüfung*, com classificação de Bom, e para dar continuidade ao percurso escolar, propôs-se estudar, como trabalho final, as manchas verdes da cidade de Lisboa, que deveria ser entregue no início de Dezembro. No Relatório enviado ao IAC em

Agosto 1939 (1317/5, documento 78), Cabral informa que estava a preparar o trabalho final (*Diplomarbeit*), que deveria estar concluído até 1 de Dezembro. Através do estudo do clima, geologia e orografia iria tentar “estabelecer as grandes zonas de edificação da cidade e as zonas a reservar para as manchas de verdura”. De acordo com o bolsheiro, estas manchas, “os pulmões da cidade”, não deveriam ser colocadas “em círculos concêntricos, que viriam a ser fatalmente esmagados pelo desenvolvimento da cidade, e seriam sempre cortadas por todas as grandes artérias de trânsito”. “A sua disposição deve ser radial”, pois só assim se consegue a “ligação directa do centro da cidade com o campo” (AHIC, 1317/5, documento 78).

Em carta datada de 8 de Setembro, o IAC informa Caldeira Cabral que a direcção, “ponderadas as circunstâncias actuais da vida internacional, resolveu suspender, por prazo indeterminado e a contar do próximo mês de Outubro, a bolsa de estudo” (AHIC, 1317/5, documento 81). Em resposta, Cabral afirma que, uma vez que a Universidade de Berlim continuava a funcionar, pretendia finalizar o relatório final e enviá-lo ou entregá-lo pessoalmente a Wiepking dentro do prazo estabelecido (*ibidem*).

A guerra obriga-o a regressar mas o cargo para o qual concorrera, e que havia desencadeado a ida para a Alemanha, estava já ocupado. Naquele país consegue aprofundar conhecimentos numa área ainda pouco desenvolvida, tornando-se no primeiro arquitecto paisagista português. Não temos dúvidas que a ‘lição’ alemã foi aprendida e que se repercutiu no seu trabalho. Caldeira Cabral haveria de ser, como os alemães queriam, um ‘amigo para a vida’.

Não procurámos focar a análise na importância que os seus trabalhos tiveram para a arquitectura paisagista. Tentámos, antes, apresentar o seu percurso como um caso de sucesso da estratégia utilizada pela propaganda alemã. A influência das ideias desenvolvidas na Alemanha, durante aquele período, é notória. Na sua obra é possível identificar vários momentos de exaltação nacionalista. Caldeira Cabral não esconde o grande orgulho que sente pela sua pátria, pensando mesmo ter uma importante missão a cumprir. A sua missão seria, em suma, contribuir para uma ‘revolução nacional’ que acreditava estar a decorrer. Manifestando-se defensor de uma nação orgânica, rejeita o individualismo, a luta de classes e a ‘desordem’

intelectual, defendendo convictamente a ordem. A própria beleza é entendida como sinónimo de ordem. Ordem na sociedade e ordem na paisagem, uma vez que a própria paisagem serve de motivo para expor o seu ideal de sociedade, sociedade essa à qual é atribuída uma identidade nacional.

O arquitecto defendia a existência de um tipo de jardim especificamente português e uma ligação profunda e antiga com a Natureza. O povo surge, assim, imprimindo as suas características à paisagem e ao jardim, que reflectiam, em sua opinião, uma sociedade patriarcal, um país agrícola e rural que elogia. Preservar a paisagem era, portanto, preservar a cultura portuguesa. Consequentemente, manifesta-se por diversas vezes, contra o jardim francês, contra o formalismo dos jardins simétricos, desenhados a régua e esquadro. Na sua opinião, as plantas deveriam corresponder ao seu próprio habitat. Apresenta-se também como um defensor das plantas nativas, opondo-se à utilização de plantas com tonalidades fora do vulgar. O nativismo assim como as ideias em torno da inserção das estradas na paisagem de forma a constituírem um conjunto harmonioso foram, sem dúvida, assimiladas na Alemanha.

Bibliografia

Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO DO INSTITUTO CAMÕES (AHIC)

CABRAL, F. (2003), *Fundamentos da arquitetura paisagista* (2ª ed.). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.

ANDRESEN, Maria Teresa L. (2001), *Francisco Caldeira Cabral*. Reigate England: Landscape Design Trust, Surrey (UK).

ANDRESEN, Maria Teresa L. (2003), “Três Décadas de Arquitectura Paisagista em Portugal: 1940-1970”. In Tostões, Ana / Ramos, Manuel Silveira (orgs.), *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 18-97.

CONAN, M. (1999), *Perspectives on Garden histories*. Washington D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection.

GIESE, W. (1939/1940), “Französische Kulturpropaganda”. In *Hansische Hochschulzeitung*, 21, 163-171.

GROENING, Gert (2007), “The «Landscape Must Become the Law» - Or Should It?”. In *Landscape Research*, vol. 32, 5, 595-612.

http://www.stadtbaukunst.org/cms/upload/texte_zur_stadtbaukunst/Groening_The_Landscape_Must_Become_the_Law_Or_Should_It.pdf

GROENING, G., & WOLSCHKE-BULMAHN, J. (2003), “The Native Plant Enthusiasm: Ecological panacea or xenophobia?”. In *Arnoldia*, 62/4, 20-28.

HITLER, A. (1976), *Mein Kampf*. Lisboa: Afrodite.

KERSHAW, I. (2003), *Hitler: um perfil do poder* (2ª ed.). Mem Martins: Ed. Inquérito.

LOUÇÃ, A. (2005), *Portugal visto pelos Nazis: documentos 1933-1945*. Lisboa: Fim de Século.

RIBEIRO, A. (1975), *Alemanha ensanguentada*. Lisboa: Bertrand.

RICHARDS, P. S. (1990), “The movement of scientific knowledge from and to Germany under National Socialism”. In *Minerva*, 28 (4), 401-425.

ROPER, H. (2000), *Hitler's Table Talk 1941-1944*. New York: Enigma Books.

WOLSCHKE-BULMAHN, J. (1999), “The Search for «Ecological Goodness» among Garden Historians”. In *Perspectives on Garden Histories*, 161-180. Dumbarton Oaks: Dumbarton Oaks Research Library and Collection.

Intercâmbio acadêmico e propaganda nacional-socialista.

Sobre a difusão político-cultural nazi em Portugal. O exemplo da «Casa Alemã» em Braga.¹

Armando Malheiro da Silva
[Universidade do Porto]
Mário Matos
[Universidade do Minho]

Breve panorama das relações luso-alemãs durante a II Guerra Mundial

Mais de *Oito Séculos de História Luso-Alemã* (Strasen/Gândara, 1944) representam, como não poderia deixar de ser, um vastíssimo e muito diversificado campo de estudo. Face a tal amplitude e complexidade, é compreensível que nem todas as épocas e facetas desta longa história das relações luso-alemãs tenham merecido por parte da investigação um enfoque proporcional ao impacto real do intercâmbio entre estes dois espaços geopolíticos e culturais no seu contexto original. Um dos capítulos dessa longa história que ainda está, em parte, por escrever é constituído pelas mais diversas relações entre o *Estado Novo* e o *Terceiro Reich* de 1933 a 1945, período em que se assistiu, não obstante algumas divergências de fundo ao nível das ideologias dominantes em ambos os regimes, a uma série de afinidades. Ainda que se trate de uma perspectiva longe de poder ser considerada consensual entre os estudiosos do fenómeno do(s) fascismo(s) europeu(s), sejam eles portugueses, alemães ou de outras

¹ O presente artigo resulta de duas comunicações apresentadas a dois colóquios distintos, primeiro ao “8º Encontro Luso-Alemão: Ficção e História no Contexto Luso-Alemão”, que teve lugar na Universidade Aveiro, de 18 a 20 de Setembro de 2008, e depois no simpósio interdisciplinar “Zonas de Contacto: Estado Novo / Terceiro Reich”, organizado, na Universidade do Minho, a 3 de Outubro do mesmo ano. Uma versão mais desenvolvida do presente contributo, onde se recua um pouco mais na história das relações luso-alemãs com vista a se enquadrar o contexto mais restrito do intercâmbio entre o Portugal salazarista e a Alemanha nacional-socialista, será incluída nas actas do colóquio aveirense (no prelo).

nacionalidades,² parece-nos por demais evidente que nessa época se verificou entre os estados da Alemanha e Portugal uma notória aproximação, com maior intensidade nos seis anos anteriores à II Guerra Mundial e, devido à ambígua neutralidade portuguesa, em escala menor ou, melhor, de forma menos visível, durante a guerra.

Dessa (vontade de) aproximação resultou, não por acaso, o apologético estudo supramencionado sobre “a tradição gloriosa de oito séculos de História luso-alemã”. (*Idem*: 476). Tendo vindo a lume em 1944, sob a chancela do Instituto Ibero-Americano de Berlim e com composição e impressão lisbonense, portanto numa altura em que a derrota do eixo nazi-fascista já era mais do que previsível e se avizinhava que Portugal, por via de uma hábil viragem estratégica entretanto preconizada pelo regime salazarista, saísse da guerra ao lado dos aliados vencedores, a parilha de autores luso-alemã conclui o seu volume com uma alusão deveras patética aos inquebráveis «laços orgânicos» que supostamente uniriam, para toda a eternidade, os dois povos:

A vida continua. Sejam quais forem as vicissitudes do Porvir, uma coisa se pode afirmar, com o exemplo e o penhor de oito séculos de estima e de cooperação recíprocas, da camaradagem europeia e de identidade de objectivos espirituais: a tradicional amizade luso-alemã viverá sempre, porque corre no sangue dos dois povos. (*Idem*: 464)

Se é verdade – e perfeitamente natural – ter havido, em épocas mais recuadas, relações de índole muito diversa entre Portugal e a

² Perante a impossibilidade de aqui dissertarmos quer sobre as mais variadas «zonas de contacto» entre o Estado Novo e o III Reich quer sobre a interminável discussão em torno dos traços de parentesco ou de diferenciação entre os regimes salazarista e nazi-fascista, remetemos aqui para o recente livro de Luís Reis Torgal (2009), em que, conforme evidencia o título *Estados Novos. Estado Novo*, se enquadra o regime português da época numa perspectiva mais lata do(s) fascismo(s) europeu(s). De particular interesse para as relações luso-alemãs são os capítulos V e VI da Parte I (pp. 249-367), assim como o capítulo V da Parte II sobre o “Estado Novo, Europa e Atlântico” (pp.499-533).

Alemanha, nomeadamente ao nível das matrimoniais ligações dinásticas, do apoio político-militar e do comércio, e se também não é erro afirmar que, ao longo dos tempos, se assistira – apesar do considerável afastamento geográfico e linguístico entre estes dois espaços culturais, da velha aliança luso-britânica, do contra-reformismo soprado de Espanha e da influência intelectual e política de França – a uma presença alemã (física e simbólica) em Portugal que não deixaria de imprimir aí as suas marcas de um difuso intercâmbio de ideias e correntes artístico-culturais, não será, certamente, menos verdade, que a hiperbólica encenação da autoria de Strasen e Gândara dos «inextrincáveis laços sanguíneos» luso-alemães roça os limites da ficção histórica.

De facto, será preciso esperar pela segunda metade século XIX para assistirmos a uma notável intensificação das relações económicas, político-diplomáticas, científicas e culturais entre estes dois países. A reunificação alemã a “sangue e ferro” de 1871, o “socialismo de estado”, o protagonismo conseguido por Bismarck na conferência de Berlim, a imersão plena do *II Reich* na segunda vaga de industrialização, que se caracterizou por um aceleradíssimo progresso no que se refere ao saber técnico-científico e poderio militar, foi impressionando as elites de outras Nações pela Europa a fora. E Portugal não escapou a esta progressiva onda germanófila que confluuiu e engrossou, em contraponto com a reacção oposta de um veemente anti-germanismo que atingiria o seu auge nas duas graves crises político-militares e ideológicas do século XX: a Grande Guerra (1914-18) e a II Guerra Mundial (1939-1945).

Um indicador dessa onda germanófila, em crescendo desde o último quartel do século XIX, pode ser detectado no elenco de instituições alemãs que então se foram instalando em terras lusas e que Strasen e Gândara listam no final do seu livro sob a forma de “uma visão fotográfica” (*idem*: 465-475): além da Legação, das Igrejas católicas e evangélicas, de um hospital da Irmandade de S. Bartolomeu cuja enfermaria estava ao encargo da Cruz Vermelha Alemã, de Colégios Alemães em Lisboa e no Porto, há ainda a mencionar o Instituto de Cultura Alemã sediado na capital portuguesa, e suas sucursais nas academias do Porto e de Coimbra, assim como uma representação dos Caminhos de Ferro Alemães -

Secção Turismo. Um estudo recente retomou, aprofundou e ampliou essa listagem do ano de 1944, com um recorte temporal muito preciso: 1933-1945. O seu autor, Reinhard Schwarz (2006), prestou especial atenção à organização estrangeira do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) em Portugal. Em termos sucintos, a sua tese central é que, por um lado, a Alemanha nazi não deu grande relevo ao Estado Novo salazarista e, por outro, que António de Oliveira Salazar, com a sua política de neutralidade condicionada pela pressão exercida pelo seu tradicional aliado inglês, modelou firmemente uma atitude pró-aliada do regime português da época. Conforme se pode verificar na seguinte passagem da breve introdução ao seu estudo, introdução essa que é ao mesmo tempo a sua conclusão, Schwarz nega, de forma mais ou menos preliminar, a existência de uma aproximação de matiz político-ideológica entre Portugal e a Alemanha.

Sobre a actividade nacional-socialista, há duas opiniões que, embora parciais, estão profundamente enraizadas em Portugal: a primeira, é a crença actual na existência de actividades subversivas envoltas em véus de secretismo, crença alimentada pela “quinta coluna” da propaganda inimiga, a segunda, por ser precário o conhecimento histórico específico, leva a uma sobrevalorização da importância de Portugal para o III Reich. Exceptuando a questão económica, em especial o fornecimento de matérias-primas a partir de 1942, não se pode dizer que a Alemanha tenha dado atenção particular a Portugal. Do ponto de vista político, não havia afinidades especiais entre os dois países. Exceptuando os primeiros dois anos de guerra contra a União Soviética, a política de Salazar, empenhada no processo de neutralidade, e a omnipresente influência britânica, levaram a uma atitude manifestamente pró-aliada do regime. Por ser artificial a concatenação regime português=autoritário=fascista=germanófilo, a conclusão revela-se errónea. (Schwarz, 2006: 16s)

Não coincidente com esta perspectiva de Schwarz, que é demasiado linear na sua compreensível reacção a duas opiniões que ele considerada falsas, é a tese do historiador António José Telo (1991), para quem a posição do Governo de Lisboa só começa a

mudar e a ceder, a contra-gosto, aos interesses da Grã-Bretanha a partir de meados de 1942. Expressou-a nestes termos esclarecedores:

Em meados de 1942, há um longo balanço negativo nas relações com os aliados, que já vem do ano anterior quando Salazar começou uma aproximação económica e militar com o eixo. As atitudes desastrosas em relação à América Latina e ao comando dos Açores, a recusa em aceitar oficialmente o plano de defesa, a rede do SOE e, sobretudo, a política económica (...), conduziram as relações com a Inglaterra até um quase ponto de rutura, estando Campbell disposto a assumir posições de força.

A má disposição inglesa é compreensível, mas coincide com uma mudança de fundo no pensamento de Salazar. A 22 de Junho, este encontra-se com Campbell e dá-lhe a entender, pela primeira vez, que está convencido que os aliados vão ganhar a guerra. Mais tarde repete a mesma tese ao americano Myrian Taylor, reconhecendo que a derrota da Alemanha é muito difícil, mas não impossível. Tudo indica que o Primeiro-Ministro, muito possivelmente levado pela contenção do eixo em todas as frentes, começa a admitir a hipótese da guerra terminar com a derrota da Alemanha, embora ainda esteja longe de esperar um seu completo esmagamento. Um primeiro resultado desta mudança é a aprovação do plano de defesa do ano anterior. Outro, bastante mais importante, é a preocupação com as consequências para o regime de uma paz futura em que a Europa surja dominada pela Inglaterra e a Rússia, especialmente quando pela primeira vez se começa a fazer sentir uma pressão considerável por parte das classes baixas urbanas. (Telo, 1991: 89)

A leitura proposta por António José Telo ajuda-nos a considerar que a gestão da neutralidade de Salazar na II Guerra Mundial foi completamente diferente da que os republicanos desenharam e concretizaram durante o conflito de 1914-1918, na medida em que estes, por razões variadas e complexas, não cabíveis em esquemas redutores ou em monismos explicativos, acabaram por forçar o estatuto da aliança luso-inglesa e emparceirar com as forças aliadas no combate aos *boches*. E mesmo os partidos e sectores da opinião política e pública mais moderada e antiguerrista desenvolveram o seu posicionamento, em favor da neutralidade ou de

um abrandamento no esforço belicista, com o “espírito” dessa mesma aliança.³

É, pois, no quadro da específica gestão salazarista da neutralidade no decurso do conflito bélico que pensamos adequado analisar a vida efémera da Casa da Academia Alemã (1943-1945) em Braga, que, por sua vez, funcionou como extensão local do Instituto de Cultura Alemã (*Deutsches Kulturinstitut*), fundado em 1943. Uma vez que são extremamente escassas as referências a uma «Casa Alemã» na capital minhota, não surpreende que Schwarz seja omissos quanto à existência dessa extensão do Instituto de Cultura Alemã, ainda que forneça elementos caracterizadores dessa instituição germânica presidida pelo professor universitário e romanista Dr. Harri Meier que, depois da guerra, continuaria as suas tarefas académicas na Universidade de Bona.⁴

A inauguração solene do Instituto de Cultura Alemã, como herdeiro do Grémio Luso-Alemão, cuja fundação, por sua vez, remontara a Março de 1928, ocorreu em 21 de Janeiro de 1944, “com a participação de importantes personalidades portuguesas e alemãs da vida cultural. Além das pessoas citadas, estiveram presentes o ministro da Alemanha, von Hoyningen-Huene, e o Prof. Dr. Franz Six, dirigente do departamento cultural do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich.” (Schwarz, 2006: 203). No entanto, foi curta a sua existência e a sua missão terá sido, na opinião de Schwarz, apenas cultural – ainda que nas suas considerações genéricas sobre “a actividade cultural” conceda às manifestações desse género “grande importância para a propaganda germânica em Portugal.” (*Idem*: 184) Na sua perspectiva, “o Instituto de Cultura Alemã fez tudo pela divulgação da cultura alemã: organizou apresentações musicais, apoiou a publicação de textos, trouxe a Portugal professores e investigadores de nomeada. Tendo em conta que a Alemanha estava nessa altura no auge do esforço de guerra e que, por conseguinte, não podia dar-se ao luxo de desperdiçar forças, tudo isso se reveste da maior importância”. (*Idem*: 204) Não negamos que as suas actividades tenham representado um contributo muito importante para a

³ Veja-se, a este respeito, Silva (2006: 36-60).

⁴ Veja-se Schwarz (2006: 203-207).

disseminação da língua e cultura alemãs em terras lusas. No entanto, pensamos que nessa recta final de tão extenso e brutal confronto bélico a difusão cultural disfarçava uma acção derradeira de propaganda que serviria, *in extremis*, para travar a viragem da política de Lisboa em aproximação aos aliados.

Este binómio *divulgação cultural/propaganda ideológico-política* das referidas actividades do Instituto de Cultura Alemã não constitui, porém, um caso único e pioneiro. Conforme revela uma recente publicação, também a Itália de Mussolini se fez representar no exterior, nomeadamente em Portugal, através da “Sala Italiana”, solenemente inaugurada na Universidade de Coimbra em Julho de 1928, com um acervo bibliográfico e um programa cultural densamente fascistas. Jorge Pais de Sousa (2007) classificou e catalogou 793 títulos dessa *Biblioteca fascista* depositada e esquecida, décadas a fio, no Instituto de Estudos Italianos. À semelhança desse levantamento, cujo autor parte, como nós, do pressuposto de que o fascismo foi um “sistema ideológico bem organizado”, apostado em reproduzir, de forma concertada, a sua mundividência hegemónica e totalitária através dos mais “variados meios e das mais diversas estratégias” (Sousa, 2007: 39s), recorrendo-se para tal inclusivamente de escolas e bibliotecas, já alguns anos antes se procedera, sob a coordenação de Maria Manuela Gouveia Delille e Karl Heinz Delille, nomeadamente no âmbito das actividades do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, a uma minuciosa procura e catalogação das *Publicações do Período Nacional-Socialista existentes no Instituto de Estudos Alemães da Faculdade de Letras de Coimbra*. Esta “compilação” revelar-se-ia, conforme perspectivado pelos responsáveis na respectiva nota de apresentação, uma base de dados muito “útil (...) não só para os estudiosos do período nacional-socialista, mas também para aqueles que pretendem informar-se sobre o relacionamento luso-alemão nos anos que medeiam entre 1933 e 1945.” (Delille/Delille, 2003) De facto, pode-se dizer que estes dois catálogos permitem analisar autores, títulos e ideários e, por conseguinte, perceber que as instituições culturais da Itália fascista e da Alemanha nacional-socialista, com representações na academia portuguesa, assentavam numa estratégia bicéfala de um cunho indiscutível e vincadamente político-diplomático e ideológico.

Considerando o cenário de guerra que se ia tornando cada vez mais sombrio para as tropas alemãs e a conseqüente aproximação do Estado Novo às potências aliadas, parece-nos, em suma, plausível que a Alemanha nazi, com intuito de seduzir a opinião pública portuguesa de que (ainda) valeria a pena cooperar com o “grandioso” III *Reich*, tenha passado a apostar, no ano de viragem de 1943, num reforço da sua propaganda ideológica e política em Portugal dissimulada através da vertente cultural. A instauração de uma Casa da Academia Alemã em Braga, numa zona do país até aí claramente menosprezada como *Hinterland* pela diplomacia nacional-socialista, parece confirmar esta tese de forma eloquente.

Antes de nos debruçarmos sobre a micro-história dessa extensão da política cultural e académica do regime nazi no norte de Portugal, não podemos deixar de salientar que o presente estudo partiu, não de uma base empírica e documental solidamente cimentada por investigações previamente existentes, mas de alguns dados soltos, ou, se quisermos, de duas pontas de fio que nos serviram para começar a tecer a nossa «narrativa» historiográfica. O seu ponto de partida, que se inscreve num registo de História local, consistiu, por um lado, numa breve referência à «Casa Alemã» em Braga num artigo publicado numa revista universitária (Martins, 2001: 11-34), em cujo anexo também se transcreve uma carta do Vice-Cônsul francês no Porto, pertinente para o tema aqui em apreciação (Wernert, 2001: 577-581), e, por outro, na descoberta de um punhado de fotografias oriundas de um arquivo privado relativas ao acto de inauguração dessa instituição.⁵ É portanto de realçar que estes dois elementos documentais sobre os quais inicialmente assentámos a nossa investigação – um textual, outro fotográfico – não se destinavam, na sua função original, ao domínio público. No entanto,

⁵ Trata-se de um total de onze fotografias, de autoria desconhecida, conservadas num álbum particular de Carlos Salazar Mourão, a que tivemos acesso pela gentil e pronta disponibilidade de seu sobrinho, Dr. Duarte Chaves, a quem aqui expressamos os nossos profundos agradecimentos, quer pela facilidade que nos proporcionou de acedermos às referidas fotografias do seu Arquivo de família, quer pelas preciosas informações que nos facultou, nomeadamente acerca da biografia do seu tio, elementos esses que representaram um notável apoio na elaboração deste trabalho.

uma vez arrancados ao seu contexto de origem e cruzados um com o outro, esses fragmentos remetem para um espaço e um tempo delimitadíssimos que, numa primeira abordagem, nos permitiriam estabelecer os “micro-contornos” do nosso objecto de estudo: Braga, em 1943, ou seja, num ano crítico da cronologia da II Guerra Mundial (1939-1945); uma cidade, capital de distrito do noroeste português, com uma tradição católica, apostólica e romana muito vincada, cujo ambiente vivido durante os últimos dois anos do conflito que flagelara o mundo é descrito pelo diplomata francês, trazido à colação por António Coimbra Martins no referido artigo, num comunicado enviado ao seu Ministério dos Negócios Estrangeiros alguns dias após a capitulação da Alemanha.

Observemos portanto um pouco mais de perto, mormente por via do escasso material de que, por enquanto, dispomos, a breve história dessa instituição na capital minhota.

A «Casa Alemã» em Braga: uma pequena peça da máquina de propaganda político-cultural nazi

Comecemos pelo tal comunicado, datado de 20 de Maio de 1945, que o Vice-Cônsul francês de então, E. Wernert, enviou ao representante diplomático da França em Portugal. Nele se descreve Braga como “cidade anti-francesa” por excelência, devido à sua “atitude decididamente hostil, observada quer ao nível das autoridades e da imprensa locais quer da própria população, em relação aos aliados e, particularmente, à França.”⁶ Recorrendo ao ancestral *cliché* da “Roma Portuguesa”, a cidade dos Arcebispos, dos seminários, dos numerosos conventos e igrejas, o diplomata prossegue a sua descrição dessa “pequena cidade do Norte de Portugal”, numa perspectiva radicalmente anti-clerical e pró-liberal, atribuindo à grande quantidade de “ordens e actividades religiosas que [aí] parecem se ter concentrado” a plena responsabilidade de ter criado em Braga “uma

⁶ Citamos aqui, em tradução nossa, a partir do documento transcrito em francês no referido número de 2001 da revista *Cadernos do Noroeste*, 15, (1-2), pp. 577 – 581. Tratando-se de um pequeno documento, e para não se sobrecarregar o texto corrente, achamos desnecessário indicar repetidamente o respectivo número da página.

atmosfera original e um modo de vida e de pensar muito particular”, em que reinaria um “ambiente de silêncio, de recolhimento, mas também de aborrecimento, uma vida mesquinha [*vie étroite*], reservada, austera, de hábitos de pensamento conservadores, tradicionais, absolutamente fechados à vida e às ideias modernas.” Na sua visão esquemática, que catapultava Braga para fora do tempo e do espaço, isto é, da História como processo contínuo, transformando-a numa espécie de ilha distópica, a profunda “hostilidade anti-francesa” dos bracarenses radicaria em tempos já muito anteriores à guerra, uma vez que, “doutrinados por uma propaganda [clerical] tão hábil quanto dissimulada”, a França representaria para os habitantes dessa alegada cidade de província “o símbolo da «Revolução», da «desordem», numa palavra só, a «filha perdida da Igreja».”

É nesse clima anti-moderno, sobre esse terreno supostamente tão fértil para a implementação de ações doutrinadoras de cunho anti-liberal que, seguindo ainda a representação bracarense do Vice-Cônsul francês, a Alemanha nacional-socialista iria conseguir “plantar”, sem qualquer tipo de dificuldade, o seu edifício de propaganda. Ao contrário do que aconteceu com o leitorado de francês, que fora criado em Braga sensivelmente pela mesma altura - em 1942 - e que teria tido uma existência “desprovida de meios”, tendo o seu único professor “vivido miseravelmente” de um “salário irrisório de 1. 000 escudos por mês” e, assim, constituído um “alvo fácil para o escárnio do inimigo”, o governo nazi não teria poupado em despesas com a instalação de uma “verdadeira casa alemã” ligada ao Instituto de Alemão do Porto. As suas instalações são descritas por Wernert, como se de uma autêntica mansão se tratasse: um majestoso edifício abrangendo “várias salas de conferência e de leitura, uma biblioteca e um serviço de imprensa, tudo isso principescamente mobilado e dotado de fundos substanciais.”

Se compararmos esta faustosa representação com o conjunto de fotos, pertença de Carlos Salazar Mourão, que Wernert caracteriza como “um dos mais fervorosos germanófilos do sítio”, “o homem de confiança dos alemães nessa região que velava pelas chaves dos armários e dos cofres onde os serviços alemães encerravam o seu material de propaganda e os seus filmes”, verificar-se-á que as “majestosas” instalações da Casa Alemã eram, afinal, mais austeras e

sóbrias do que na imagem transmitida pelo Vice-Cônsul do Porto ao seu superior em Lisboa. Mesmo que se tenha em conta tratar-se, então, de uma época de enorme carência de tudo, dos racionamentos de víveres em praticamente todos os países europeus, inclusive a França, Portugal e a própria Alemanha, e ainda que se situasse numa zona nobre do centro histórico da cidade, junto às suas portas medievais (Arco da Porta Velha), num edifício que reflectia a ascensão da burguesia local endinheirada do século anterior, mas não evidenciava sinais de uma arquitectura aristocrática, não se pode afirmar que a Casa da Academia Alemã em Braga se tivesse destacado por uma megalómana pomposidade.⁷ (Ver figuras 1 e 2)

⁷ Por uma questão de mera curiosidade e a título quase anedótico, pode-se referir que a parte inferior do edifício é hoje ocupada por um conceituado restaurante bracarense, em que, por coincidência e sem que do seu “passado germânico” alguém de entre nós soubesse, o Departamento de Estudos Germanísticos da Universidade do Minho chegou aí a organizar jantares de convívio entre os colegas da área do Alemão. Outra coincidência é que o edifício continua de uma forma deveras curiosa ligada à academia, já que um dos andares superiores, entretanto profundamente remodelados em apartamentos, é actualmente habitado por um leitor de línguas da mesma universidade, porventura, não de Alemão, mas de Espanhol.



Fig. 1: O edifício da Casa da Academia Alemã em Braga (1943)



Fig. 2: O mesmo edifício, ocupado por um restaurante e diversos apartamentos (2008)

Conforme se pode verificar nas diversas fotografias aqui reproduzidas, que datam muito provavelmente dos primeiros dias da existência da Casa da Academia Alemã em Braga e em cujos versos se encontram manuscritamente apontadas as respectivas salas, nem o “Salão Principal” (Fig. 3 e 4), nem a “Sala de Leitura” (Fig. 5) e a “Biblioteca” (Fig. 6), nem tão pouco o “serviço de imprensa”, que se terá consignado ao gabinete de Carlos Salazar Mourão (Fig. 7 e 8), primam propriamente por estarem “principescamente mobilados”, como Wernert o descreveu.



Fig. 3: O palco do “Salão Principal” da Casa da Academia Alemã em Braga (1943)



Fig. 4: A plateia do “Salão Principal” da Casa da Academia Alemã em Braga (1943)

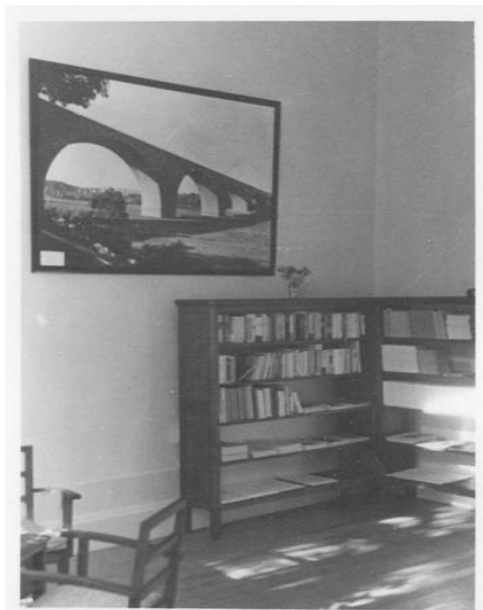


Fig. 5: A “Biblioteca” da Casa da Academia Alemã em Braga (1943)



Fig. 6: A “Sala de Leitura” da Casa da Academia Alemã em Braga (1943)

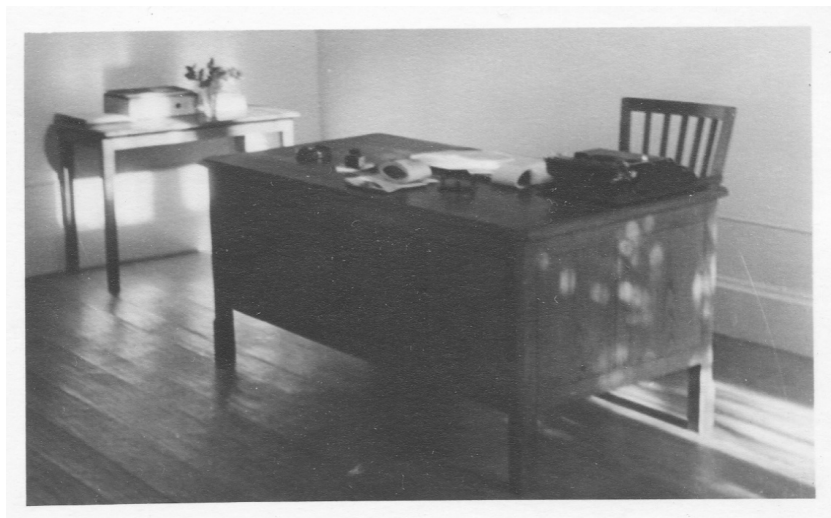


Fig. 7: O suposto “Serviço de Imprensa” (Wernert), que, na realidade, se terá consignado ao gabinete de Carlos Salazar Mourão (1943)



Fig. 8: Outro ângulo do gabinete de Carlos Salazar Mourão (1943)

Voltando à correspondência consular de Wernert, foi “graças às suas instalações, aos seus meios culturais e sobretudo aos seus meios financeiros, enfim, graças a uma propaganda hábil e persuasiva” que “a casa alemã de Braga (...) logrou, em poucos meses, transformar a hostilidade dos bracarenses perante o nosso país [isto é, a França] num ódio sólido, cuidadosamente alimentado”. Esse célere sucesso da máquina (anti-)propagandística nacional-socialista, que tão facilmente teria conseguido canalizar e modelar a suposta antipatia de longa tradição dos bracarenses pela França no sentido de uma autêntica aversão, explicar-se-ia, na sua opinião, pelo facto de os alemães aí terem “encontra(do) um solo particularmente fértil para prosperar”, nomeadamente devido à “ignorância e ao fanatismo de um jovem clero já doutrinado pela propaganda do Estado totalitário português”, cuja simpatia pelo nacional-socialismo assentaria, por sua vez, na profunda convicção de que a Alemanha seria, na Europa, o seu único aliado na “defesa contra o bolchevismo russo e a revolução francesa”, os alegados “negadores absolutos de qualquer religião”. Ao estabelecer uma ligação directa e linear entre “as entidades laicas e religiosas”, considerando que, ao mesmo tempo que a “burguesia da cidade aplaudia a propaganda alemã”, “qualquer abade” se sentia um “zelador das ideias nazis e imputava todos os pecados do mundo à França”, a perspectiva do Cônsul francês revela-se demasiadamente esquemática e redutora. Esta radical generalização ou, melhor, uniformização do posicionamento político-ideológico dos bracarenses tende a diluir as fronteiras internas, a omitir o indesmentível antagonismo entre os simpatizantes do Eixo nazi-fascista, de um lado, e os pró-aliados, do outro, que, durante a II Guerra Mundial, marcou, de forma ora mais, ora menos manifesta, toda a sociedade portuguesa e não só a população da capital minhota.

Apesar de o relatório de Wernert denotar um conhecimento bastante pormenorizado acerca do conjunto de personalidades de notoriedade local pretensamente empenhadas na causa pró-alemã, a sua visão de Braga como um ninho de fervorosos germanófilos, como uma cidade homogénea e radicalmente anti-aliados, totalmente manipulada e controlada pela propaganda alemã, é sustentada por uma apreciação bastante limitada – para não dizermos, ideologicamente parcial – da imprensa local. Parece-nos, pois,

significativo que o Vice-Cônsul aí recorra, no intuito de corroborar a sua tese, predominantemente a um dos dois principais jornais diários de Braga: o *Correio do Minho*, órgão oficial da União Nacional, enquanto o *Diário do Minho*, reconhecidamente mais ligado ao meio conservador de cariz clerical e tendendo mais para os aliados, quase não é levado em consideração, à excepção de ser brevemente classificado pelo próprio Wernert como sendo “menos odioso” em relação à França.

Para averiguar em concreto qual o posicionamento genérico de cada um desses diários bracarenses perante as potências beligerantes na II Guerra Mundial não será sequer necessário recorrer a uma leitura muito atenta (das entrelinhas) dos respectivos artigos. Bastará folhear as secções dos anúncios aí publicadas, para rapidamente se perceber de que lado alinhavam durante os conturbados anos da guerra. O reflexo mais evidente de que o *Diário do Minho* (DM) apoiava a causa dos aliados ocidentais e o *Correio do Minho* (CM) a do Eixo italo-germânico consiste na divulgação que cada um desses jornais locais fazia dos diferentes canais de propaganda de cada bloco beligerante. Enquanto o DM publicitava as frequências e horários em que se poderiam seguir os noticiários radiofónicos em português da “*B.B.C., A voz de Londres*” em que “o mundo acredita”, assim como as “emissões dos Estados Unidos em língua portuguesa: *Aqui América*” (Fig. 9), o CM, por sua vez, reproduzia, quase diariamente, quer os anúncios dos serviços noticiosos da rádio “*Berlim. A Alemanha fala! Actualidades em língua portuguesa*”, quer das emissões da *Rádio Centro Imperial* da Itália fascista. (Fig. 10)

B.B.C.

**A VOZ DE LONDRES
ESCUAT ESTAS EMISSÕES**

8.45 Noticiário	(24,92 m.	(12,04 mc/s)
		19,76 m.	(15,18 mc/s)
		13,86 m.	(21,64 mc/s)
13.15 - Noticiário e Atualidades	(24,92 m.	(12,04 mc/s)
		19,76 m.	(15,18 mc/s)
		13,86 m.	(21,64 mc/s)
21.45 - Noticiário e Atualidades	(42,11 m.	(7,13 mc/s)
		41,75 m.	(7,19 mc/s)
		31,75 m.	(9,45 mc/s)
		30,96 m.	(9,69 mc/s)
		26,10 m.	(1,140 kc/s)
		1.900,00 m.	(300 kc/s)

AMERICA

**Emissões dos ESTADOS UNIDOS
EM LINGUA PORTUGUESA**
(Recorre a esta Tabela para referência futura)

Horas	Estações	Ondas curtas
6,15	WBXX	31,1 m. 9.050 kc/s
8,45	WRUW	49,8 m. 6.040 kc/s
10,45	WBOS	48,8 m. 6.140 kc/s
12,45	WBOS	25,3 m. 11.870 kc/s
16,45	WBGS	19,7 m. 15.210 kc/s
16,45	WGEA	25,3 m. 11.847 kc/s
17,45	WGEA	25,3 m. 11.847 kc/s
20,45	WGOB	31,5 m. 9.530 kc/s
21,45	WGOB	31,5 m. 9.530 kc/s
24,15	WDJ	89,7 m. 7.565 kc/s

Emissões diárias

**OIÇA a VOZ da
AMERICA em MARCHA**

Fig. 9: Anúncios às emissões radiofónicas dos aliados no *Diário do Minho* (1943)

Escutai ROMA!

RADIO EIAI IMPERIAL

Novo horário

**NOTICIARIO EM LINGUA PORTUGUESA
TODOS OS DIAS**

HORAS	Estações	Kcs
8.50 Noticiário	(2 RO 4 m. 25.40	11.810
	(2 RO 21 m. 19.92	15.000
12.20 Comunicado de guerra	(2 RO 8 m. 16.84	17.820
	(2 RO 17 m. 15.31	19.590
14.10 Noticiário	(2 RO 7 m. 16.88	1.770
	(2 RO 21 m. 19.92	15.060
22.40 Noticiário	(2 RO 11 m. 41.55	7.220
	(2 RO 22 m. 25.10	11.950
	(47.62 Kcs 6.229
22.40 Noticiário	(ondas médias m. 221,1 m. 263,2	
0.00 Noticiário	(2 RO 6 m. 19.61	15.300
	(2 RO 19 m. 30.76	9.760
	(2 RO 19 m. 89.04	10.330

CONVERSAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA

2.20 (nos domingos)	m. 52,70	Kcs 11,695
2.10 (nas quintas)	m. 70,52	Kcs 9,830

**BERLIM
A ALEMANHA FALA!**

ACTUALIDADES EM LINGUA PORTUGUESA

Novo Horário (Hora de Verão)

HORAS	Estações	Ondas Curtas
12,30 às 14,00 "Hora Portuguesa"	DZE	24,73 m. 12.130 kc/s
14,00 Noticiário	DZE	24,73 m. 12.130 kc/s
19,45 Noticiário	DXX	49,83 m. 6.020 kc/s
	DXX	27,51 m. 11.720 kc/s
21,30 Noticiário	DXU 9	31,28 m. 9.590 kc/s
	DJI	41,15 m. 7.270 kc/s
21,45 Noticiário	VJC	49,83 m. 6.020 kc/s
	DKK	25,91 m. 11.760 kc/s
22,15 Noticiário e Tema do dia	DZC	29,16 m. 10.290 kc/s
	DXU 9	31,28 m. 9.590 kc/s
	DJI	41,15 m. 7.290 kc/s
23,30 Noticiário e Hora do dia	DXU 9	31,28 m. 9.590 kc/s
0,45 Noticiário	DXX	49,86 m. 6.140 kc/s

Fig. 10: Publicidade às emissoras da Alemanha nazi e da Itália fascista no *Correio do Minho* (1943)

Se estes anúncios político-publicitários nos dois diários bracarenses reflectem, de forma deveras ilustrativa, as suas tendências distintas face aos dois blocos beligerantes, já no que concerne às notícias em si relativas às actividades da Casa da Academia Alemã em Braga não é possível discernir com clareza dois posicionamentos antagónicos. Ambos os jornais publicam os textos alusivos aos eventos organizados por essa sucursal do Instituto de Cultura Alemã com uma frequência e estilos muito semelhantes entre si, o que leva a crer que de redacção própria, de uma elaboração jornalística directamente imputável às direcções dos dois diários bracarenses, teria havido muito pouco. Dito por outras palavras, quer o *Diário do Minho* quer o *Correio do Minho* ter-se-ão, basicamente, limitado a reproduzir os textos quase *ipsis verbis* conforme a Agência Alemã de Serviços Noticiosos (*Deutsches Nachrichtenbüro/D.N.B.*) as fornecia ao estrangeiro.

Ainda assim, nas edições do CM, referente aos anos de 1943 a 1945, ou seja, os da existência da Casa Alemã em Braga, há a destacar que, ao contrário do DM, o fazia quase sempre em primeira página, primeira página essa que, a par dos artigos alusivos à oferta cultural alemã na capital minhota e a outros temas relacionados de forma positiva com a Alemanha, não raramente era adornada com fotografias alusivas ao poderio técnico-militar alemão, a saber, por via de imagens legendadas das mais variadas e mais imponentes peças da maquinaria de guerra do exército nazi. Este sinal inequivocamente pró-alemão coaduna-se também com a conhecida e assumida posição ideológica do então director do CM – e, simultaneamente, Governador Civil de Braga – Henrique Cabral, que podemos de facto considerar, com as palavras do Vice-Cônsul francês, um “germanófilo fervoroso”. Ainda que a ligação entre o aparelho de governação e administração locais, de que alguns membros terão simpatizado com o Eixo nazi-fascista, e um dos jornais bracarenses possa ter constituído um poderoso meio para veicular a propaganda pró-alemã, a tese defendida por Wernert de que essa “ofensiva maciça protegida pelo elemento oficial” teve como resultado que “a massa da burguesia local, os meios locais e numerosas personalidades” foram cega e veementemente manipulados pela propaganda político-cultural alemã em Braga, o que terá conduzido ao tal “ódio profundo” aos franceses

pela população bracarense em geral, parece-nos uma perspectiva claramente condicionada pela nacionalidade e função do seu autor.

Para se poder reconstruir e avaliar, na medida do possível, o “impacto real” da máquina de propaganda alemã na região ter-se-ia de analisar, conforme aqui já afirmarmos, outras fontes complementares. Uma vez que nesta fase da nossa investigação ainda não dispomos desses elementos, só nos podemos cingir aqui à apresentação de alguns factos comprováveis sobre a existência da Casa da Academia Alemã em Braga, nomeadamente as datas de sua fundação e extinção, nomes de pessoas directa ou indirectamente ligadas ao seu funcionamento, assim como a sua programação cultural. Este conjunto de informações, que nos permite traçar pelo menos um perfil genérico da presença político-cultural alemã na capital minhota e que, de seguida passaremos a apresentar de um modo sucinto, resulta de um exaustivo levantamento das mais diversas referências ao nosso tema publicadas nos dois referidos jornais locais, o *Correio do Minho* (CM) e o *Diário do Minho* (DM), entre Janeiro de 1943 a Maio de 1945.

Começamos pela delimitação temporal. Em 1943, na mesma altura em que se procedeu, em substituição do Grémio Luso-Alemão, à fundação do Instituto de Cultura Alemã em Lisboa, Coimbra e Porto, também em Braga se fundou uma instituição que deveria estender a “divulgação cultural” alemã ao *Hinterland* português. Enquanto sobre a extinção da Casa da Academia Alemã em Braga, que datará presumivelmente de 5 de Maio de 1945,⁸ não encontrámos, na imprensa local, qualquer referência, o acto de inauguração da Casa Alemã em Braga foi, prévia e repetidamente, anunciado em primeira página. Assim, ainda antes do próprio acto inaugural, ocorrido em 23 de Janeiro de 1943, em edição de 13 de Janeiro ambos os diários bracarenses publicavam, com títulos e textos praticamente idênticos, a vinda, “a esta cidade, do distinto professor dr. [sic] Friedrich Irmen, director da sala alemã da Universidade do Porto, que visitará as instalações da Casa da Academia Alemã de Braga, cuja inauguração se

⁸ De acordo com Schwarz (2003: 207), “em 5 de Maio de 1945 a comissão interaliada dissolveu o Instituto da Cultura Alemã e a Academia Alemã de Munique.”

realizará dentro de pouco tempo”, informando também que aí “funcionarão cursos de língua alemã elementar, médio e complementar, para os quais são feitas inscrições a partir de 14 do corrente.” (CM, 13/01/1943) No dia 19 de Janeiro, o mesmo jornal noticia, sob o título “Intercâmbio Luso-Alemão”, a presença em Braga nesse dia, do “ilustre professor” Irmen, agora curiosamente apresentado como director do Centro Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural”, que, “desde as 17 às 19 e das 21 às 22 horas” daria “informações a todos os que desejem matricular-se no curso de língua alemã, que dentro de dias, vai inaugurar-se.” No próprio dia da inauguração, quer o CM quer o DM publicam, em primeira página, o anúncio da abertura da Casa da Casa da Academia Alemã, “acto que se efectuará às 16 horas [e] para o qual foram convidados as entidades oficiais de Braga e outras individualidades de prestígio no meio bracarense, assistindo [também] o sr. cônsul do Porto.” (CM, 23/01/1943). A notícia é complementada pela informação de que aí “será exposta ao público uma interessante colecção de fotografias, em grande formato, sobre a arquitectura alemã, que estiveram até agora patentes ao público no Porto. A exposição está aberta ao público das 21 às 23 horas.”⁹ (*Ibidem*) No dia seguinte, ambos os jornais publicam em primeira página, com continuação nas páginas seguintes, artigos assaz pormenorizados sobre o acto inaugural, o que nos permite delinear um vasto elenco de personalidades ligadas à diplomacia e academia alemãs da época em Portugal, assim como os objectivos atribuídos à Casa da Academia Alemã em Braga. Valerá a pena transcrevermos aqui uma passagem um pouco mais longa do *Diário do Minho* (24/01/1943) que, à semelhança do *Correio do Minho*, fez a reportagem do acto festivo nos seguintes termos:

⁹ Essa “interessante colecção” de “fotografias em grande formato” aparece nas fotos aqui reproduzidas da Casa Alemã (Fig. 3, 4, 5, 6 e 8). Conforme aí se pode verificar, a colecção resume-se a edifícios e monumentos da “imponente” arquitectura nazi, tais como o recinto do partido nacional-socialista em Nuremberga (Fig. 3), vistas do interior e exterior da então recente Chancelaria do Reich (Fig. 4 e 6), assim como a obras da arquitectura rodoviária nazi (Fig. 5 e 8).

Com a assistência das autoridades e entidades oficiais, inaugurou-se, ontem, [...] a Casa da Academia Alemã. Instalada num amplo palacete, cujos interiores ostentam interessantíssima colecção de fotografias da moderna arquitectura do Reich, a Casa da Academia Alemã recebeu com requintes de gentileza as individualidades convidadas [locais]. [...]

No salão de festas realizou-se cerca das 16.30 uma sessão a que presidiu o sr. dr. Unverfelwt [i.e. Unverfehrt], cônsul alemão no Porto, ladeado pelos srs. drs. Friedrich Irmen, director da Academia Alemã em Braga, Oho [i.e. Otto] Diehl, director da Secção Lingüística do Instituto de Cultura Alemã em Lisboa [...]. Estavam também presentes os srs. drs. H. Lechner, professor do Leitorado da Academia Alemã no Porto e H. G. Hnober [sic], director da Casa Alemã em Coimbra, e algumas senhoras.

O sr. dr. Frierich Irmen deu as boas-vindas aos convidados, enalteceu as belezas naturais de Braga, cidade cheia de lindas igrejas e pitorescos arrabaldes, e definiu com clareza o objectivo e missão da Academia: ensinar a língua alemã aos bracarenses para que estes melhor possam conhecer a nova Alemanha e os dois povos se amem e admirem cada vez mais, através de uma acção essencialmente espiritual. [...]

O sr. dr. Unverfelwt, em nome do sr. Embaixador da Alemanha em Lisboa, saudou a nossa cidade e levantou o seu cálice fazendo votos pela amizade da Alemanha e Portugal, terminando por exaltar a obra do nosso Governo sob a égide de Carmona e Salazar.

O sr. dr. Oho Diehl também se referiu á finalidade da criação da Academia e á vantagem do intercâmbio cultural entre os dois países.

Em edição do mesmo dia e reportando-se ao mesmo assunto, o *Correio do Minho* (24/01/1943) parece insistir mais na aparentemente clara delimitação dos propósitos da Casa Alemã que, segundo o Cônsul alemão “não tem outros propósitos nem outras finalidades que não sejam os de estabelecer maior intercâmbio cultural entre o seu país e Portugal”, (...) tratando-se de um projecto “que há muito estava no seu pensamento, pela simpatia que Braga lhe inspira, como centro espiritual de larga projecção.” Este enfoque no “objectivo [puramente] intelectual” dessa “iniciativa cultural” que, à luz das referidas reportagens jornalísticas no DM e CM, terá estado patente

em todos os discursos dos intervenientes no acto de inauguração, parece, assim, corroborar a nossa tese de que, a partir dos anos de 1942/43 marcados por uma viragem do Estado Novo ao nível da política exterior, se terá assistido, por parte da política diplomática alemã em Portugal, a uma operação *in extremis*, camuflada sob a vertente cultural, para travar ou inverter a notória inclinação do governo português para o lado dos aliados. Mas passemos, de novo, da interpretação à enumeração dos factos “puros” sobre a Casa da Academia Alemã em Braga que a imprensa local nos fornece.

Se em relação às personalidades bracarenses que terão estado directamente ligadas à orgânica e ao funcionamento da Casa Alemã, ainda não conseguimos descobrir outros nomes, senão o do já referido Carlos Salazar Mourão, o tal “homem de confiança dos alemães” que, segundo o Vice-Cônsul francês, terá assegurado *in loco* a sua logística, já no que concerne ao lado alemão a análise dos jornais CM e DM permite-nos tirar algumas ilações bastante evidentes.

Tratando-se de uma instituição submetida ao aparelho diplomático nacional-socialista, o responsável superior da Casa da Academia Alemã seria portanto o cônsul alemão do Porto, Dr. Unverfehrt, enquanto o cargo de sua direcção seria ocupado pelo Dr. Friedrich Irmen, que era, em simultâneo, o director do Instituto de Cultura Alemã no Porto.

No que diz respeito aos professores de língua na Casa Alemã, o nosso levantamento do material publicado na imprensa bracarense não deixa margem de dúvidas. Os primeiros cursos de alemão aí leccionados estiveram ao encargo Dr. Herbert Lechner, do Leitorado de Alemão da Universidade do Porto, que, em Abril de 1944, seria substituído pelo Dr. Heinz Kröll, o qual, tendo passado a residir em Braga, como tudo leva a crer, se terá dedicado a tempo inteiro à sua missão da divulgação da língua e cultura alemãs na região bracarense. Segundo uma notícia publicada no *Correio do Minho* (18/04/1944), essa passagem de testemunho oficial terá acontecido em 17 de Abril de 1944, porventura, num ambiente de grande comoção amigável e camaradagem, conforme se pode verificar neste relato eivado de um certo *pathos*, por via do qual se procede, num cenário local que remete simbolicamente para a dimensão internacional, a uma emotiva encenação dos laços de amizade entre os povos alemão e português:

Na Casa da Academia Alemã desta cidade, reuniram-se (...), a convite do novo director, Dr. Heinz Kroell, os alunos que, actualmente, se encontram inscritos nos cursos de língua alemã regidos neste estabelecimento cultural. A esta reunião, durante o qual foi oferecido um esplêndido “lunch” e que decorreu num ambiente de alegre camaradagem e mútua simpatia, assistiu, além do Dr. Frierich Irmen, director do Instituto de Cultura Alemã no Porto, o Snr. Dr. Herbert Lechner, que aproveitou esta oportunidade para se despedir dos alunos, de que durante mais de um ano foi professor.

Depois de o Snr. Dr. Irmen algumas palavras de saudação e agradecimento ao Snr. Dr. Lechner, este tomou a palavra para se despedir dos seus alunos, a quem agradeceu, comovido, o interesse pelo estudo da língua a alemã e a simpatia pessoal que demonstraram, recomendando-lhes, depois, o seu sucessor, que, mais do que até aqui tem sido possível, poderá atender os alunos dos cursos por ter residência fixa em Braga e desta maneira estar sempre ao alcance de quem se lhe queira dirigir.

O Snr. Dr. Kroell, que, apesar de se encontrar apenas só há poucas semanas em Portugal, já fala com correcção a nossa língua, agradeceu, no final, aos Snrs. Drs. Irmen e Lechner o trabalho realizado, exprimindo a sua vontade e esperança de contribuir, pelo seu trabalho, para a divulgação da língua e cultura alemãs em Braga e para o estreitamento das relações culturais entre Portugal e a Alemanha.

Ainda que não tenhamos informações concretas sobre a quantidade de alunos e turmas dos cursos de alemão, não há margem de dúvidas de que chegaram a funcionar. Pois, não só eram anunciados, como eram destacados os respectivos actos solenes do início e encerramento, de modo geral acompanhados de recitais musicais, palestras ou exposições e “esplêndidos lanches”.

Para além da oferta de diferentes níveis, quer em horários diurnos quer em regime nocturno, segundo um anúncio no *Diário do Minho* de 14 de Janeiro de 1943, chegou mesmo prever-se – num “admirável” e espantoso acto de adaptação da política cultural nazi à cultura latina – a “organização de um curso especial para senhoras e meninas, caso o número de inscritas o justifique”.

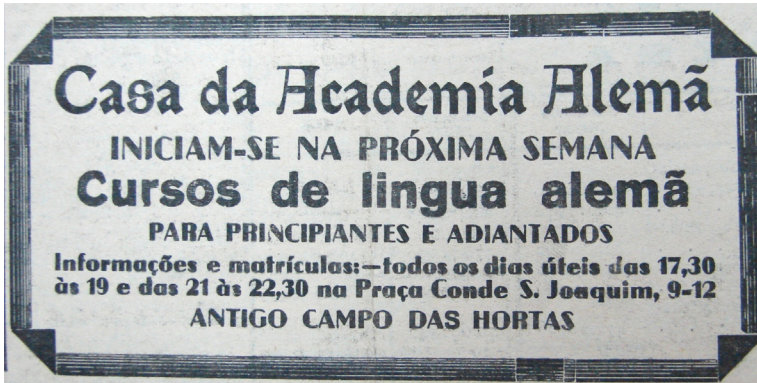


Fig. 11: Anúncio dos cursos de língua alemã leccionados na Casa da Academia Alemã em Braga
(*Correio do Minho*, Fevereiro de 1943)

Mas as actividades da Casa da Academia Alemã em Braga não se limitaram aos cursos de língua. Visto à luz do contexto local da época e independentemente dos objectivos propagandísticos que lhe subjaziam, a sua programação representou, sem dúvida, uma considerável diversidade de ofertas culturais pouco habituais na província portuguesa. Vejamos, portanto, ainda com base na nossa análise dos dois diários bracarenses que temos vindo a referir, de que tipo de eventos se tratou.

Em termos sucintos, pode-se dizer que a oferta da Casa da Academia Alemã em Braga consistiu em exposições de artes visuais, como a já mencionada exposição inaugural de fotografias da arquitectura nazi, que o *Correio do Minho* considera, hiperbolicamente, num breve anúncio de 12 de Fevereiro de 1943, “um notável acontecimento artístico”, e, em menor grau, de pintura,¹⁰ em palestras de índole histórico-cultural sobre temas variados, tais como a pintura, música, filosofia e literatura alemãs, em recitais musicais e na

¹⁰ Por razões certamente relacionadas com o alto risco de se transportar as “valiosas” obras de arte nazi, através do continente europeu, em pleno período de guerra, as exposições de pintura limitaram-se à exibição de “trabalhos escolares de alunos portugueses e alemães”. Veja-se a esse respeito o artigo no *Correio do Minho*, de 24/02/1945.

projectão de filmes de “divulgação científica e documentários culturais.” (*Correio do Minho*, 02/12/1944)

Perante a impossibilidade de aqui se proceder a uma listagem exaustiva das múltiplas e variadíssimas palestras promovidas pela Casa Alemã de Braga, podem-se destacar, a título meramente exemplar, as seguintes conferências por ordem cronológica. Em Março de 1943, Otto Diehl conferenciou sobre “A Vida e a Arte de Albrecht Dürer” (*Diário do Minho*, 07/03/1943). Povidência e Costa (professor da Universidade de Coimbra) apresentou uma palestra sobre J.W. Goethe, cujo acesso, “dada a elevada categoria intelectual do orador” (*Correio do Minho*, 18/03/1943) e perante a afluência esperada, exigia uma requisição prévia de bilhete. Organizado em 22 de Março, como comemoração do “111º aniversário da morte de Goethe”, a esse evento assistiram, conforme se pode ler numa longa reportagem no mesmo diário bracarense, quer as mais “representativa figuras do meio intelectual bracarense”, quer diversas personalidades de destaque ligadas ao Instituto da Cultura Alemã de Lisboa, Porto e Coimbra. (*Correio do Minho*, 18/03/1943) Em 25 de Maio do mesmo ano, foi a vez do “sábio europeu”, o “ilustre geógrafo Dr. Hermann Lautensach, professor catedrático da universidade de Greifswald e doutor *honoris causa* da Universidade de Coimbra”, fazer uma conferência sobre “A Acção Humana na Paisagem Portuguesa” (*Correio do Minho*, 25/05/1943). Poucos dias depois, houve uma palestra sobre a “Vida e a Obra de Joseph Haydn”, proferida pelo Dr. Fernando Moreira, professor do Conservatório de Música do Porto. (*Correio do Minho*, 25/05/1943) Saltando para o ano seguinte, poder-se-á destacar uma conferência sobre “o grande filósofo alemão Nietzsche”, proferida pelo ilustre professor da Universidade Coimbra Albin Beau (*Correio do Minho*, 01/12/1944), pensador idolatrado (e adulterado) pelo regime nacional-socialista, a que o Leitor de alemão da própria Casa da Academia Alemã em Braga também dedicou um longo artigo, publicado na primeira página do *Correio do Minho* de 18 de Janeiro de 1944. Em 17 de Fevereiro de 1945, o mesmo jornal anuncia que “O grande organista e compositor Anton Bruckner foi ontem brilhantemente evocado pelo Dr. Friedrich Irmen”, em mais uma palestra, entre muitas outras ocorridas ao longo dos cerca de dois anos de existência dessa instituição, que terá atraído numerosos

ouvintes do meio local e de intelectuais ligados à academia alemã em Portugal.

Já no que concerne à música e aos concertos, a programação da Casa Alemã em Braga parece ter sido bastante mais comedida, pelo menos em relação à quantidade de eventos. Esta relativa escassez ter-se-á provavelmente devido ao facto de, nesse domínio, não ter sido tão fácil recorrer-se da “prata da casa”, isto é, de professores universitários portugueses e alemães da área dos estudos germanísticos assim como de outros professores convidados pelo Instituto de Cultura Alemã em condições de palestrar sobre as mais variadas temáticas. Ainda assim, podem-se mencionar alguns exemplos, tais como um concerto pelo famoso trio de Munique *Fiedel*, que, “sob o patrocínio da Academia Alemã de Munique e por iniciativa do Instituto da Cultura Alemã de Lisboa”, após uma série de concertos na capital, no Porto e em Coimbra, também actuou em Braga, nomeadamente em meados de Fevereiro de 1943 (*Diário do Minho*, 17/02/1943), ou o “belo concerto de viola de gamba e piano”, com que a “Casa da Academia Alemã em Braga celebrou o encerramento das actividades escolares”, do (curto) ano lectivo de 1942/1943, e cujo programa consistiu em recitais de peças de diversos compositores alemães, italianos e franceses dos séculos XVI e XVII. (*Diário do Minho*, 10/07/1943)

Não é por mero acaso que deixámos uma outra actividade da Casa da Academia Alemã em Braga, nomeadamente a projecção de filmes de “divulgação científica e documentários culturais,” para o fim deste breve elenco. Se em relação à programação cultural supramencionada é muito difícil, senão mesmo impossível, discernir objectivos de índole claramente ideológica e/ou doutrinadora – sobretudo porque as notícias da imprensa local não dão conta, como é evidente, dos conteúdos propriamente ditos das palestras e conferências maioritariamente dedicadas a temas histórico-culturais anteriores ao *III Reich* – as breves descrições que os jornais nos dão no que diz respeito ao tipo de filmes exibidos, sempre nos fornecem algumas pistas nesse sentido.

Na edição do dia 2 de Dezembro de 1944, o *Correio do Minho* faz o seguinte anúncio:

Vai realizar-se na Casa da Academia Alemã de Braga (...) uma brilhante sessão cultural, preenchida por filmes de divulgação científica e documentários culturais.

Veremos nessa sessão curiosíssimos filmes, dos quais destacamos principalmente “O Reino das Formigas”, oferecendo-nos inéditos aspectos da vida dos formigueiros; “A Energia das Plantas”, dando flagrantes imagens da força que elas possuem, a fim de romper a terra; “Navegando em Águas Tumultuosas”, apresenta o campeão do mundo do remo em arriscadas proezas em águas agitadas e perigosas; e por último, “Juventude sã, povo forte”, numa sequência de imagens impressionantes, seguimos a evolução da criança, educada no culto pelo ar livre e pela educação física, até à sua transformação numa creatura [sic] de corpo sã e alma forma.

Do programa constam ainda os filmes igualmente interessantes: “Águias do Mar” e “Aspectos do Tirol”.

Só quem desconhece as ideias organicistas e sócio-darwinistas, o culto do “Sangue e Solo” (*Blut und Boden*) e as metáforas de heroicidade que convergem na abstrusa mundividência nacional-socialista é que não conseguirá ver a mensagem doutrinadora, genuinamente fascista, subjacente a essa “brilhante sessão cultural” proporcionada pela Casa da Academia Alemã em Braga. Conforme se pode verificar na passagem transcrita, o fascínio e o poder persuasivo inerentes, não só ao chamado cinema de ficção, mas também ao filme “documental” e “científico”, o *massmedium* que Hitler e Goebbels tanto apreciavam e em que tanto investiram para efeito de uma persuasão ideologizante, contamina visivelmente a própria linguagem jornalística, numa brevíssima notícia que, aparentemente, não mais pretende do que anunciar um evento “apenas” cultural. Terá sido por um mero acaso que, ao contrário dos outros tipos de actividades culturais, essa sessão de cinema especificamente dedicada à “divulgação científica” e ao “documentário cultural” tenha sido repetida pelo menos uma vez, conforme atesta um outro anúncio no mesmo jornal, na sua edição de 19 de Abril de 1945, isto é, poucos dias antes da capitulação total da Alemanha nazi?

Conclusões

Como pudemos constatar, a programação da Casa da Academia Alemã em Braga parece ter-se limitado, de um modo geral, à divulgação da língua e cultura alemãs. Sem o acesso aos conteúdos das suas actividades, sobretudo os das palestras e conferências, é impossível determinar até que ponto terão sido de um teor, mais ou menos manifestamente, político-ideológico.

Tendo funcionado como uma extensão do Instituto de Cultura Alemã, a sua programação era, naturalmente, feita em função da agenda mais geral dessa instituição em Portugal, tendo-se para tal recorrido ao elenco pré-existente, quer de personalidades ligadas à academia portuguesa e alemã, mormente professores universitários da área da germanística, quer de convidados cujas *tournés* passariam agora muitas vezes a incluir uma “excursão à província” do Minho. À excepção do professor de alemão Kröll, que terá sido durante o último ano, o principal responsável da gestão *in loco* e do funcionamento académico da Casa Alemã em Braga, e da já referida personalidade bracarense, que, pelo menos durante os primeiros tempos, terá assegurado o seu funcionamento logístico, continuamos a desconhecer, por agora, quem e quantos, entre a população local, a terão frequentado com regularidade ou mesmo mantido ligações institucionais.

O que o nosso estudo da imprensa bracarense nos permite determinar com um elevado grau de certeza é que o acesso às ofertas de eventos acontecia ou por via de convites directamente dirigidos a determinados destinatários ou por via do levantamento prévio dos respectivos bilhetes. Este facto permite-nos deduzir que a Casa Alemã em Braga se terá primordialmente dirigido a uma “elite” local – ou pelo menos, a um tipo pré-seleccionado de pessoas de interesse para a sua causa - e não às massas. Neste sentido, podemos considerar a Casa da Academia Alemã em Braga, tal como a sede e as outras filiais do Instituto da Cultura Alemã em Portugal, um meio de “propaganda de veludo”, como uma pequena – mas, nem por isso, pouco importante - peça da complexa e bem oleada “máquina propagandística” do *III Reich*.

Na mesma ordem de ideias, parece-nos que este exemplo da Casa da Academia Alemã em Braga, ou seja, de uma instituição alemã

numa “cidade de província” de um pequeno país situado na periferia de uma Europa devastada pela guerra, é particularmente ilustrativo de que, no domínio da acção e divulgação cultural internacional, a política diplomática da Alemanha nazi se enquadrava perfeitamente na concepção e estratégia propagandísticas de Goebbels que consistia, para aqui o citarmos livremente, numa “doutrinação gota-a-gota” que deveria evitar um “ruidoso rufar dos tambores”. Concepção e estratégias essas que, neste caso concreto, porventura também se adequava na perfeição à delicada situação da (ambígua) neutralidade do Estado Novo durante a II Guerra Mundial.

Bibliografia

- CORREIO DO MINHO, Braga. (Edições de Janeiro de 1943 a Maio de 1945).
- DELLILE, Karl Heinz/DELLILE, Maria Manuela Gouveia de (Coord.) (2003), *Publicações do período nacional-socialista existentes no Instituto de Estudos Alemães da Faculdade de Letras de Coimbra. Catálogo bibliográfico*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (Cadernos do CIEG, 6).
- DIÁRIO DO MINHO, Braga. (Edições de Janeiro de 1943 a Maio de 1945).
- MARTINS, António Coimbra (2001), “Bandeirinhas, Incenso, Gratidão. Reacções em Portugal à capitulação do III Reich”, in: *Cadernos do Noroeste. Revista de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho*, 15 (1-2), Braga, 2001, pp. 11-34, (Série História I).
- SCHWARZ, Reinhard (2006), *Os Alemães em Portugal: 1933-1945. A colónia alemã através das suas instituições*, Porto: Antília Editora Lda.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006), *Sidónio e sidonismo: vol. 2 – História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.
- SOUSA, Jorge Pais de (2007), *Uma Biblioteca fascista em Portugal. Publicações do período fascista existentes no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Catálogo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.
- STRASEN, E. A./GÂNDARA, Alfredo (1944), *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Berlim: Instituto Ibero-Americano de Berlim.
- TELO, António José (1991), *Portugal na segunda guerra: 1941-1945*. vol. 1, Lisboa: Veja.
- TORGAL, Luís Reis (2009), *Estados Novos. Estado Novo*, 2 vols., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- WERNERT, E. (2001), “Braga, ville anti-française, 1945”, in: *Cadernos do Noroeste. Revista de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho*, 15 (1-2), Braga, 2001, pp. 577-581 (Série História I).

Importação de armamento e política externa portuguesa. O caso da “troika” de Solothurn (1933-1945)

António Louçã

No final dos anos 20, o exército português procurava escapar a uma dependência crónica da Grã-Bretanha no que se referia ao fornecimento de material bélico e estudava as várias hipóteses para uma possível diversificação dos seus fornecedores. A este antecedente, veio juntar-se na transição para a década seguinte um factor adicional que pressionava no mesmo sentido: o agravamento das tensões internacionais levou o governo britânico a mostrar-se cada vez mais reservado sobre a venda de material de guerra a países que, na melhor das hipóteses, seriam aliados de pouca valia militar. Portugal, um desses aliados, foi ainda mais relegado ao papel dum escoadouro para material obsoleto ou defeituoso.¹ A insatisfação do lado português resultante deste impasse incrementou o interesse por outros fornecedores. Aproveitando a “janela de oportunidade”, a indústria militar alemã substituiu, espectacularmente, a sua concorrente britânica em importantes fornecimentos ao exército português. No início da Segunda Guerra Mundial achava-se já solidamente instalada no primeiro lugar do ranking de fornecedores. E aí iria ficar quase até ao fim do conflito mundial.²

Mas, para o Governo de Lisboa, nem tudo se resumia, nos anos 30, ao dilema de comprar armas no Reino Unido ou na Alemanha. As linhas que se seguem não tratam da viragem para o predomínio alemão e sim do período que imediatamente a precedeu – período de relativa indefinição, em que os fornecedores britânicos

¹ *Dez anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. Vol. I, 1973. Documento nº1. Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador em Londres, 4.9.36.

² Cf. Telo (1991), p. 239 sg.

perdiam terreno a olhos vistos, mas o vácuo não se encontrava ainda inteiramente preenchido pela concorrência germânica. Esse hiato, que podemos considerar aberto com a Guerra Civil de Espanha e concluído com o início da Segunda Guerra Mundial, é o triénio em que se disputa ferozmente o mercado português. Travava-se aqui uma luta surda entre a indústria bélica alemã e o bloco concorrente austro-italiano. Nessa luta, desempenharam um papel decisivo três personalidades, a “troika” de Solothurn, em quem concentraremos a nossa atenção.

Hans Eltze, o amigo alemão de Salazar

Paradoxalmente, era alemão o engenheiro de armamento que nos anos 30 começou por criar mais incertezas à implantação da indústria bélica alemã em Portugal, devido às ligações que mantinha com a concorrência austríaca. De seu nome Hans Eltze, fizera os primeiros anos de carreira com estadias profissionais em Inglaterra, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Brasil e México. Depois da Primeira Guerra Mundial, entrara ao serviço da *Rheinmetall*, a segunda maior fabricante alemã de material de guerra. Em Julho de 1919, atingiu na empresa o cargo de director-geral.³ Logo então se empenhou em promover o rearmamento clandestino da Alemanha, à margem das limitações previstas no Tratado de Versalhes. Fê-lo à frente de uma das fábricas mais importantes da *Rheinmetall*⁴, e fê-lo também ao organizar o contrabando de munições da Holanda para a Alemanha⁵, tendo sido preso durante algum tempo pelas autoridades francesas de ocupação. Eltze defendia tenazmente a standardização das armas produzidas e a coordenação entre as várias empresas que procuravam fugir à fiscalização aliada.⁶ Em 1929, partiu para a Suíça, com a missão de organizar em Solothurn uma subsidiária da *Rheinmetall*. Aí se deveria produzir armamento germânico destinado a exportação, mas sob um

³ Nos anos seguintes, participaria também no Conselho Fiscal da *Daimler-Benz*; Bill (1999), p.27. Aparentemente, Eltze alicia vários técnicos da *Rheinmetall* para trabalharem em Solothurn. Bill, p. 42.

⁴ A fábrica localizada em Sömmerda. Hug (2002), p. 112.

⁵ *Idem*, p. 191.

⁶ *Idem*, p. 113.

rótulo suíço. Eltze permaneceu na Suíça durante cinco anos⁷, partilhando a direcção da nova fábrica com Fritz Mandl, a quem adiante voltaremos.

A subsidiária, *Waffenfabrik Solothurn*, produzia principalmente as armas de pequenos calibres em que a *Rheinmetall* era especialista. Um dos seus muitos clientes nestas rubricas era o Exército português, a quem, segundo o investigador suíço Ramón Bill, vendia pistolas-metralhadoras S1-100⁸ e determinadas quantidades de pistolas sobrantes.⁹ Numa segunda fase, a *Waffenfabrik Solothurn* iria produzir também canhões anti-aéreos.¹⁰ Para a produção desses calibres, associou-se às *Steyr Werke AG*, da Áustria, que se encontravam em situação financeira crítica mas conservavam um nome prestigiado¹¹: sob o impulso de Eltze, criou-se no Verão de 1930, a *Steyr-Solothurn Waffen AG*, com sede em Zurique. O director-geral da *Rheinmetall* e sócio-gerente da *Waffenfabrik Solothurn* mudou-se então para a capital da Suíça alemânica para daí dirigir a nova empresa.¹²

Em breve, em 30 de Janeiro de 1933, Hitler iria ascender ao poder. Eltze contava com uma rápida legalização das exportações de armamento até aí proibidas e pôs-se a preparar o regresso à Alemanha, tendo enviado para a fábrica da *Rheinmetall* em Tegel, Berlim, os técnicos que até aí se empenhara em atrair a Solothurn.¹³ Convenientemente, apressou-se a entregar a sua inscrição no partido nazi – uma certeza que corrige a nossa anterior convicção e da qual aqui damos testemunho.¹⁴ Em Março de 1933, fundou a *Solo GmbH* para, com ela, distribuir a partir de Berlim os produtos da *Waffenfabrik*

⁷ A sua saída do Conselho de Administração data de 28 de Março de 1934. Bill, p. 47.

⁸ Em 1935 o Exército português terá adaptado a S1-100 para o calibre 7,65mm *Parabellum*, crismando-a de PM “*Steyr*” m/935. *Idem*, p. 40.

⁹ Do modelo *Parabellum 9mm*, com o nome “*Steyr*” m/42. *Ibidem*.

¹⁰ Com um calibre a partir de 20mm. Hug, p. 203 sg..

¹¹ Nomeadamente as *Dreyse* que a *Wehrmacht* depois adoptaria com os nomes de *LMG 13* e *17*. *Idem*, p. 112.

¹² *Idem*, p. 193.

¹³ *Idem*, p. 260. Trata-se da antiga fábrica da *Borsig*, entretanto absorvida pela *Rheinmetall*. Doravante, a empresa passa a ser a *Rheinmetall-Borsig*.

¹⁴ Vd. a ficha de Hans Eltze (Gaukartei), no antigo Berlin Document Center, Bundesarchiv, Berlim.

e da *Steyr*, que até aí distribuía a partir de Zurique. A seu lado na nova empresa, encontrava-se mais uma vez o sócio de Solothurn, Fritz Mandl.¹⁵

À sucessão de êxitos de Eltze não faltaram alguns contratemplos e incidentes de percurso. Num contexto de rearmamento alemão, a *Rheinmetall* fez-lhe saber que as encomendas internas deveriam ter prioridade sobre a exportação de armas¹⁶ e começou a preparar o desmantelamento da fábrica de Solothurn e da *Solo GmbH*, ambas demasiado voltadas para o mercado internacional.¹⁷ As autoridades suíças reagiram com desagrado, conseguindo impor à *Rheinmetall* uma versão suavizada do plano. Eltze, por seu lado, foi em 1934 trabalhar em Viena, como director-geral das *Steyr Werke AG*¹⁸ - um episódio que parece talhado para confirmar o juízo do historiador suíço Peter Hug, para quem a nossa personagem “representava interesses mais helveto-austro-italianos do que propriamente alemães”.¹⁹

Mas os insucessos de Eltze na Alemanha eram apenas conjunturais. Em Junho de 1935 Hitler ordenava ao ministro da Guerra, general von Blomberg, uma rápida promoção das exportações de armamento. O Ministério criou então um organismo especial para o efeito – o *AGK*, um grupo de trabalho que, oficialmente, existia para impedir qualquer violação das restrições acordadas no Tratado de Versalhes.²⁰ Mas o seu dinamismo não enganava e, sob essa capa, o *AGK* dedicava-se na verdade a promover a exportação de armamento. Em pouco tempo, Eltze via novamente chegada uma oportunidade, obtinha assento no *AGK* e tornava-se seu

¹⁵ Hug, p. 275.

¹⁶ *Idem*, p. 275. Além disso, Eltze nem sempre pode contar com apoio oficial para os seus negócios. O critério com que ele escolhe os clientes irá por vezes revelar-se demasiado comercial para o gosto dos nazis, entretanto instalados no poder: em Julho de 1933, Eltze pede a caução financeira do *Reich* para uma venda de armas à China e tropeça em objecções políticas do *Auswärtiges Amt*. Para os nazis, o “amor à pátria” não guia todos os passos do director-geral da *Rheinmetall*. Hug, p. 281.

¹⁷ *Idem*, p. 276.

¹⁸ *Idem*, pp. 113 e 277.

¹⁹ *Idem*, p. 342.

²⁰ Boelcke (1994), p. 73-75.

vice-presidente a tempo inteiro.²¹ Nessa função, segundo Hug, ele “desenvolveu-o [ao *AGK*] como cartel de exportação, que autorizava firmas seleccionadas a exportar material de guerra e que contrariava o ‘desperdício’ de equipamento de guerra alemão, opondo-se às ofertas com que [as firmas alemãs] procuravam bater-se mutuamente baixando os preços nos mercados estrangeiros”.²²

Depois, ainda lhe encontramos a pista em Ankara, em Abril e Maio de 1935²³; e em Madrid, em Março de 1936, meses antes do *putsch* anti-republicano, ao pagar subornos elevados para acelerar exportações de armamento com destino à Espanha.²⁴ Quatro meses depois de iniciada a guerra civil no país vizinho, Eltze deslocava-se a Lisboa, no que parece ter sido a sua primeira incursão pela capital portuguesa. O chefe da Legação Alemã, Hoyninggen-Huene, explicava então ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Teixeira de Sampaio, a importância da visita: “Ao fazer oferecimentos ou propostas acerca de armamentos, ou ao dar provas de boa vontade em qualquer matéria ao Governo português, o Governo alemão tem em mente um pensamento político e não puramente comercial ou de simples cortesia”.²⁵ O “pensamento político” a que o diplomata se referia era o esforço conjunto para sufocar a revolução proletária espanhola.

Só mais tarde, em data indeterminada após o início do conflito mundial, Eltze viria instalar-se em Portugal.²⁶ Estabeleceu então residência oficial em Lisboa²⁷ e tornou-se, aparentemente, um dos raros amigos pessoais de Salazar.²⁸

²¹ Hug afirma que Eltze assume as funções no *AGK* em representação da *Rheinmetall-Borsig*. Hug, p. 267. Fica por esclarecer se efectivamente se terá afastado da *Rheinmetall* em conflito aberto com a empresa, hipótese que Bill aventa sem a considerar segura. Bill, p. 31.

²² Hug, p. 267.

²³ *Idem*, p. 342.

²⁴ *Idem*, p. 267.

²⁵ Apontamento de Teixeira de Sampaio sobre conversa com Huene, 10.11.36. AOS/CO/NE-7, Pt. 7.

²⁶ Hug, p. 113.

²⁷ Bill, p. 58.

²⁸ Von Jagwitz a Göring, 20 11.41. *Bundesarchiv*, Berlim (doravante BA-B), Microfilme 15224, Fotog. 236146. Vd. também fotog. 236149.

Fritz Mandl, o sócio austríaco de Eltze

A fábrica de Solothurn tinha ficado para trás e o interlúdio austríaco tinha durado pouco no percurso de Eltze. Mas o seu sócio austríaco, Fritz Mandl, constituía uma ligação comercial e política duradoura. Relativamente jovem²⁹, ambicioso e enérgico, Mandl herdara a posição do pai na *Hirtenberger Patronenfabrik*, recuperara as quotas perdidas por este em anos de turbulência e projectara a empresa para um lugar de destaque no mercado internacional de material de guerra. O êxito em breve lhe valera o cognome de “rei das munições”.³⁰ Os cronistas sociais deleitavam-se com o seu padrão de vida ostentoso, as suas amizades proeminentes e a sua vida sentimental tempestuosa. Mandl tinha em Viena um palácio deslumbrante e era anfitrião habitual de escritores, poetas, traficantes de armas e figuras fascistas.³¹

O historial de confrontos da família com o movimento operário remonta pelo menos a 1921, quando o pai, Alexander Mandl, apoiou a Polónia na guerra contra a Rússia bolchevique. Na sequência desse apoio, perdeu a fábrica austríaca, incendiada por operários comunistas, e ganhou a fábrica polaca de Pocisk, Varsóvia, em recompensa do apoio prestado ao futuro ditador Josef Pilsudski.³² A partir de 1926, a família Mandl passou a deter igualmente a fábrica de Dordrecht, na Holanda, que através de Eltze fazia entregas clandestinas de munições à Alemanha.³³ Mais tarde, iria também adquirir fábricas noutros países, incluindo a Alemanha³⁴ e a Argentina. Em 1928, chegou a hora da *Patronenfabrik Solothurn*, quando a empresa de Mandl se apoderou de todo o seu capital social numa operação que

²⁹ Mandl nasceu em 1900.

³⁰ Em alemão: *Patronenkönig*.

³¹ Na lista dos seus hóspedes encontramos desde Odon von Horváth, Franz Werfel e Alma Mahler até ao próprio Mussolini. Uma das celebridades com quem esteve casado foi a actriz Hedy Kiesler, Lamarr de nome artístico, que mais tarde se tornou testemunha incómoda das suas proeminentes amizades fascistas Arnbom (2000), pp. 43 sg..

³² Hug, pp. 182, 190.

³³ *Idem*, p. 191.

³⁴ *Idem*, p. 191.

Bill designa como uma possível “tomada hostil”.³⁵ Num ápice, a fábrica de munições viu-se reestruturada como fábrica de armas e deixou de fazer sombra à concorrente austríaca. Mais do que uma capacidade de produção adicional, o que Mandl queria adquirir era uma fatia do mercado.

No plano político, Mandl mostrava-se também extremamente activo. Em Julho de 1927, aderira formalmente à milícia austro-fascista conhecida como *Heimwehr*³⁶, que daí em diante passou a armar e a financiar. Em Janeiro de 1933, semanas antes da subida de Hitler ao poder, ele iria ser apanhado em flagrante por trabalhadores ferroviários, quando comboios ao seu serviço contrabandeavam para a Áustria um carregamento de armas. As armas vinham de Itália e o tráfico organizado por Mandl servia, entre outros objectivos menos claros, para preparar o confronto com os socialistas.

O ano seguinte foi fértil em iniciativas da extrema-direita por todo o continente. Em Portugal, a dissolução dos sindicatos deu origem à greve geral abortada em 18 de Janeiro de 1934 e à insurreição isolada no centro vidreiro da Marinha Grande. Semanas depois, em Paris, os fascistas franceses tentavam ocupar o parlamento e também obtinham, em resposta, uma greve geral. Na Áustria, o “rei das munições” mantinha o seu contrabando de armas para a *Heimwehr*, em preparação da guerra civil.³⁷ As provocações sucediam-se e finalmente, em 12 de Fevereiro, na cidade natal de Hitler, Linz, os operários social-democratas pegaram em armas para enfrentar uma dessas provocações. Durante três dias, bateram-se denodadamente em todo o país. Mas a guerra civil seria curta: o Exército e a *Heimwehr* bombardearam com artilharia pesada os bairros operários, massa-

³⁵ *Idem*, p. 190, e Bill, p.24.

³⁶ Os serviços de informações norte-americanos situam a adesão de Mandl à *Heimwehr* em 1927. Hug, p. 211. Outras fontes situam-na em 1929. Linder, p. 53. Ambom p. 38.

³⁷ Um dos dirigentes da milícia, Emil Fey, pedira-lhe que organizasse o transporte de 1,5 milhões de munições fornecidas pelo Estado-Maior húngaro. Mandl realizou o transporte em 6 de Fevereiro, seis dias antes do início dos combates. Kerekes (1966), pp. 180 sg.. Desse apoio à *Heimwehr* e a Dolfuss, diria o chefe da Legação norte-americana em Viena, George Messersmith, que foi um empenhamento “em defesa da democracia austríaca” no qual Mandl sacrificou abnegadamente 1 milhão de dólares do seu bolso. Newton (1992), p. 320.

craram a população civil, decapitaram o partido social-democrata e enforcaram vários chefes da resistência. O governo Dolfuss, com o apoio externo de Mussolini e o apoio interno da *Heimwehr*, derrotava assim o movimento operário austríaco – um dos mais organizados da Europa e o primeiro a levantar-se de armas na mão contra o fascismo. O bloco de alianças austríaco em que a *Heimwehr* participava tinha semelhanças com a “Frente de Harzburg”, criada na Alemanha entre os nazis e um leque de forças reaccionárias que incluía os nacional-alemães e os “capacetes de aço”.³⁸ Em Fevereiro de 1932, Mandl acompanhou ainda a Berlim o dirigente da *Heimwehr*, Starhemberg, para este se encontrar com Hitler, Hugenberg, Duesterberg e outros membros da Frente. Entre os bastidores estavam, além de Mandl, o chefe da Legação húngara e o major Waldemar Pabst – o terceiro associado de Eltze e Mandl, a quem voltaremos adiante.³⁹ Mas pouco depois o partido hitleriano, ao sentir-se cada vez mais forte, rompeu a “Frente de Harzburg” e passou a reclamar o governo todo para si. A ruptura, por sua vez, não tardou em condicionar a estratégia dos nazis austríacos: depois duma breve trégua com os austro-fascistas durante a guerra civil de Fevereiro de 1934, os nazis passaram a antagonizar abertamente a *Heimwehr*. Em Julho, retomaram a ofensiva e tentaram mesmo um golpe de Estado contra Dolfuss. O chanceler foi assassinado pelos golpistas, mas estes foram derrotados e duramente reprimidos. Quando Hitler fez menção de intervir militarmente ao lado dos correligionários austríacos, Mussolini advertiu-o de que iria encontrar pela frente o exército italiano, a defender o governo pós-dolfussiano de Schuschnigg. A Alemanha nazi recuou.

Ainda em 1934, e perante o persistente perigo nazi, a milícia austro-fascista e o regime clerical-fascista mantiveram-se por algum tempo de braço dado: no governo pós-dolfussiano de Schuschnigg, Starhemberg tornou-se vice-chanceler; um seu amigo e advogado de

³⁸ Na verdade, as diligências do *NSDAP* para alcançar na Áustria um acordo semelhante registam-se já antes de assinado o acordo na Alemanha: no Outono de 1930, o dirigente nazi Gregor Strasser realizara uma reunião com Starhemberg e tentara em vão entender-se com ele. Kerekes, p. 100.

³⁹ Kerekes, p. 100.

Mandl, Ludwig Draxler, sobraçou a pasta das Finanças.⁴⁰ A dupla Mandl-Mussolini continuava a apoiar a *Heimwehr*. Durante a guerra contra a Etiópia, a *Hirtenberger Patronenfabrik*, de Mandl, foi ainda a grande fornecedora de pólvora às Forças Armadas italianas e sobrefacturou descaradamente os fornecimentos. A diferença foi canalizada para a *Heimwehr*, conforme combinado entre Mandl e Mussolini.⁴¹

No plano estritamente político, Mandl era portanto um pilar de sustentação da corrente austro-fascista. Mas um outro factor se juntava a este para dificultar drasticamente qualquer entendimento seu com os nazis, por muito que quisesse. No plano da política comercial, ele entendia, com Eltze, que os melhores negócios de armamento se faziam no mercado mundial e resistia a voltar a fábrica de Solothurn para o rearmamento da Alemanha. Em todo o caso, Mandl parece ter entendido que o recuo da Alemanha nazi perante a Itália e a sua protegida Áustria só podia ser temporário. Neste novo contexto, o “rei das munições” fez o possível por deixar a retaguarda livre para uma reconciliação a empreender em qualquer momento com a Alemanha nazi. Paralelamente ao seu envolvimento na *Heimwehr*, ele não desistia de cultivar uma boa relação com o partido do *Anschluss*, a quem terá mesmo fornecido armas ocasionalmente.⁴² Por outro lado, a partir de 1936 tanto Mandl como Mussolini estavam igualmente maduros para uma reconciliação com Berlim.

Com efeito, no biénio de 1935-1936 tudo estava a mudar: a expedição colonial contra a Etiópia agravou o isolamento internacional da Itália fascista e submeteu-a a um bloqueio não muito eficaz, mas politicamente significativo. A Alemanha nazi aproveitou a oportunidade para estender a mão ao adversário da véspera. O início da Guerra Civil de Espanha iria soldar ainda mais a unidade nazi-fascista, num apoio comum às tropas de Franco. Na Áustria, a nova

⁴⁰ Gedye (1939), 171.

⁴¹ Newton, p. 318.

⁴² Aparentemente Mussolini, seu amigo e hóspede, distanciou-se dele por ter sabido dessas operações secretas. Segundo outras fontes, o escândalo teria surgido pelos fornecimentos de Mandl aos dois partidos beligerantes em confronto na Guerra Civil de Espanha. Seja como for, o industrial iria manter-se fiel à admiração de sempre pelo *Duce*, mas sem poder contar com a reciprocidade de antes. Newton, p. 318.

arrumação do xadrez político internacional produzia os seus efeitos. Starhemberg, pouco perspicaz, queria manter bem alta a bandeira mussoliniana, sem notar que Mussolini estava em vias de mudar de política.⁴³ A Itália fascista e a multinacional de Fritz Mandl tiraram-lhe finalmente o tapete debaixo dos pés e aceitaram a dissolução da *Heimwehr*. O primeiro-ministro Schuschnigg, oscilando entre o independentismo austríaco e a capitulação, acabaria por despedir Starhemberg do Governo.⁴⁴ Pela mesma porta entravam três novos ministros, que eram outros tantos cavalos-de-Tróia do nazismo: Guido Schmidt, Arthur von Seyss-Inquart e o general Gleise von Horstenau.⁴⁵

O espírito da rendição inspirava já o Governo clerical-fascista e Mandl não tinha motivos para querer amarrar-se a um barco que naufragava. Numa carta escrita ao ministro nazi Seyss-Inquart algumas semanas após a invasão da Áustria, ele apresentava a sua imagem como *bête noire* de Schuschnigg, queixando-se de este o ter ostracizado por ele, Mandl, ter tentado intermediar um encontro entre Göring e Starhemberg.⁴⁶ Noutro passo, Mandl resumia a sua actividade anterior e dava sobre a partida para o exílio uma explicação mais ao gosto dos novos senhores: “Politicamente, só trabalhei para a velha *Heimatschutz* porque via nas ideias da *Heimatschutz* a possibilidade de combater eficazmente o socialismo”. E desfiava depois um rosário de serviços prestados à Alemanha, desde os fornecimentos bélicos clandestinos durante o embargo da *Entente* até à venda da sua sucursal polaca a instâncias alemãs.⁴⁷ Enfim, quando os nazis invadiram a Áustria e fizeram plebiscitar a anexação, Mandl escreveu um apelo aos trabalhadores da sua antiga fábrica, incitando-os a “votarem pela grande pátria alemã”.⁴⁸

Em todo o caso, e apesar de todos estes gestos conciliatórios, Mandl achou avisado fugir da Áustria dois dias antes da invasão nazi

⁴³ Gedye, p. 185.

⁴⁴ Em Outubro de 1936. Gedye, p. 188.

⁴⁵ Gedye, p. 199.

⁴⁶ Arnbom, p. 42.

⁴⁷ A fábrica de Pocisk, nos arredores de Varsóvia, vendida pela *Hirtenberger* à *Schneider-Creusot*. Hug, p. 191, e Arnbom, p. 49.

⁴⁸ Arnbom, p. 51.

de 12 de Março de 1938. A carta e o apelo que citámos atrás foram enviados desde uma distância segura. Com bons motivos: os nazis não perderam tempo em fazer mão baixa sobre a fortuna da família. Nada parecia escapar-lhes: o palacete em Viena, a quinta em Schwarzaau, a mobília Luís XV, a baixela de prata, as obras de arte.⁴⁹ Detiveram, além disso, o velho Alexander Mandl, que ainda por cima tinha contra si a circunstância de ser, à luz dos critérios nazis, um Judeu. Com efeito, o pai de Fritz Mandl era um Judeu convertido. A mãe era uma Católica⁵⁰ e o jovem Fritz fora educado num colégio católico.⁵¹ À luz das leis de Nuremberga, eram irrelevantes a conversão do pai em idade adulta e os terços rezados pelo filho desde a mais tenra infância. Mas a verdade é que os nazis não foram rígidos na apreciação do caso de Mandl. O pragmatismo dos invasores esteve inspirado por prioridades políticas e financeiras, não por um preconceito racista bem determinante noutras circunstâncias.⁵² Fritz Mandl soube aliás evitar o confronto, renegando abertamente os seus laços de família.⁵³

⁴⁹ *Idem*, p. 53.

⁵⁰ *Idem*, p. 33. Embora a conversão de Alexander Mandl seja mais ou menos excepcional, existem outros episódios da história familiar que abalam a auto-confiança da família judia. Um deles passa-se com o tio de Alexander, Ignaz Mandl, um agitador político inspirado, que serve de trampolim ao futuro presidente da câmara de Viena, o político social-cristão Karl Lueger. Este revela-se depois um demagogo anti-semita sem escrúpulos. Segundo os biógrafos de Hitler, terá sido Lueger a mais decisiva influência anti-semita na juventude do futuro chefe nazi. Fest (1973), p. 66. Ignaz Mandl é, como Alexander, um dos poucos membros da família que depois se convertem ao catolicismo. Arnbom, p. 31.

⁵¹ E-mail de Puppe Mandl a António Louçã, 21 de Maio de 2004.

⁵² Na verdade, o preconceito racista que perseguia como uma sombra não vinha mais do lado dos nazis do que de aristocratas austríacos, de empresários britânicos e de burocratas suíços. Foi também alvo de discriminações em Portugal e na Argentina, onde o dinheiro não lhe bastou para romper a muralha de snobismo anti-semita e se fazer aceitar no *Jockey Club* de Buenos Aires. Mesmo um amigo de longa data iria apunhalá-lo pelas costas: o ingrato Starhemberg, fugido da Áustria, exilado em França, aboletado numa mansão de Mandl na Côte d'Azur, novamente fugido quando os nazis ocuparam a França, novamente instalado em casa de Mandl na Argentina - escreveu depois as suas memórias ignorando o protector "judeu". Newton, pp. 317 e 328; Arnbom, p. 38; Hug, p. 594.

⁵³ Em Viena as autoridades nazis de ocupação foram ao ponto de passar-lhe um certificado de "arianidade". Hug, pp. 594 sg.

Mas o mesmo “rei das munições” que dirigia aos nazis cartas melífluas e conciliadoras revelava-se, no plano das negociações patrimoniais, um osso duro de roer. Ele preparara metodicamente a sua saída de cena: nos anos anteriores, criara duas empresas fictícias na Suíça, inteiramente sob o seu controlo⁵⁴, vendera as propriedades pessoais à *Hirtenberger* e, pouco antes da invasão, vendera as acções da *Hirtenberger* às duas empresas suíças.⁵⁵ Um dos dignitários nazis não escondia o despeito quando teve “conhecimento do famoso acordo que o Sr. Mandl alegadamente assinou consigo próprio [...] em Zurique, em Janeiro de 1938”.⁵⁶ Para o expropriarem, os nazis teriam de criar, na Suíça, na Holanda e em França, problemas políticos de todo inconvenientes nesse momento. Preferiram então enviar a Zurique um delegado de alto nível para negociar com o próprio Mandl. Em reunião secreta realizada no Hotel Dolder, assinou-se enfim um acordo: Mandl receberia pelas suas quotas na *Hirtenberger* uma avultada quantia, parte da qual em libras e outra em marcos. Esta seria aplicada no pagamento de impostos e na compra de uma fábrica de cerveja – curiosamente em Hamburgo. Um mês depois, a *Gestapo* violava uma parte dos acordos, ao expropriar os bens imobiliários de Mandl na Áustria.⁵⁷ Mas o cumprimento invulgarmente escrupuloso dos restantes acordos, iria mais tarde atrair sobre o “rei das munições” algumas suspeitas infundadas por parte dos Aliados.⁵⁸

Finalmente, o refém Alexander Mandl acabou por ser libertado e o filho Fritz ficou a receber ao longo da guerra uma choruda mensalidade paga pelas *Reichswerke Hermann Göring*.⁵⁹ Em Outubro de 1938, Fritz Mandl realizava uma primeira estadia longa na Argentina, ainda com passaporte austríaco, regressando com

⁵⁴ A *Hubertus AG* e a *Munos AG*. Bill, p. 48.

⁵⁵ Além disso, associou um ex-ministro francês às empresas suíças e acautelou o direito de seu pai a uma suculenta pensão de reforma através da filial holandesa da *Hirtenberger*. Arnbom, p. 36.

⁵⁶ Arnbom, p. 48.

⁵⁷ Newton, p. 324.

⁵⁸ Espelho dessas suspeitas e da hostilidade do Departamento do Tesouro chefiado por Henry Morgenthau, o *Reader's Digest* iria mesmo ao ponto de classificar Mandl como “a ameaça nº 1 à paz na América”, em artigo de Janeiro de 1945, citado por Hug, p. 70.

⁵⁹ Hug, p. 595.

passaporte paraguaio em 1939, já então para aí fixar residência.⁶⁰ Mas o “rei das munições” continuava a dispor de vários trunfos para jogar na Europa, nomeadamente o de ter detido durante os seus anos de amizade com Mussolini um monopólio do fornecimento de pólvora à Itália. Já em 1939, constituíra com Eltze e um engenheiro polaco de nome Rudolf Prokopowski, antigo representante da *Rheinmetall* em Itália⁶¹, uma nova empresa de comercialização, a *Solita GmbH*, com sede em Solothurn. No ano seguinte, seria ela a obter a representação da fábrica de armas de Solothurn para vários países, incluindo Portugal e colónias.⁶² Decorrido mais um ano, transformava-se em sociedade por acções, com o capital dividido em partes iguais por dois sócios: Mandl e um testa-de-ferro de Eltze, um tal Karl Fischer, de nacionalidade alemã e residente em Lisboa desde 1928.⁶³ A *Rheinmetall-Borsig* recusou quaisquer negócios com esta empresa “judaica”⁶⁴, mas a *Solita* foi fazendo o seu caminho. Pela mão do príncipe Constantin von Liechtenstein, subornou dignitários fascistas italianos com somas faraónicas e obteve um contrato a condizer. Depois repartiu o bolo, com três milhões de francos suíços para Mandl, um milhão para Prokopowski e 60.000 para o representante de Eltze, Karl Fischer.⁶⁵

Entretanto, Mandl tinha obtido em 1942 um passaporte argentino e, do exílio, continuava a intervir activamente em negócios de armamento e munições que decorriam no continente europeu.⁶⁶ A

⁶⁰ Newton, p. 324 sg..

⁶¹ Hug, p. 669.

⁶² Bill, p. 58 sg..

⁶³ Bill, p. 59. Hug refere-se também, como sendo o mesmo, a um Karl Fischer, engenheiro proprietário de uma fábrica de aparelhos de precisão em Zúrique-Oerlikon, a *Xamax AG*. A empresa, cuja propriedade passa em Março de 1940 para as mãos da multinacional *Werkzeugmaschinenfabrik-Oerlikon*, é importante fornecedora de aparelhos eléctricos para os submarinos alemães. Hug, 502.

⁶⁴ Hug, p. 674.

⁶⁵ Aparentemente, não chegaria a entregar o material de guerra, porque a queda de Mussolini, no final de Julho de 1943, deixou sem efeito as combinações laboriosamente alcançadas. A fábrica de Solothurn ficou com as armas nos braços e, já depois da Guerra, trataria de libertar os armazéns vendendo-as pela segunda vez. Hug, pp. 670 sg..

⁶⁶ E intervinha também em obscuras negociações que decorriam na Suíça e visavam trocar judeus em mãos das *SS* por vários tipos de resgates. O dirigente judeu suíço

sua associação com Eltze permaneceu pelo menos até à queda de Mussolini, no Verão de 1943. Mesmo alguns meses depois, há ainda notícia das diligências de Mandl para fazer chegar a Lisboa, às mãos do seu associado, uma mensagem através de um portador argentino.⁶⁷

Waldemar Pabst, o terceiro elemento da *troika*

Eltze, como vimos atrás, deixou a Suíça em 1933 e Mandl partiu para a Argentina em 1938. A associação entre ambos iria manter-se, mesmo durante a Guerra, mas fazia-se sentir a necessidade de lhe acoplar algum terceiro elemento, conhecedor do negócio do armamento e confiável politicamente, que assumisse a direcção da importante fábrica de Solothurn. O homem que iria desempenhar esse discreto papel estruturante era o major Pabst, amigo de longa data de Mandl, com quem se tuteava⁶⁸ e com quem continuaria a realizar negócios no ramo do armamento até muito mais tarde, mesmo depois de 1945.

O seu nome era conhecido pela responsabilidade decisiva que tivera na execução extra-judicial de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, em Janeiro de 1919. A estatura dos dois dirigentes revolucionários eclipsava naturalmente a personalidade insignificante do assassino. E, no entanto, já o duplo homicídio nos revelava em Pabst alguém com mais estofos do que um mero aventureiro: ele era um terrorista orgânico dos círculos empresariais, metódico e disciplinado, com uma carreira prometedora pela frente. Para os assassinios selectivos, as ordens vieram de cima e os mandantes foram bem mais do que uma camarilha plutocrática sem raízes sociais.⁶⁹ Em

que animava essas negociações era um homem austero e conservador, Saly Mayer de seu nome. Em lugar dele, Mandl queria promover uma figura bem mais duvidosa, o notório anti-semita suíço Curt Trümpi. E no Outono de 1944 fá-lo-ia viajar a Berlim na esperança vã de curto-circuitar o velho Saly Mayer. Hug, pp. 556, 596.

⁶⁷ Newton, p. 332.

⁶⁸ Bill, p. 6.

⁶⁹ Logo na noite da Revolução de Novembro, o dirigente social-democrata Friedrich Ebert fizera um pacto de sangue com o máximo expoente do militarismo prussiano, o chefe de Estado-Maior do Exército, general Groener: a palavra de ordem era “combater o bolchevismo”. Gietinger. „Die roten Blaujacken...” 4.11.98.

reuniões sucessivas nos dias 7, 9 e 10 de Janeiro, meia centena de industriais e banqueiros e o ministro social-democrata do Interior tomavam a decisão, que depois foi comunicada a Pabst e imediatamente aceite por este.⁷⁰ Com a cabeça a prêmio, Luxemburg e Liebknecht foram capturados e assassinados em 15 de Janeiro, por ordem expressa do ministro do Interior a Pabst.⁷¹ No dia seguinte ao duplo assassinio, Pabst foi recebido cordialmente na chancelaria do *Reich* por Friedrich Ebert e Gustav Noske, o chefe do Governo e o ministro do Interior. Os mandantes do crime, militaristas prussianos e políticos social-democratas, protegeram depois os esbirros, numa farsa judicial que ficaria para a História. Um dos juizes, o futuro almirante Wilhelm Canaris, entregou 30.000 marcos a um dos assassinos de Rosa, para que este se exilasse. Um futuro diplomata nazi, Ernst von Weizsäcker⁷², interveio igualmente para convencer o assassino de Liebknecht a fugir⁷³. Em tudo isto, só o soldado mais boçal e ignorante não ficou completamente impune, sendo condenado à pena simbólica de dois anos e dois meses de prisão.⁷⁴

Pabst foi um dos assassinos mais ciosamente protegidos pela hierarquia militar, que tinha outros planos para ele. Nos anos seguintes, ele iria participar em pelo menos duas intentonas falhadas contra a República de Weimar.⁷⁵ Para o *putsch* de Kapp, foi ajudado pelo serviço de informações prussiano e financiado por Otto Wolff, um empresário da cidade de Colónia que mais tarde se tornaria bem

⁷⁰ Naumann, p. 331.

⁷¹ Grauberger. „Als General Groener...“, 15.01.00. Gietinger. „Die Spur der Mörder...“, 16.01.99. Gietinger. „Doppelmord ...“, 15.01.04. Depois da Segunda Guerra Mundial, uma publicação oficial da Alemanha Federal virá, aliás, a admitir que o duplo assassinio foi cometido com ordens superiores e deve portanto ser considerado uma execução ao abrigo da lei marcial (no original: *standrechtliche Erschiessung*). Esta legalização do crime, 43 anos depois, encorajou Pabst a conceder, meses depois, uma entrevista ao semanário *Der Spiegel* (18 de Abril de 1962), reivindicando pela primeira vez em público a “honra” de ter dirigido o assassinio de Rosa e Karl. Nettel (1969), p. 487.

⁷² Pai do físico Carl Friedrich von Weizsäcker, envolvido no programa nuclear nazi, e de Richard von Weizsäcker, presidente alemão-federal em 1984-1994.

⁷³ Gietinger. “Doppelmord ...”, 15.01.04.

⁷⁴ Gietinger. “Die Spur der Mörder ...”, 16.01.99.

⁷⁵ Primeiro em 1919 e depois em 1920, no famoso *putsch* Kapp, que foi derrotado por uma greve geral.

conhecido pelo seu papel em Portugal. Com o abortamento dos golpes de Estado, Pabst teve de exilar-se para Innsbruck, na Áustria. Aí se tornou o chefe de Estado-Maior da *Heimwehr* e fez amizade com Fritz Mandl.⁷⁶ Em 1923, quando do *putsch* Hitler-Ludendorff, Pabst já estava exilado em Innsbruck, mas apoiava os conspiradores e acolheu um dos feridos da intentona fallhada: Hermann Göring. Entretanto o mandado de captura que na Alemanha existia contra ele era meramente simbólico; os financiamentos de Berlim que o chefe militar da *Heimwehr* recebia na Áustria eram, pelo contrário, bem reais. O assassino de Rosa e Karl continuava a gozar de protecções ao mais alto nível: as manipulações orçamentais que viabilizavam o financiamento era, organizadas no *Auswärtiges Amt* pelo próprio chefe da diplomacia, o dirigente da direita populista, Nobel da Paz e ex-chanceler do *Reich*, Gustav Stresemann.⁷⁷ Na etapa de Innsbruck, Pabst recebia também o financiamento de capitalistas como Hugo Stinnes, Othmar Strauss e, mais uma vez, Otto Wolff, através de uma empresa com sede em Berlim.⁷⁸

Simultaneamente, ele mantinha estreitas ligações com a Itália fascista, que visitou pelo menos em Março de 1930.⁷⁹ À frente da *Heimwehr*, ele desempenhou um papel determinante para provocar em Viena o banho de sangue de 15 de Julho de 1927 e para reprimir a

⁷⁶ O jornalista britânico Gedye referia-se ao seu papel na Áustria como o de um “Prussiano perito em golpes de Estado”. Gedye, p. 46. O diplomata britânico Roberts designava-o mais tarde como o “bem conhecido terrorista alemão”. Hug, p. 210. Kachulle. “Brückenbauer ...”, Janeiro 2003.

⁷⁷ Stresemann, então ministro dos Negócios Estrangeiros, encabeça o *DVP*, Partido Alemão do Povo. Hug, p. 210. Em 1926 recebe o Prémio Nobel da Paz em conjunto com o seu homólogo francês Aristide Briand.

⁷⁸ A *Deutsche Übersee GmbH*, cuja filial de Innsbruck estava subordinada à de Munique. Kachulle. “Vom Landwehrkanal ...”, 13.1.2001. Gedye refere também os financiamentos da *Heimwehr* por empresas alemãs (*Alpine Montangesellschaft*, *Boehler Werke*) e por bancos judeus (o *Bodencreditanstalt* e, como vimos atrás, o *Creditanstalt*). Gedye, p. 47.

⁷⁹ Alegadamente, trata-se de uma visita de férias; mas é logo seguida, no mês seguinte, pela viagem a Itália de um outro quadro da *Heimwehr*, Steidle, para aí concretizar a aquisição de um lote de armas e, em Maio, pela adopção de um programa fascista, de inspiração mussoliniana, por parte da *Heimwehr*. Gedye, p. 52.

greve geral.⁸⁰ Expulso da Áustria em 1930⁸¹, Pabst iria regressar ainda uma vez⁸² e só em 1931 havia de instalar-se na Alemanha. Aí, fundou uma “Sociedade para o Estudo do Fascismo”⁸³, e defendeu a adopção na Alemanha de “um sistema mussoliniano ligeiramente modificado” – o que certamente não entusiasmava os dirigentes nazis ciosos de prestígio e de protagonismo internacional. Mas por enquanto continuava a prevalecer a unidade contra a República de Weimar e Pabst ainda tinha liberdade de movimentos para actuar em Berlim como uma espécie de representante plenipotenciário da *Heimwehr*. Foi nessa altura que ele e Mandl organizaram a reunião atrás referida entre Starhemberg e vários membros da “Frente de Harzburg”, Hitler incluído.⁸⁴ À direita, a iminência da guerra civil contra o movimento operário reforçava a euforia unitária. Pabst, no seu efémero regresso a Viena, pôde ainda apresentar-se aí como fiador do apoio nazi no momento da verdade. Contraditoriamente, ele propunha que a política do governo contra-revolucionário triunfante fosse a de reforçar os laços económicos com a Itália e com a Hungria.⁸⁵

Já nessa sugestão de um mini-Eixo fascista independente da Alemanha se notava que o ambiente unitário tinha os dias contados. O confronto decisivo com a esquerda ia sendo adiado na Áustria e a situação dentro da direita ia-se clarificando na Alemanha. O reforço do *NSDAP* nas eleições alemãs de Julho de 1932 levava-o a abandonar a política frentista de Harzburg e a romper com as forças

⁸⁰ Kachulle, “Doppelmord ...”, 11.01.2003. Desde que se exilou para a Áustria, Pabst não só assume o comando da *Heimwehr* como desenvolve contactos com movimentos semelhantes noutros países, pelo menos na Suíça. Daí data a sua amizade com Eugen Bircher, um médico da Cruz Vermelha, com quem partilha uma concepção muito própria das milícias fascistas – bem distantes de um grupo de caceteiros, organizadas e equipadas com artilharia de calibres médios e com lanças-minas. Hug, p. 104.

⁸¹ Hug, p. 103.

⁸² Pabst é expulso pelo Governo de Schober e, pouco depois, chamado de volta pelo novo Governo de Vaugoin-Starhemberg. Gedye, p. 48.

⁸³ Com financiamento dos industriais Albert Minoux e Hugo Stinnes. Klaus Gietinger. “Doppelmord ...”.

⁸⁴ A reunião terá tido lugar em Fevereiro de 1932. Kerekes, p. 100. Segundo Kachulle, o próprio Pabst chega a reunir-se com Hitler e com Göring para discutir uma aliança entre a Heimwehr e o *NSDAP*. Kachulle, *ibidem*.

⁸⁵ Kerekes, p. 109.

nacionalistas conservadoras. A subida de Hitler ao poder, o incêndio do *Reichstag* e a dissolução de todos os partidos com excepção do *NSDAP* tornaram irreversível a ruptura. A posição de Pabst como embaixador informal da *Heimwehr* em Berlim tornava-se insustentável. Em Junho de 1934, durante a purga do nazismo contra os seus dissidentes e contra alguns aliados anteriores, também ele foi detido pela *Gestapo*. Ao fim de seis semanas iria ser libertado por intercessão do velho amigo Hermann Göring.⁸⁶ Em todo o caso, o incidente de Julho de 1934 marcou a sua passagem a uma actividade política muito menos directa.

A historiadora alemã Doris Kachulle foi a autora do mais recente estudo sobre a biografia de Pabst, que infelizmente não viveu o suficiente para concluir. Nos artigos e apontamentos que deixou, ela confessava uma certa perplexidade perante a detenção, por considerar Pabst como uma quinta-coluna do anexionismo alemão dentro da milícia austro-fascista.⁸⁷ A autora admitia aliás que “a opinião pública não o via como representante de uma política grande-alemã, antes ficou com a impressão de que ele tratava de fazer da *Heimwehr* um instrumento da política italiana e criar um eixo Roma-Viena-Budapeste”.⁸⁸

Prestando agora atenção à actividade económica de Pabst, verificamos que, ao regressar do exílio em 1931, ele foi admitido na mesma *Rheinmetall* em que Eltze desempenhara o cargo de director-geral. O antigo organizador militar da *Heimwehr* entrou logo como director, a chefiar o departamento de vendas de armas, e mais uma vez em estreita ligação à empresa *Otto Wolff*.⁸⁹ Nessa função, ele iria desenvolver rapidamente a colaboração com Eltze. Por vezes, tratava-se já de uma camarilha que enfrentava unida as dificuldades levantadas pela burocracia nazi.⁹⁰ Quando Eltze partiu para a Áustria, a assumir na *Steyr* o seu novo cargo de director-geral, foi nas mãos de

⁸⁶ Cinco anos depois, voltaria a ser objecto de suspeitas da *Gestapo*, mas sem chegar a ser detido. Bartz (1955), p. 110.

⁸⁷ Tendo garantido, por exemplo, as posições da *Otto Wolff* na indústria siderúrgica austríaca, na *Alpine-Montan-Gesellschaft*. Kachulle. “Brückenbauer ...”

⁸⁸ Kachulle. “Doppelmord ...”, 11.01.2003

⁸⁹ Kachulle. “Brückenbauer ...”.

⁹⁰ Em Julho de 1933, é recusado um pedido de ambos para a concessão do aval do Reich numa venda de armas à China., Hug, 281. Cf. também Hug, p. 103.

Pabst que deixou a direcção da *Solo GmbH*, em Berlim.⁹¹ Pabst permaneceria nessas funções durante quase dois anos⁹², garantindo uma ligação estreita da *Solo* à *Rheinmetall*. Dois anos depois, ele deixaria o cargo e meteria ombros à criação de uma empresa própria.⁹³ As suas vendas não eram apenas de armas: ele vendia, por exemplo, máquinas suíças a empresas alemãs e desde o início da Guerra especializou-se na importação de géneros alimentares e matérias-primas provenientes de países neutrais.⁹⁴ Entretanto, em Junho de 1938, passou a trabalhar com o general Georg Thomas no Departamento de Economia de Defesa e Armamento⁹⁵ e, em Setembro de 1940, saiu da *Rheinmetall-Borsig*.⁹⁶

A partir de 1941, Pabst tornou-se cada vez mais activo na Suíça a recolher para a *Abwehr* informações sobre aparelhos de precisão e a intermediar a importação desses aparelhos para a indústria de guerra alemã.⁹⁷ A partir de 1943, abandonaria a actividade pendular entre os dois países e fixa-se-ia na Suíça. Kachulle sustenta que ele terá jogado aí um jogo duplo: por um lado, actuando como agente da guerra económica do “Terceiro Reich”; por outro, oferecendo os seus serviços ao futuro chefe da *CLA*, Allen Dulles, no sentido de cozinhar uma paz separada dos Aliados ocidentais com a

⁹¹ Embora Hug não esclareça se Pabst é escolhido por indicação de Eltze. Hug, p. 278.

⁹² Sai em finais de 1935. Hug, p. 279.

⁹³ A *Handelsunion*, que em Junho de 1940 se tornará a *Auslandsbandel*. Hug, p. 612.

⁹⁴ Kachulle. “Brückenbauer ...”, Janeiro 2003.

⁹⁵ Em alemão: *Wehrwirtschafts- und Rüstungsamt*.

⁹⁶ É nessa fase que os contactos internacionais de Pabst no exercício da actividade comercial ocasionam, em Dezembro de 1939, suspeitas de espionagem e uma investigação da *Gestapo* sobre ele. Curiosamente, é o seu velho amigo Canaris a denunciá-lo, em carta dirigida a Heydrich. Mas a investigação conclui por um falso alarme e Pabst não chega, desta vez, a ser detido. O historiador Karl Bartz, que relata o episódio, aventa depois uma explicação para o estranho comportamento do almirante: “Por qualquer motivo Pabst ter-se-ia tornado incómodo para Canaris e, visivelmente, o chefe da *Abwehr* tentou desfazer-se dele da forma descrita”. Bartz, p. 111. A versão de Bartz apresenta algumas dificuldades: como explicar que, mesmo assim, a *Abwehr* tenha continuado a usar serviços de Pabst, nomeadamente em Agosto de 1941, na guerra económica contra a URSS?

⁹⁷ Kachulle. “Brückenbauer ...”, Janeiro 2003.

Alemanha nazi e, posteriormente, uma eventual cruzada comum contra a URSS.⁹⁸

Numa visão de conjunto sobre a *troika*, recordemos que Eltze trabalhava sob a égide dos círculos nacionalistas da *Reichswehr* e da indústria bélica, já desde o tempo distante em que conspirava pelo rearmamento alemão mesmo em baixo do nariz dos ocupantes franceses. Mandl, por seu lado, apresentava um empenhamento político mais activo, sempre na extrema-direita, bem relacionado com as diversas fracções desta, ecuménico e frentista na variedade dos seus contactos dentro do campo contra-revolucionário. Pabst era nacionalista alemão como Eltze, mussoliniano como Mandl, eclético nas suas alianças como ambos, contra-revolucionário e anti-socialista acima de tudo. Ele tão depressa aceitava a bandeira de conveniência que o social-democrata Gustav Noske lhe oferecia para a guerra suja⁹⁹, como recebia financiamentos do populista Gustav Stresemann; tão depressa trabalhava com o mussoliniano Starhemberg, como procurava alianças com a direita conservadora ou com o partido nazi. Para além deste percurso sinuoso, está fora de dúvida que Pabst foi cooptado para a rede informal de Eltze e Mandl – segundo tudo indica como terceiro homem de um triângulo que em Lisboa tinha um dos seus vértices e vários negócios decisivos. Depois de Mandl partir para a Argentina e de Eltze passar a residir em Portugal, Pabst foi o elemento da *troika* que teve de fixar-se no indispensável teatro de operações suíço.

A Guerra de Espanha e a janela de oportunidade

O desencadeamento da Guerra de Espanha deu lugar a alterações significativas na política externa portuguesa, várias delas com implicações na sua política de importação de armamento. A descarada cumplicidade de Salazar com o partido franquista não se embaraçava com as exortações do Comité de Não-Intervenção sediado em Londres e traduzia-se em estatísticas que mal se davam ao

⁹⁸ Kachulle. “Brückenbauer ...”, Janeiro 2003.

⁹⁹ O terrorista de extrema-direita Waldemar Pabst manteve depois, durante toda a vida, grande devoção pela pessoa do social-democrata Gustav Noske. Gietinger. “Die Spur der Mörder ...”, 16.01.99.

trabalho de esconder a realidade. Assim em 1937, Portugal saía da insignificância como consumidor de armamento e, na lista de clientes da indústria bélica alemã, saltava subitamente para o terceiro lugar mundial e para o primeiro lugar europeu. O salto era tanto mais suspeito quanto a Espanha em guerra, sorvedouro e destino óbvio para todo o tipo de equipamentos militares, nem sequer figurava na lista.¹⁰⁰

A evidência da violação de acordos internacionais levou a que diversos fornecedores suecos¹⁰¹, canadianos¹⁰², franceses e checos tivessem de cancelar negociações em curso ou anular contratos já assinados para não ir parar às mãos do exército franquista material bélico prometido a Portugal. Assim, uma encomenda portuguesa de morteiros franceses, recusada pela Chatillon Brandt com receio dum boicote dos seus operários, esteve para ser entregue a fábricas associadas na Suíça e na Polónia, sendo finalmente substituída por um fornecimento directo de *stocks* do exército italiano.¹⁰³ Em Setembro de 1936, a anulação de um carregamento sueco de componentes de pólvora para a fábrica de Barcarena por não haver garantias da sua não-reexportação para Espanha teve, por outro lado, efeitos secundários importantes, dificultando à fábrica de armamento sueca Bofors a conservação do seu lugar destacado entre os fornecedores do exército português e facilitando a disputa desse lugar à sua antiga associada alemã e entretanto tornada concorrente, a Krupp.¹⁰⁴ No caso da Checoslováquia, um incidente por motivos semelhantes,

¹⁰⁰ Boelcke (1994), cf. quadros, pp. 76, 80, 87, 95, 108 e, muito especialmente, 136.

¹⁰¹ Dez Anos Vol. III, 1964. Documentos 340, 360, 367, 404, 413 e 427. Troca de correspondência entre o MNE e a Legação de Portugal em Estocolmo, 19.9.36 a 29.9.36.

¹⁰² Dez Anos ... Vol. IV, 1965. Documentos nº 1281, 1282, 1301, 1306 e 1307. Troca de correspondência entre o MNE e o cônsul português em Montreal, de 3.8.37 a 31.8.37,

¹⁰³ Ochoa ao MNE, mensagens de 28.11.36, 1.12.36, 4.12.36, 14.12.36, 15.12.36, 19.12.36, 24.12.36, 9.1.37. Salazar a Ochoa, mensagens de 11.1.37, 5.2.37. Salazar à Legação em Roma, 9.3.37. AOS/CO/GR-3. Súmula de conversa com o adido militar italiano, tenente-coronel Ferrarin, por José Augusto Monteiro do Amaral (Ministério da Guerra), 31.6.38. AOS/CO/NE-7B, Pt. 7, Sub-div 1.

¹⁰⁴ Relatório da Missão de Artilharia aos estabelecimentos estrangeiros de material de guerra, 3.3.36-24.5.36. AHM, 3ª Divisão, 49ª Secção, Caixa 1, nº13.

levaria mesmo à ruptura de relações diplomáticas entre Lisboa e Praga.¹⁰⁵

Mais sério ainda do que os casos destes fornecedores era o da Grã-Bretanha, fonte habitual de quase todo o material bélico adquirido pelo exército português. Aí, as restrições não se impunham de forma tão linear, mas a desconfiança sobre os descaminhos que tentavam o pequeno aliado ibérico causou uma política de Londres mais restritiva em matéria de fornecimentos militares. Nos anos da Guerra de Espanha concluiu-se ainda uma série de negociações entre Portugal e o Reino Unido para a aquisição de peças de artilharia e de aviões. Mas a *Vickers Armstrong* constantemente se encontrava sob o fogo de comentários desdenhosos de Santos Costa, o influente braço direito de Salazar no Ministério da Guerra.¹⁰⁶ Quinze aviões *Gladiators* contratados com o governo de Lisboa viriam ainda a ser entregues.¹⁰⁷ Era o fim duma época: em fins de Setembro de 1938, o *Foreign Office* comunicava à Embaixada portuguesa a iminente proibição da venda de armas britânicas para fora do país.¹⁰⁸ Por outro lado, o material britânico oferecido a Portugal já quase se limitava a peças caídas em desuso, como as 50.000 espingardas *Lee Enfield* que foram recusadas pela parte portuguesa¹⁰⁹ - sem surpresas, visto que em Setembro de 1936¹¹⁰ o governo de Lisboa decidira colocar na Alemanha uma encomenda de espingardas *Mausser 98K*¹¹¹ e, além disso, decidira mudar o cartucho regulamentar das espingardas do Exército, substituindo o calibre inglês pelo calibre de 7,92mm. As importações passariam a fazer-se da Alemanha ou da Itália, que usavam

¹⁰⁵ Dez anos ... Vol. I, 1973. Vd. em especial Documento n° 47. Comunicado do MNE acerca do corte das relações diplomáticas entre Portugal e a Checoslováquia, 19.8.37.

¹⁰⁶ Santos Costa (sub-secretário de Estado da Guerra) ao Ministro da Guerra, 9.11.38. AHM, 3ª Divisão, 49ª Secção, Caixa 2, n° 2.

¹⁰⁷ Dez Anos ... Vol. I, 1973. Documento n° 75. Salazar a Armindo Monteiro, 27.9.37.

¹⁰⁸ Dez Anos ... Vol. I, 1973. Documentos n° 340 e n° 391, de 10.8.38 e 28.9.38.

¹⁰⁹ Dez anos ... Vol. I, 1973. Documento n° 3. Embaixador britânico a Armindo Monteiro (então MNE), 17.11.36.

¹¹⁰ Proposta da Direcção da Arma de Artilharia, assinado pelo coronel João Ferreira Chaves, 19.2.37. AOS/CO/GR-8, Pt. 10, Sub-Div. 8.

¹¹¹ Dez Anos ... Vol. I, 1973. Documento n° 16. Chefe da Secção de Rearmamento do Exército ao Sub-Secretário da Guerra, 1.3.37.

precisamente esse calibre. Os concorrentes da indústria de armamento britânica viam chegada a sua oportunidade.

A ofensiva da indústria austríaca em Portugal

Não se tratava, em todo o caso, dum bolo de encomendas que as duas potências doravante aliadas fossem partilhar amigavelmente. Entre ambas iria travar-se uma luta sem tréguas nem escrúpulos. Em termos políticos, o ponto de partida era favorável aos interesses italianos e austríacos, identificados com dois regimes fascistas mais ao gosto dos seus homólogos portugueses. Mas a tendência geral dos desenvolvimentos europeus ia num sentido favorável aos interesses alemães. A convergência ítalo-alemã nas questões da Etiópia e de Espanha, entre outras, e a cristalização dessas convergências num Eixo anti-comunista abatia por todo o lado as barreiras entre mussolinianos e hitlerianos e criava as melhores condições para que as ofertas das duas indústrias concorrentes comesçassem a ser apreciadas pelos seus méritos técnicos e vantagens comerciais. Com um factor de preferência política atenuado, o pequeno e incipiente eixo austro-italiano tinha tudo para perder a corrida.

Durante algum tempo, empresas italianas como a *Fiat* e a *Ansaldo* ou alemãs como a *Krupp* e a *Rheinmetall* disputaram palmo a palmo o pequeno mercado português. Já em 1937, o adido militar italiano, Francesco Ferrarin, queixava-se sobre uma alegada política alemã de *dumping*¹¹², levada a cabo com a intenção “de prejudicar os italianos” Ministério da Guerra assinou contratos avultados com a indústria alemã, em detrimento da concorrência italiana.¹¹³ Entretanto, na brecha aberta pela mudança do cartucho regulamentar, os interesses austríacos disputaram também a oportunidade aos alemães. Havendo, da parte do Governo português, a intenção de passar a fazer fabricar em Braço de Prata as armas com o novo calibre, o

¹¹² Segundo o registo da conversa por José Augusto Monteiro do Amaral, Ferrarin refere-se a uma carta italiana que está sem resposta há três meses e a uma reunião desagradável entre o ministro italiano e Pedro Tovar de Lemos.

¹¹³ Súmula duma conversa do Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra com o adido militar italiano, coronel Francesco Ferrarin, 31.6.38. AHM, 3ª Divisão, 4ª Secção, Caixa 2, nº3. Vd. igualmente AOS/CO/NE-7B, Pt. 7, Sub-div. 1.

Ministério da Guerra nomeou uma comissão para preparar a reestruturação da fábrica. A comissão rapidamente se convenceu de uma solução em que as máquinas a adquirir com esse intuito seriam fornecidas pela *Fritz Werner AG*, de Marienfelde, próximo de Berlim.¹¹⁴ Em breve estava tomada a decisão.

Mas daí até à assinatura de contratos iria um intervalo em que, através de dois agentes seus de alto nível, Mandl lutaria com uma proposta concorrente, para tentar vender ao Ministério da Guerra de Lisboa uma fábrica de munições, chave na mão.¹¹⁵ Um dos agentes era o engenheiro suíço Hans de Steiger, fundador da fábrica de munições de Solothurn, que antecederia a fábrica de armas nossa conhecida. Em 1929, quando Mandl adquiriu a maioria do capital, Steiger partiu para França a dirigir a produção de munições na concorrente *Manurbin*¹¹⁶. Algum tempo depois de o Governo de Frente Popular ter nacionalizado a empresa, Steiger regressaria a Genebra, para criar duas empresas do mesmo ramo¹¹⁷ e continuando a trabalhar com patentes e com capitais da *Manurbin*.¹¹⁸ Paralelamente e depois de 1939, Steiger havia de subir muito alto no aparelho suíço da economia de guerra, tornando-se, segundo Hug, “o mais alto guardião da legislação suíça sobre material de guerra”¹¹⁹, onde levaria a cabo delicadas negociações com a Alemanha¹²⁰ e onde ao menos uma vez teve uma intervenção decisiva a favor de interesses italianos.¹²¹

¹¹⁴ Informação da Direcção da Arma de Artilharia, 14.1.37. AOS/CO/GR-8, Pt. 10, Sub-div. 6. Nota do Director da Arma de Artilharia, general Silva Basto, ao Chefe do Estado-Maior do Exército, 15.2.37. AOS/CO/GR-8, Pt. 10, Sub-div- 9. Parecer do coronel João Carlos Pires Ferreira Chaves, 19.2.37. *Idem*.

¹¹⁵ Não são conhecidos rastros de qualquer visita de Mandl a Portugal, embora as suas relações com os círculos financeiros portugueses sejam testemunhadas por uma filha do industrial: Puppe Mandl recorda por exemplo a amizade de seu pai com a família Espírito Santo. E-mail de Puppe Mandl a António Louçã, de 21 de Maio de 2004.

¹¹⁶ Abreviatura corrente para *Manufactures du Haut-Rhin*.

¹¹⁷ A *Tavaro* e a *Hispano-Suíça*. Hug, p. 467.

¹¹⁸ Hug, p. 190.

¹¹⁹ Hug, p. 811.

¹²⁰ Hug, p. 469.

¹²¹ Em Abril de 1942, a Itália não conseguiu entregar à Suíça matérias-primas combinadas para a execução duma encomenda de munições, como frequentemente

O outro protagonista das negociações de Lisboa foi o banqueiro austríaco Friedrich Ehrenfest, antigo director do *Creditanstalt* (o banco de Louis Rothschild), e também antigo membro do Conselho de Administração da *Hirtenberger Patronenfabrik* (a fábrica de Fritz Mandl)¹²². Ehrenfest, um dos quatro directores do *Creditanstalt*, fôra no início de 1928 apanhado a jogar – e a perder – na bolsa uma pequena fortuna pertencente ao banco¹²³ e outra pertencente a um banco francês, também sob caução do *Creditanstalt*. Depois de várias andanças¹²⁴, viera para Portugal em finais de 1930, fora alvo dum pedido de extradição das autoridades austríacas e detido temporariamente pela polícia portuguesa. Graças aos bons ofícios do seu advogado, António Bustorff Silva¹²⁵, conseguiu no entanto ser libertado, obter a nacionalidade portuguesa¹²⁶ e consolidar a sua posição em Portugal para além de todas as expectativas.¹²⁷ Só mais tarde o avanço do nazismo na Europa ou outros motivos o

se exigia nos contratos assinados em tempo de guerra. E ficou a dever à intervenção de Steiger a possibilidade de pagar em divisas o que, na verdade, deveria pagar em matérias-primas. Hug, p. 662.

¹²² Nos anos 1919, 1920, 1924, 1928 e 1929, segundo documentos exibidos por Ludwig Draxler (filho) a Ilse Dick, Viena, 2004. Na verdade, a *Hirtenberger* é apenas uma entre as muitas – 60! – empresas em cujo Conselho de Administração Ehrenfest tem assento. Ausch, p. 363. Mas justifica-se a menção especial, porque é sem dúvida uma das mais importantes e porque Mandl continuará mais tarde a ser mandante das diligências de Ehrenfest em Lisboa.

¹²³ De nome *Amstelbank*.

¹²⁴ Os vencimentos de Ehrenfest constituem outro dos motivos de indignação pública, ao ser conhecido o caso: eles já atingiam montantes excepcionais antes de ser descoberta a manipulação abusiva de fundos do banco e tornaram-se ainda muito mais elevados no novo posto em Paris. Ausch (1968), p. 363 e sg..

¹²⁵ A ex-ministra da Cultura do Governo de Santana Lopes e presidente da Fundação Espírito Santo, Maria João Bustorff, nunca respondeu aos pedidos de informação deste investigador sobre seu avô, António Júdice Bustorff Silva.

¹²⁶ Bustorff Silva (1932), p. 7. Bustorff Silva alega também que não consta “em quaisquer tratados de extradição” nem existe na lei portuguesa o crime imputado ao seu constituinte, o “crime de infidelidade”. É de supor que se trate de uma tradução deficiente de “*Untreue*”: o crime de abuso de confiança, que pelo menos existe na lei portuguesa.

¹²⁷ Nos anos seguintes permitir-se-ia mesmo chantagear os outros membros da direcção do *Creditanstalt* com a eventual revelação das irregularidades que também eles teriam cometido. Ausch, p. 364 e sg..

levaram a partir para os Estados Unidos, onde terá vivido o resto dos seus dias.¹²⁸ Mas, se Ehrenfest rompeu com o banco de Rothschild, a verdade é que não fez outro tanto das suas ligações com Mandl.

As primeiras diligências documentadas por parte de Ehrenfest e de Steiger datam de Agosto de 1938. A fábrica que então propuseram ao Ministério da Guerra destinava-se a produzir munições para armas ligeiras, bem como munições anti-tanque e anti-aéreas. Steiger fez a proposta em nome da fábrica de Mandl na Holanda.¹²⁹ Ora, o Ministério conhecia minuciosamente a biografia do interlocutor e sabia do seu cargo na direcção da *Manurhin*. A duplicidade da personagem suscitava desconfianças.¹³⁰ No Ministério da Guerra pontificava além disso, como braço direito de Salazar, o capitão Santos Costa, subsecretário de Estado e germanófilo notório. Santos Costa já seria, em circunstâncias normais, o destinatário menos receptivo para uma proposta vinda do quadrante austro-italiano do fascismo. Depois da anexação da Áustria e da subordinação da Itália à batuta alemã, a sua boa fé negocial tendia rapidamente para zero.

A correspondência entre a dupla Ehrenfest-Steiger e o Ministério arrasta-se pelo menos até Junho de 1939. Durante esse período Santos Costa chegou a reunir-se pelo menos uma vez com cada um dos interlocutores. Formalmente, as propostas que lhe fez chegar Mandl pelos seus dois agentes continuaram a ser discutidas durante um ano. O Ministério em momento algum recusou o diálogo com Ehrenfest e Steiger, mas foi sempre objectando às propostas destes com pretextos técnicos. Muito provavelmente, Santos Costa apenas prolongava a encenação para ter na manga uma alternativa no caso de falharem os acordos já apalavrados entretanto com as firmas alemãs, ou para poder regatear melhores condições no âmbito desses acordos. Em Novembro de 1938, passou-se já da palavra falada à palavra escrita e vários acordos foram sendo assinados com firmas alemãs.¹³¹

¹²⁸ Fidelsberger (1968), p. 71.

¹²⁹ *A Nederlandsche Patronen- Slaghoedjes en Metaalwarenfabrik*, com sede em Dordrecht.

¹³⁰ Nota dactilografada, sem data nem assinatura. AOS/CO/GR-10, Pt. 5, 1ª sub-div.

¹³¹ No dia 1, Salazar anuncia que “Ministério da Guerra assinou contrato a firma *Hahn & Kolb*, de Stuttgart, para fornecimento de máquinas-ferramentas para a

Mas estes desenvolvimentos não foram dados a conhecer aos dois representantes de Fritz Mandl, que continuaram a bater-se por um acordo global, visando o fornecimento de uma nova fábrica, feita de raiz. Do lado português, todo o processo de conversações com Steiger e Ehrenfest esteve desde o início viciado pelos preconceitos do sub-secretário de Estado.¹³² Ao mesmo tempo que se encenava o diálogo, elaborava-se entre os bastidores do Ministério um documento confidencial contra Ehrenfest e Steiger, impregnado de anti-semitismo e de antipatia política. Esse documento mostrava que as hipóteses de uma negociação séria com os dois proponentes foram sempre exíguas. Depois de se referir a uma ligação entre o “judeu austríaco”¹³³ e a indústria bélica francesa, o documento comenta que “é quase tudo gente sem escrúpulos, que se dedica exclusivamente a fins internacionais”.¹³⁴ A opção de equipar a indústria de munições portuguesa com máquinas adquiridas a firmas alemãs acabaria, assim, por impor-se.¹³⁵

A indústria italiana batida pela concorrência alemã

Um trunfo que a Alemanha nazi fez valer sobre as concorrentes foram os novos recursos obtidos através da expansão e

fábrica de Braço de Prata?”. Dez Anos ... Vol. II, Doc. 453, p. 58. MNE ao ministro em Berlim, 1.11.38. No dia 16, refere-se a contrato já existente, também para aquisição de máquinas-ferramentas destinadas a Braço de Prata, com as firmas alemãs *Fortuna-Werke, Wanderer-Werke, Gebrüder Boebringner, J.E. Reinecker, Fleck & Co, G. Boley, Hiller Werke, Louis Schopper e Auchbach e Scheib*. Dez Anos ... Vol. II, Doc. 473, p. 86. MNE ao ministro em Berlim, 16.11.38.

¹³² Correspondência em AOS/CO/GR-10, Pt. 5, 1ª sub-div.

¹³³ Não é claro pelo contexto qual dos dois “Judeus austríacos” é aqui aludido. Parece mais provável tratar-se de Mandl do que de Ehrenfest, a quem não se conhecem ligações especiais com a indústria francesa de material de guerra.

¹³⁴ Nota dactilografada, sem data nem assinatura. AOS/CO/GR-10, Pt. 5, 1ª sub-div.

¹³⁵ Depois duma complicada odisséia, as máquinas apenas seriam entregues em Novembro de 1940. Dez Anos ..., Vol. X. Doc. 179, Salazar a Armindo Monteiro, 2.4.40. Doc 192, Salazar a Armindo Monteiro, 17.4.40. Doc. 196, Armindo Monteiro a Salazar, 18.4.40. Vd. também Apontamento de Tovar de Lemos sobre conversa com Knigge, 2.7.40. Apontamento de Tovar de Lemos sobre conversa com Knigge, 5.11.40. AOS/CO/NR-7, Pt. 24.

da rapina. Quando, em Março de 1939, ocupou a “Checoslováquia restante”, passou a controlar o país mais industrializado da Europa central e detentor da indústria bélica mais desenvolvida: com algum exagero, os oficiais da *Wehrmacht* designavam a Checoslováquia como o “arsenal do mundo”.¹³⁶ Também o Exército checo era dos mais bem apetrechados¹³⁷ e todo o seu equipamento caiu intacto nas mãos dos alemães, sem as destruições de uma guerra especialmente recuada pela *Wehrmacht*.¹³⁸

Em Portugal, o cheiro dos despojos produziu no Ministério da Guerra uma excitação que excedia todos os limites do decoro: mal passara ainda um mês sobre a invasão alemã, e já um responsável militar, desejoso de se lançar sobre o arsenal checo, perguntava directamente a Hans Eltze se uma parte desse arsenal não poderia ser adquirida pelo Exército português. Não se conhece o autor da diligência e é bem possível que ela não esteja documentada. Mas não ficam dúvidas sobre o seu teor, quando se lê a resposta escrita que lhe dá Eltze: “Não é possível oferecer ao Governo Português material de guerra apreendido na Checoslováquia. Uma parte desse material é incorporado no exército alemão e a outra parte é destinada a satisfazer compromissos tomados pela indústria checa”. Por outro lado, se Eltze não queria alimentar as esperanças do interlocutor português na partilha do saque, nem por isso deixou de abrir as portas a um negócio com material de montanha a produzir pela *Skoda*, com a vantagem de disputar o terreno à concorrência italiana.¹³⁹

Assim, a missão militar atrás referida incluiu no seu roteiro em Julho de 1939 as fábricas da *Skoda*. O objectivo principal da visita foi o obus de montanha 10,5 cm, sendo também examinadas outras peças de montanha, de campanha, anti-carro e anti-aéreas. A missão regozijou-se com a visita à fábrica - a única das grandes europeias que ainda não fôra vista, e que após o corte de relações Portugal-

¹³⁶ Gedye, p. 371.

¹³⁷ Segundo Gedye, 28 divisões, mais cavalaria e brigadas de montanha, uma força aérea estimada pela espionagem alemã em 1.500 aparelhos modernos e uma frota de tanques calculada em 600 unidades. Gedye, p. 372.

¹³⁸ Gedye, p. 472.

¹³⁹ Conversa com o delegado da Indústria Alemã de Armamento, 2.5.39, assinatura ilegível. AHM, 3ª Divisão, 49ª Secção, Caixa 2, nº5.

Checoslováquia ficara fora do alcance dos observadores portugueses. A nova situação criada pelos ocupantes reabriu a possibilidade de contactos da *Skoda* com o Exército português também por um outro motivo: a fábrica era considerada, nas sugestivas palavras da missão, “enfudada à *Schneider*” (francesa). Ora, precisamente nessa altura o capitão Colbert, adido militar francês em Lisboa, mostrava a sua estranheza por Portugal adquirir a maioria do armamento à Alemanha e à Itália, e manifestava o pouco interesse do Governo francês em as suas fábricas militares à devassa de observadores portugueses que depois encaminhavam para outro lado as notas de encomenda do Exército.¹⁴⁰ A ligação franco-checa e a ruptura luso-checa conjugavam-se até aí para privar o Exército português de contactos com um dos principais fabricantes europeus. A missão militar, satisfeita com o relançamento das relações, registou também o bom acolhimento dos engenheiros e administradores checos.¹⁴¹

Entretanto, com o início da guerra, o Governo italiano interrompeu o fornecimento de material militar, mas no mesmo mês de Setembro de 1939 continuava em Lisboa a negociar sobre encomendas futuras. De certo modo, tratava-se de negociações fantasiosas, em que o ministro italiano Mameli ia ao ponto de acenar ao Palácio das Necessidades com um desconto destinado a interessá-lo na compra de três submarinos.¹⁴² Por outro lado, revelando a inconsistência dos seus trunfos negociais, ele dirigia-se no mesmo dia a um outro funcionário do Ministério, para tentar obter dele uma modificação de contratos luso-italianos feitos em libras: as desvalorizações da moeda britânica prejudicam, visivelmente, a parte vendedora. Com a mão esquerda Mameli tenta recuperar por um lado as vantagens que acabara de oferecer com a mão direita¹⁴³. Um ano depois, a Itália sequiosa de matérias-primas levantou o embargo ao fornecimento de material de guerra e a discussão tornou-se mais

¹⁴⁰ Apontamento de conversa com o Adido Militar francês, capitão Colbert, assinatura ilegível, 6.6.39. AOS/CO/NE, Pt. 17.

¹⁴¹ Relatório da Missão de Artilharia à Hungria, Alemanha, Suíça, Itália e Inglaterra, 7.7.39-14.9.39. AHM, 3ª Divisão, 49ª Secção, Caixa 2.

¹⁴² Apontamento de Tovar de Lemos sobre conversa com ministro italiano, 26.6.39. AOS/CO/NE-7B, Pt. 10, Sub-div. 1.

¹⁴³ Apontamento de Costa Carneiro sobre conversa com ministro italiano, 26.6.39. AOS/CO/NE-7B, Pt. 10, Sub-div. 3.

realista: o adido comercial italiano Lazzaro prometeu a entrega de armamento já contratado e debateu com o diplomata português Francisco de Paula Brito a possível elaboração de novos contratos.¹⁴⁴ Para os Italianos, o mais importante era conseguir que as divisas a pagar pela parte portuguesa fossem substituídas por pagamentos em espécie: essa, uma constante nas conversas de Lazzaro com Brito e, dias depois, de Mameli com Salazar. Na luta para interessar os interlocutores portugueses, os diplomatas transalpinos jogavam também com os prazos de entrega, que prometiam encurtar.¹⁴⁵ Mas, volvido mais um ano, essa luta havia de resolver-se a favor da Alemanha, com a criação de um sistema de quotas para as mais procuradas matérias-primas portuguesas. A Alemanha ficava com quase tudo, a Itália com muito pouco, e os restantes países do Eixo com quotas meramente simbólicas.¹⁴⁶ As propostas posteriores da diplomacia italiana voltariam a reflectir um esforço desesperado, e algo fantasista, para recuperar o terreno perdido: em Fevereiro de 1942, sugeriu que os Portugueses fornecessem à Itália parte do ferro que estavam para receber da Alemanha – uma proposta com implicações políticas graves e que, obviamente, não iria ter seguimento do lado português.¹⁴⁷

Com o sexto sentido que tinha para o sucesso, não admira que Eltze se tenha atrelado ao carro vencedor e tenha aplicado a sua habitual competência em varrer da cena os interesses italianos. Quis porém a ironia deste volte-face, que Eltze tenha voltado a utilizar a neutralidade italiana dos primeiros meses da guerra para um negócio vultoso no interesse da indústria bélica alemã. Assim, logo após o começo da guerra, a ainda neutral Itália foi apresentada como destino de mercadorias coloniais, que o governo português estava na verdade

¹⁴⁴ Já contratadas estão três baterias de artilharia de montanha da *Ansaldo*, 17.500 cartuchos para metralhadoras *Breda*, 110 morteiros *Censa*, entre outro material; em discussão encontram-se 750 metralhadoras *Breda* e 33 baterias de campanha *Ansaldo*. Apontamento de F. P. Brito sobre conversa com o adido comercial italiano, 20.8.40. AOS/CO/NE-7B, Pt. 14, Sub-div 3.

¹⁴⁵ Apontamento de Salazar sobre conversa com o ministro italiano, 19.11.40. AOS/CO/NE-7B, Pt. 14, Sub-div 8.

¹⁴⁶ Louçã (2000), pp. 52 sg.

¹⁴⁷ Apontamento de F. P. Brito sobre conversa com o adido comercial italiano, 9.2.42. AOS/CO/NE-7B, Pt. 25, Sub-div 1.

em vias de fornecer à Alemanha por conta de 100.000 espingardas *Mausser*.¹⁴⁸ No mais aceso da concorrência entre marcas alemãs e italianas, a Itália servia os interesses da indústria rival.

Entretanto, seguindo as pegadas de Eltze, os serventuários em Portugal dos regimes austríaco e italiano foram-se passando de armas e bagagens para o lado alemão. O comerciante Hans Wimmer, rebento de uma dinastia de representantes austríacos em Lisboa, ele próprio cônsul da Áustria durante o *dolfussismo*¹⁴⁹, não teve pejo em inscrever-se na secção portuguesa do *NSDAP* e em aceitar uma posição de responsabilidade na guerra económica alemã em Lisboa.¹⁵⁰ O antigo representante comercial de interesses italianos, Vasco Burmester Martins, deu uma cambalhota espectacular e colocou-se ao serviço da Alemanha nazi.¹⁵¹ A hegemonia política da Alemanha nazi dentro do Eixo nazi-fascista traduzia-se na sua hegemonia comercial um pouco por todo o lado, e também no mercado português.

Epílogo

Nos anos da guerra, Eltze foi o *pivot* da estratégia comercial alemã em Portugal, conseguindo obter dos interlocutores portugueses dois acordos de volfrâmio tão favoráveis que deixaram os aliados em estado de choque. Inversamente, era ele a fazer sentir às cúpulas nazis a urgência de disponibilizarem contrapartidas em armamento, tendo conseguido desbloquear fornecimentos de artilharia que pareciam irremediavelmente fora do alcance português. Mesmo na recta final da guerra, Eltze havia de cometer a notável proeza de interessar o Exército português por material não solicitado e de conseguir concretizar novas vendas de vulto. No pós-guerra, Eltze iria acabar tranquilamente os seus dias na Suíça, retirado de toda a actividade política e comercial, e sem ser molestado pelos vencedores.¹⁵² Nessa fase não se conhecem contactos seus com o chefe do Governo português, embora eles pareçam plausíveis: Salazar, que ainda em

¹⁴⁸ Boelcke (1994), p.140.

¹⁴⁹ Strasen, Gândara (1944), p. 482.

¹⁵⁰ Louçã (2000), p. 54.

¹⁵¹ *Idem*, p. 53.

¹⁵² Newton, p. 460, nota 61.

1943 havia condecorado Eltze com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Industrial¹⁵³, trocou correspondência com diplomatas e dignitários alemães menos amigos seus e menos gratos aos Aliados.¹⁵⁴

Mandl, por seu lado, permaneceu ainda durante algum tempo na Argentina, muito ligado ao general Juan Domingo Perón. Um dos seus projectos era o da criação de uma frota para a pesca à baleia na Antártida, sob o patrocínio do general e com a participação do armador grego Aristóteles Onassis, bem conhecido pelos seus negócios durante a Guerra com os beligerantes de ambos os lados. Entretanto, as negociações para a venda da fábrica de armas de Solothurn arrastavam-se numa odisséia longa de vários anos. Por trás de alguns dos potenciais compradores, surgia o inevitável Fritz Mandl¹⁵⁵ e por trás de um seu concorrente, de nacionalidade grega, o antigo homem de confiança, Waldemar Pabst.¹⁵⁶ Paralelamente, corriam negociações para a venda do espólio de armas, “enorme” segundo Bill, depositado nos armazéns de Solothurn. Entre os países interessados encontravam-se a Argentina, a Indonésia e o Paquistão. Para concretizar o negócio na variante paquistanesa, Mandl e Pabst associaram-se novamente. Mas a concretização era difícil, porque os modelos em causa já só podiam ser vendidos como peças arqueológicas ou para a produção de filmes de guerra.¹⁵⁷

Eltze, o mais idoso dos três, havia de morrer na Suíça em data que não foi possível apurar. Pabst morreu na Alemanha em 1970. Mandl regressou à Áustria e aí morreu em 1977.¹⁵⁸

¹⁵³ Carta de agradecimento de Eltze a Salazar, 15.7.43. AOS/CP-101, 3.2.12/8.

¹⁵⁴ Otto Eckert a Salazar, agradecendo a autorização para se instalar em Portugal com a família. Linhó, Sintra, 8.1.48. AOS/CP-101, 3.2.11/9. Vd. também Lona Baronnin Hoyningen-Huene a Salazar, comunicando a morte do marido um mês antes. Hamburgo, 2.9.63. E também Lona Hoyningen Huene a Salazar, agradecendo as condolências de Salazar. Estoril, 1.10.63. AOS/CP -138, 4.2.4/6.

¹⁵⁵ Bill, 102-104.

¹⁵⁶ Bill, p. 91 sg..

¹⁵⁷ Bill, p.108.

¹⁵⁸ Newton/ Converse. «Inversiones nazis ..».

Bibliografia

- ARNBOM, Marie-Theresa (2000), *Friedmann, Gutmann, Licten, Mandl und Skarosch. Fünf Familienporträts aus Wien vor 1938*. Viena: Böhlman Verlag.
- AUSCH, Karl (1968), *Als die Banken fielen*. Viena: Europa Verlag.
- BARTZ, Karl (1955), *Die Tragödie der deutschen Abwehr*. Salzburg: Pilgram Verlag.
- BILL, Ramón (2002), «Waffenfabrik Solothurn. Schweizerische Präzision im Dienste der deutschen Rüstungsindustrie». In: *Schriftenreihe des Kantonalen Museums Altes Zeughaus Solothurn*, Heft 14. Solothurn.
- BILL, Ramón (1999), «Hermann Obrecht – vom ‚Kanonnenkönig‘ zum Widerstandssymbol». In: *Neue Zürcher Zeitung*, 27.7.99.
- BOELCKE, Willi (1994). *Deutschland als Welt handelsmacht. 1930-1945*. Stuttgart-Berlin-Köln: Verlag W. Kohlhammer.
- BROUÉ, Pierre (1971), *Révolution en Allemagne (1917-1923)*. Paris: Les Editions de Minuit.
- CASTELLAN, Georges (1954), *Le réarmement clandestin du Reich, 1930-1935. Vu par le 2e Bureau de l'Etat-major français*. Paris: Librairie Plon.
- Dez anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Vol. I. (1973), Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Dez anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Vol. II. (1962), Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Dez anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Vol. III. (1964), Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Dez anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. Vol. IV., (1965), Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Dez anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. Vol. X., (1974), Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.,
- EICHHOLTZ, Dietrich, (1971), *Geschichte der deutschen Kriegswirtschaft. 1939-1945*. Berlin: Akademie-Verlag.
- FEST, Joachim C. (1973), *Hitler. Eine Biographie*. Frankfurt/Berlin/Viena: Propyläen Verlag.
- FIDELBERGER, Heinz (1968), *Gott schütze Österreich*.
- GEDYE, G.E.R. (1939), *Fallen Bastions. The Central European Tragedy*. London: Victor Gollancz Ltd.
- GIETINGER, Klaus (1998), «Die roten Blaujacken. Wie dem Lied der Matrosen von der SPD der Marsch geblasen wurde». In: *junge Welt*, 4.11.98.
- GIETINGER, Klaus (1999), «Die Spur der Mörder führt in die SPD-Reichskanzlei. Zur Ermordung von Luxemburg und Liebknecht». In: *junge Welt*, 16.01.99.
- GIETINGER, Klaus (2004), «Doppelmord nach Plan. Vor 85 Jahren wurden Rosa Luxemburg und Karl Liebknecht mit Billigung der SPD-Führung ermordet». In: *junge Welt*, 15.01.04.
- GRAUBERGER, Heinrich von (2000), «Als General Groener mit dem Bolschewismus drohte. Was der Doppelmord vom 15. Januar 1919 Deutschland gekostet hat». In: *junge Welt*, 15.01.00.

- HUG, Peter (2002), *Schweizer Rüstungsindustrie und Kriegsmaterialhandel zur Zeit des Nationalsozialismus. Unternehmensstrategien – Marktentwicklung – politische Überwachung*. Zúrique: Chronos Verlag, vol. 11 das publicações da Comissão de Peritos Independente, ou “Comissão Bergier”.
- KACHULLE, Doris (2003), «Brückenbauer zwischen Konservatismus und Faschismus in drei Ländern: Waldemar Pabst». In: *Geschichtskorrespondenz*, n.º 01/09, Janeiro 2003.
- KACHULLE, Doris (2003), «Doppelmord an Karl und Rosa befohlen». In: *junge Welt*, 11.01.2003.
- KACHULLE, Doris (1998), «Für Kaiser, Hitler und Vaterland». In: *junge Welt*, 4.11.98.
- KACHULLE, Doris (2001), «Vom Landwehrkanal zum Wiener Heldenplatz. Wie Hauptmann Pabst Österreich für den Anschluss fit machte». In: *junge Welt*, 13.1.2001.
- KEREKES, Lajos (1966), *Abenddämmerung einer Demokratie. Mussolini, Gömbös und die Heimwehr*. Wien-Frankfurt-Zürich: Europa Verlag.
- LINDER, Edith. *Die Hirtenberger Waffenaffäre 1933. Ein innen- und ausserpolitischer Konflikt für Österreich*. Tese de licenciatura, Universidade de Innsbruck, exemplar fotocopiado.
- LOUÇÃ, António (2000), *Hitler e Salazar. Comércio em tempos de guerra. 1940-1944*. Lisboa: Ed. Terramar.
- LOUÇÃ, António (2005), *Conspiradores e traficantes. Portugal no tráfico de armas e de divisas dos anos do nazismo. 1933-1945*. Lisboa: Oficina do Livro.
- NETTL, J. P. (1969), *Rosa Luxemburg*. Londres/Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press.
- NEWTON, Ronald C. (1992), *The 'Nazi Menace' in Argentina. 1931-1947*. Califórnia: Stanford University Press.
- NEWTON, Ronald C. e CONVERSE, Christel K.. *Inversiones nazis en Argentina utilizando empresas fachada, em especial los casos del Banco Wehrli y las empresas del grupo Mandl*. Exemplar fotocopiado.
- PETZOLD, Joachim (1983), *Wegbereiter des deutschen Faschismus. Die Jungkonservativen in der Weimarer Republik*. Köln: Pahl-Rugenstein.
- PIGGE, Helmut (1994), «Das Ende eines Wegbereiters». In: *Die Zeit*, 15.7.94.
- RASPIN, Angela (1975), «Wirtschaftliche und politische Aspekte der italienischen Aufrüstung Anfang der dreissiger Jahre bis 1940». In: Friedrich Forstmeier/Hans-Erich Volkmann. *Wirtschaft und Rüstung am Vorabend des Zweiten Weltkrieges*. Düsseldorf: Droster Verlag.
- SCHREINER, Albert (1979), *Hitler treibt zum Krieg. Dokumentarische Enthüllungen über Hitlers Geheimrüstungen*. Paris, 1934. Reed. Köln/Frankfurt a.M.
- SILVA, António Júdice Bustorff (1932), *A extradição do banqueiro F. Ebnrenfest. Oposição ao pedido do Governo austríaco em requerimento ao Excmo. Sr. Ministro do Interior*. Lisboa.
- STRASEN, E. A. e GÁNDARA (1944), Alfredo. *Oito Séculos de História luso-alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano.
- TELO, António (1991), *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. II., Lisboa: Ed. Veja.
- WEBER, Fritz. *Vor dem grossen Krach. Die Krise des österreichischen Bankwesens in den zwanziger Jahren*. Tese de doutoramento. Universidade de Salzburg. 1994-1995. Exemplar fotocopiado.

Refugiados judeus e anti-nazis entre portugueses durante a II Guerra Mundial¹

Irene Flunser Pimentel

[Instituto de História Contemporânea,
Universidade Nova de Lisboa]

A partir da chegada de Hitler ao poder, em 1933, começaram as perseguições aos judeus, aos adversários políticos e a todos os que o regime nacional-socialista considerava estarem fora da *Volksgemeinschaft* (Comunidade do Povo) “ariana”. À medida que a repressão e as medidas anti-semitas endureciam, aumentava a torrente dos fugitivos, à procura de abrigo noutros países europeus. Em resposta, estes fecharam as suas portas aos refugiados. Portugal não se distinguiu dessa atitude e começou também a restringir a sua política de fronteiras, nomeadamente, aos «emigrantes» que não podiam voltar ao seu país de origem, como era o caso dos judeus alemães.

A estes juntar-se-iam, depois da “anexação” da Áustria, em 1938, e da invasão dos Sudetas, bem como da ocupação da Polónia, que deu início à II Guerra Mundial, também os austríacos, os checoslovacos e os polacos. A partir do início da guerra e da invasão de vários países europeus, sobretudo da França pela *Wehrmacht*, os perseguidos por Hitler que tinham conseguido abrigar-se noutros países tiveram de prosseguir a fuga, cada vez mais para o ocidente. Portugal, país neutral durante a II Guerra Mundial, acabou assim por ser, por razões circunstanciais, um dos poucos portos de abrigo europeus para grande número de refugiados, fugidos à guerra e à perseguição do regime nacional-socialista.

Mas houve dificuldades. A entrada dos refugiados foi dificultada, particularmente pela PVDE, a sua presença apenas tolerada enquanto estadia temporária e o exílio definitivo impedido.

¹ Este artigo baseia-se no meu livro *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em Fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.

Mesmo assim passaram, por Portugal, judeus da Alemanha e dos países ocupados, comunistas, social-democratas, liberais, cristãos, intelectuais; pobres e ricos; alemães, austríacos, polacos, italianos, checos, belgas, luxemburgueses, húngaros, holandeses, franceses e até russos e originários dos países bálticos. Aguardaram em Lisboa, no Porto, em Coimbra, nas Caldas da Rainha, na Figueira da Foz ou na Ericeira um visto e um meio de transporte que os levasse para África, a América Latina, países onde o ingresso de refugiados estava limitado, ou para os Estados Unidos, onde havia *quotas* de estrada, estabelecidas por nacionalidade.

Ironicamente, foi numa ditadura autoritária e nacionalista com simpatias pelo anticomunismo e antiliberalismo do regime alemão que muitos refugiados encontraram um porto de abrigo provisório. O facto de o regime ditatorial português, apesar das semelhanças, se ter diferenciado em aspectos essenciais do alemão, a ausência de anti-semitismo na ideologia salazarista e na sociedade portuguesa e as circunstâncias da neutralidade portuguesa acabaram por possibilitar a salvação através de Portugal de muitos dos perseguidos pelo nacional-socialismo.

Antes de se abordar o tema da estadia dos refugiados em Portugal durante a II Guerra Mundial e do seu relacionamento com os portugueses, ver-se-á aqui de que forma esses três factores possibilitaram o salvamento por Portugal de alguns perseguidos pelo nacional-socialismo alemão, através da abordagem de três pontos:

- 1) Razões estruturais do regime que remetem para a caracterização do Estado Novo e em particular para a ausência de anti-semitismo.
- 2) Razões circunstanciais que se prendem com a política externa de Portugal durante a II Guerra Mundial:
- 3) Dificuldades que obrigam a ver como se comportaram as autoridades portuguesas: a PVDE, Salazar e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1. Portugal sob a ditadura de Salazar. 1933-1938

Apesar das semelhanças entre o regime salazarista e o regime hitleriano, que curiosamente se ergueram a partir do mesmo ano de 1933, entre as quais se contaram os diversos “antis” e particularmente o anticomunismo, o Estado Novo distinguiu-se do Estado hitleriano totalitário, expansionista e racista. A ditadura civil institucionalizada pela Constituição de 1933 de Oliveira Salazar recusou tanto o liberalismo e o parlamentarismo como o totalitarismo estatal que caracterizou o regime hitleriano.

O próprio Salazar esclareceu que a onipotência do Estado que tudo subordinava “à ideia de nação ou de raça”, era incompatível com a civilização cristã da qual Portugal fazia parte. Por isso, segundo ele, a Constituição portuguesa limitava, pela “moral e o direito”, o poder do Estado e impunha-lhe o “respeito pelos direitos individuais e corporativos”, “assegurava a liberdade de crença e prática religiosa”, “atribuía aos pais a educação dos filhos” e “reconhecia a acção espiritual da Igreja católica”.²

Em 1933, foi criada, além da Constituição fundadora do regime, a legislação básica corporativa, foi suprimida a liberdade de expressão e de associação, foi reorganizada a censura prévia, criado o Secretariado de Propaganda Nacional e finalmente erguida a verdadeira espinha dorsal do regime - a PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a polícia política que também se ocupava da emigração e das fronteiras, e portanto, dos refugiados. Na realidade, o Estado Novo era uma ditadura pessoal autoritária do chefe do governo que subalternizava a Assembleia Nacional ocupada por um partido único, a União Nacional, eleita em sufrágio não competitivo.

Enquanto ideologia, o salazarismo combinou o ideário da direita radical com o conservadorismo tradicionalista e com o catolicismo corporativista, antiliberal e anticomunista. Por seu turno, enquanto funcionamento do sistema político, o Estado salazarista sobrepôs-se ao Partido sem nunca entrar em tensão com este, ao contrário da Alemanha onde o Partido nacional-socialista se fundiu

² «Problemas da Organização Corporativa», conferência no *SPN*, em 13 de Janeiro de 1934, in *Discursos*, vol. I, 1946, p. 285; «O Estado Novo português na Evolução Política Europeia», discurso na inauguração do I Congresso da *UN*, em 26 de Maio de 1934, in *Discursos*, vol. I, 1946, pp. 335-344.

com o Estado. Finalmente, no seu relacionamento com a sociedade, o Estado Novo não hegemonizou toda a sociedade e permitiu que as instituições da Família, do Exército e da Igreja católica tivessem espaços de actuação.

Isso aconteceu mesmo quando, no período de fascização em 1935 e 1936, criou uma milícia paramilitar, a Legião Portuguesa, e organizações estatais de mulheres e de juventude – Obra das Mães pela Educação Nacional, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina. Era desejo de Salazar “levar os portugueses a viver habitualmente” e, por isso, exceptuando no período entre 1936 e 1938, não houve em Portugal grandes manifestações de massas nem uma tentativa constante de mobilização política popular, como aconteceu na Alemanha, onde o Estado se intrometeu no seio da família, através da *Hitler Jugend* e abafou as Igrejas, tentando mesmo criar uma Igreja estatal.

Uma diferença essencial entre os dois regimes foi aquela que se prendeu com o facto do racismo biológico – nomeadamente, o anti-semitismo – não ter feito parte da ideologia e do Estado salazaristas. Logo que havia sido nomeado Presidente do Conselho de Ministros, em 1932, Salazar tinha dito que o nacionalismo português não incluía “o ideal pagão e anti-humano de deificar uma raça ou um império”.³ Cinco anos depois, o ditador português lamentou que o nacionalismo alemão estivesse “vincado por características *raciais* tão bem marcadas que impôs, do ponto de vista jurídico, a distinção entre o *cidadão* e o *sujeito* – e isso sob risco de perigosas consequências.”⁴ Em 1939, Salazar esclareceu que Portugal tinha a felicidade rara de constituir “a mesma raça” e uma unidade política, professar o mesmo credo e de ter uma só cultura.⁵

Apesar de utilizar frequentemente, nos anos trinta, o termo “raça”, a ideologia salazarista aplicava esse conceito ao de

³ Salazar disse textualmente: “Portugal não se fez ou unificou nos tempos modernos nem tomou a forma com o ideal pagão e anti-humano de deificar uma raça ou um império.”, «O Espírito da Revolução», discurso na visita oficial ao Porto em 28 de Abril de 1934, *Discursos*, vol. I, 1946, pp. 324-326.

⁴ Oliveira Salazar (1977), *Como se levanta um Estado*, Lisboa: Golden Books.

⁵ «Defesa Económica - Defesa Moral - Defesa Política», discurso pronunciado na Emissora Nacional em 25 de Junho de 1942», *Discursos*, vol. III, pp. 334-335.

comunidade nacional histórica e culturalmente fundada. De acordo com as observações de Manuel Lucena (1976: 27), incluía-o num nacionalismo político-cultural e não numa concepção de racismo biológico. O nacionalismo salazarista teve, assim, um fundamento político e, por isso, os seus inimigos eram os seus adversários políticos. Em Portugal, exceptuando nas colónias africanas, a dimensão racial não foi introduzida na noção de pertença à nação e, mesmo quando lhes eram retirados os direitos políticos, os portugueses não eram escorraçados da “nação” e guardavam a sua nacionalidade. Por seu turno, ao entroncar na biologia, o nacional-socialismo desembocou no extermínio de todos os que considerava de “raça inferior”, entre os quais os judeus.

Motivo de gratidão dos refugiados foi o facto de não serem discriminados por serem judeus pelos portugueses que, de forma geral, não percebiam porque é que, por exemplo, um judeu alemão deixava de ser alemão por ser judeu. Era como se não houvesse judeus em Portugal, quatro séculos depois de a Inquisição ter perseguido com conversões forçadas e expulsões os judeus portugueses. A ausência de visibilidade da pequeníssima comunidade judaica portuguesa, com cerca de 3000 membros, perfeitamente integrada na sociedade, muitos deles nos seus escalões superiores, exercendo profissões liberais como a medicina e a advocacia, fazia também com que ninguém fosse qualificado de judeu. Alguns eram próximos do regime, como Moisés Amzalak, um ex-colega de estudo de Salazar, reitor da Universidade Técnica de Lisboa e director do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, a cujas intervenções junto do ditador português se terão devido a obtenção de algumas medidas que facilitariam a vida aos refugiados judeus.

Em 1941, numa conferência nos Estados Unidos, o presidente da Comissão para Assistência aos Judeus Refugiados em Portugal (Comassis), Augusto d’Esaguy referiu-se, num documento de 1941 que viria a ser publicado dez anos mais tarde, à “simpatia e boa vontade com que todo o país” estaria a ajudar os refugiados, pagando dessa forma a “dívida” pela perseguição que a Inquisição tinha movido aos judeus, quatrocentos anos antes. Esta imagem idílica do povo e até do regime de Portugal permaneceu no imaginário colectivo, embora tenha sido utilizada para evitar, como disse o

próprio d'Esaguy (1951), que a “grande torrente de refugiados levasse o governo a estancar as entradas se os refugiados se tornassem um fardo para o contribuinte de impostos do país.”

2. Portugal na II Guerra Mundial, um país neutro. 1939-1945

Outra das razões conjunturais para que muitos refugiados se tenham salvo através de Portugal prendeu-se com a neutralidade portuguesa, no quadro da aliança com a Inglaterra, mesmo que esta tenha sido primeiro “equidistante” relativamente aos dois campos beligerantes. Através de uma política sinuosa de exploração das contradições entre os dois campos beligerantes, Salazar conseguiu manter a neutralidade que passou a ser “colaborante” com os anglo-americanos, a partir da segunda metade de 1942

A neutralidade de Portugal foi aliás possibilitada tanto pelos Aliados como pelo Eixo. À Grã-Bretanha interessava a neutralização da Península Ibérica e manter a segurança das rotas atlântica e mediterrânica, através dos préstimos de Salazar para impedir o alinhamento com os alemães da Espanha, recém-saída da guerra civil onde os “nacionalistas” haviam triunfado com o apoio da Alemanha e da Itália. Por outro lado, a neutralidade “equidistante” também servia economicamente à Alemanha que importou, ao longo de todo o período da guerra, produtos portugueses e coloniais de que necessitava.

Em Junho de 1940, a chegada dos alemães aos Pirenéus, a declaração espanhola de “não beligerância” e o reforço da linha germanófila dos falangistas no país vizinho fizeram perigar a neutralidade, quando Hitler pensou em ocupar Gibraltar e a Península Ibérica através da Operação Félix, programada para 12 de Novembro de 1940. A Alemanha acabou, no entanto, por cancelar a operação e transferir as suas tropas para os Balcãs e para a União Soviética, invadida em Junho de 1941.

Dois dos campos onde a neutralidade foi “equidistante” quase até ao fim da guerra foram o da espionagem e da propaganda, por um lado, e o das relações comerciais, por outro lado. Portugal manteve relações comerciais, até ao segundo semestre de 1944, com a Alemanha, reexportando e exportando produtos vitais para a

campanha da Rússia, e sobretudo o volfrâmio, fundamental para o armamento alemão.

Mas, depois da mudança dos destinos da guerra a favor dos aliados, quando o desejo salazarista de uma “paz sem vencedores nem vencidos” se tornou inexecutável, instalou-se no seio do regime o medo de que a vitória aliada acarretasse o fim do Estado Novo. A neutralidade portuguesa passou de “equidistante” a “colaborante” com os aliados ocidentais. Em Agosto de 1943, após negociações prolongadas, Salazar cedeu à exigência anglo-americana da utilização estratégica de uma base nos Açores e em Janeiro de 1944 declarou o embargo à venda do volfrâmio à Alemanha, pedido pela Inglaterra. Em troca, Salazar conseguiria depois da guerra a manutenção do regime e do Império.

3. As dificuldades colocadas à entrada de refugiados, a partir de 1936

O Ministério dos Negócios Estrangeiros português preocupou-se, em 1936, depois do início da guerra civil espanhola, em impedir a entrada do país a espanhóis “vermelhos” e a russos e a restringir a apátridas e polacos a estadia em Portugal, mediante um visto de trinta dias.⁶ Lembre-se que, até Outubro de 1941, a Alemanha teve uma política de incentivo à saída-expulsão dos judeus do país, roubando-lhes as posses e propriedades e recusando-lhes o regresso.

Após o *Anschluss* da Áustria, da instauração das leis anti-semitas na Itália e do *progrom* da “noite de cristal” na Alemanha, a “inundação” dos países europeus limítrofes por esses «emigrantes» que não podiam voltar ao país de onde eram originários, a maioria dos quais eram judeus, levou à conferência de Evian, em Julho de 1938, que “resolveu” o problema, com a decisão de aí limitar a entrada e a estadia dos refugiados. Portugal seguiu o exemplo desses países, como a Suíça e a Suécia, e, em 28 de Outubro de 1938, estipulou que os “emigrantes judeus” passavam doravante a necessitar

⁶ Arquivos Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDME), 2º piso, A43, M38B. Cartas do Ministério do Interior de 3 de Janeiro e 6 de Maio de 1936.

de vistos “de turismo”, com a validade de trinta dias, para entrar em Portugal.⁷

Essa ordem abrangia pela primeira vez um vasto grupo específico de candidatos à entrada no país que se tornou particularmente visível a partir do momento em que a Alemanha após, nesse mesmo ano de 1938, a letra “J” nos passaportes dos judeus. Era a palavra “emigrante”, aquele que ainda por cima estava impossibilitado de voltar ao seu país de origem – neste caso a Alemanha – e não a palavra “judeu” que assustava as autoridades portuguesas. E, embora se possa dizer que não foi o anti-semitismo que moveu o governo português, mas sim o perigo de uma emigração maciça para o país, o certo é que as duas palavras se tornaram, nesse período, sinónimas, e o resultado objectivo da política de fronteiras pareceu e tornou-se objectivamente anti-semita.

Depois, ao longo de 1939, a PVDE pressionou no sentido de Portugal não ser encarado como “país de refúgio”, pois isso originaria a entrada de extremistas e de judeus, “por norma, moral e politicamente indesejáveis”. Num relatório, do início desse ano, o chefe dessa polícia política e internacional, Agostinho Lourenço, reivindicou junto de Salazar que se seleccionasse e fiscalizasse as pretensões de entradas de estrangeiros no país, “numa época em que enormes massas expulsas por outros Estados” pretendiam, segundo ele, “refugiar-se ou infiltrar-se em Portugal, excedendo a nossa capacidade de recepção e com manifesto prejuízo da economia nacional”.⁸

Já iniciada a guerra, Agostinho Lourenço enviou, em 24 de Outubro de 1939, uma carta confidencial a Salazar, a solicitar o endurecimento da política de vistos, propondo que a sua concessão, em particular aos judeus, fosse sujeita à consulta prévia da PVDE. Os vistos deviam ser recusados aos que não possuíssem recursos financeiros para a estadia em Portugal, não pudessem voltar aos seus

⁷ Circular 10. Veja-se, a este respeito, Ansgar Schäfer (1992), «Obstáculos no caminho para a liberdade. O governo português e os refugiados durante a segunda guerra mundial», in *Aspectos e Tendências de Estudos Germanísticos em Portugal*, pp.85-94.

⁸ Cf. Ansgar Schäfer, Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão (1933-1940), *polycopiado, Tese de Mestrado História dos Séculos XIX e XX - Secção do Séc. XX, FCSH da UNL, 2002, p. 127.*

países ou invocassem o embarque para a América sem mostrarem garantia de o poder fazer ou sem visto de entrada num país de destino.⁹

Salazar concordou com a proposta de Agostinho Lourenço, pois que, em 11 de Novembro de 1939, o MNE enviou, às suas repartições diplomáticas, uma circular, segundo a qual apenas os diplomatas de carreira poderiam doravante conceder vistos e não mais os cônsules honorários. Os diplomatas deviam, porém, consultar o MNE, antes de visarem os passaportes de diversos grupos de estrangeiros, em particular aqueles cujo passaporte tivesse um sinal de impedimento de regresso ao país de origem, ou que não alegassem de forma satisfatória os motivos da vinda para Portugal.¹⁰

Em Fevereiro de 1940, o ministro dos Negócios Estrangeiros enviou, à Legação em Haia, um telegrama, onde apenas autorizava visar os passaportes de “refugiados católicos”, desde que tivessem o visto brasileiro e o bilhete de passagem.¹¹ Em 23 de Abril, Salazar enviou novo telegrama confidencial, segundo o qual os cônsules na Holanda deviam averiguar “escrupulosamente” se os candidatos a vistos eram judeus. Esclareceu o ditador que, face à crescente afluência de judeus a Portugal, a PVDE considerava inconveniente ser-lhes permitida a entrada no país, “independentemente da nacionalidade dos interessados.”¹²

Efectivamente na véspera, a PVDE tinha enviado, ao MNE, um ofício, a informar que “os pedidos de judeus holandeses para virem para Portugal” estavam a tomar “um grande volume.” Por isso, pedia que, “a bem do serviço público, os cônsules na Holanda” averiguassem bem se os indivíduos que desejavam vir eram “ou não judeus”, a fim de evitar a entrada em Portugal de “indivíduos dessa qualidade.”¹³ Em Junho, a PVDE proibiu, ao consulado de

⁹ AHDMNE, 2.º piso, A43, M38B. Carta confidencial da PVDE de 24 de Outubro de 1939.

¹⁰ *Idem*, Repartição da Administração Consular, r.c. 779, circular n.º 14.

¹¹ *Idem*, Telegramas enviados à Legação de Portugal na Haia.

¹² *Idem*, *ibidem*.

¹³ *Idem*, 2.º piso, A43, M49. Carta de 22 de Abril de 1940.

Amesterdão, visar os passaportes de «todos» os judeus alemães, mesmo que possuíssem vistos de destino.¹⁴

Em 15 de Junho de 1940, no dia a seguir à ocupação de Paris pelos alemães, a política de restrição à entrada em Portugal ainda se agudizou mais. A partir de então, os vistos de trânsito por trinta dias só deviam ser concedidos pelos cônsules aos refugiados com bilhetes de passagem para sair de Portugal e não só de uma reserva, bem como com o visto de entrada no país de destino.¹⁵ Em 16 de Dezembro de 1940 piorou de novo a situação, ao fazer depender a concessão de vistos de trânsito da autorização prévia da *PVDE*.¹⁶

Este endurecimento decorreu provavelmente da acção do cônsul de Portugal em Bordéus, Aristides Sousa Mendes, que, em Junho de 1940 concedeu milhares de vistos contra as ordens de Salazar. Seja como for, a organização norte-americana de apoio aos refugiados judeus confirmou que, com a queda da França, a política portuguesa de entradas mudou radicalmente e Portugal passou a ser encarado, pelas suas autoridades, como um país apenas de trânsito e não de residência permanente.¹⁷ A maioria dos refugiados só obtinha o visto de trânsito português depois de já possuir o visto de um país de destino e uma passagem aérea ou marítima para prosseguir viagem e, por isso, só permanecia em Portugal o período entre a chegada ao país e o embarque. Mas outros ficaram no país mais prolongadamente.

Nesta situação, uma das principais dificuldades era a sobrevivência num país onde eram impedidos de trabalhar. É que, a partir Julho de 1933, uma lei tinha proibido o trabalho por conta de outrem a estrangeiros nos ramos onde se verificasse o desemprego de portugueses, mas continuava a permitir o exercício de uma profissão liberal. Em Abril de 1939, os estrangeiros deixaram de poder exercer medicina, a não ser em circunstâncias excepcionais; em Outubro de

¹⁴ *Idem*, 2.º piso, A43, M80.

¹⁵ Cf. Ansgar Schäfer, «Obstáculos para o caminho da liberdade...», p. 43. Trata-se da circular n.º 23.

¹⁶ AHDMNE, 2.º piso, A43, M38B; 2.º piso, A 44, M150, circular n.º 29.

¹⁷ YIVO: 245.4/Series XII: Portugal B 59, «Portugal and the Refugee Problem», sem data; JDC: Portugal 896, Resum of JDC's operations on behalf of Refugees in Portugal, Nov. 26. 1940.

1940, o impedimento de trabalho estendeu-se ao teatro e, em Março de 1942, à engenharia e à arquitectura. O impedimento de trabalho a estrangeiros foi certamente, a par da restrição na concessão de vistos e a sua curta duração, uma das formas utilizadas pelo governo português para desincentivar a permanência dos refugiados em Portugal.

4. Refugiados entre Portugueses

Em Junho de 1940, chegou à fronteira portuguesa de Vilar Formoso uma grande vaga de refugiados, a maioria dos quais munidos de vistos concedidos, como se viu, pelo cônsul em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes. Augusto d'Esaguy (1950), o já referido dirigente da Comassis, informou, numa conferência nos EUA, que, de uma noite para a outra, nesse mês o número de refugiados no país tinha aumentado para 10.000 e que, numa única semana, se juntaram cerca de 18.000 estrangeiros, na fronteira portuguesa.

Por seu turno, segundo uma estimativa da Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) e do *Joint*, até Agosto de 1940, entraram, em Portugal, cerca de 12.000 refugiados, número que aumentou para 14.000, em Novembro.¹⁸ O mesmo *Joint* assinalou que, entre Junho de 1940 e Maio de 1941, passaram, pelo país, cerca de 40.000 pessoas, um número que se aproxima dos 42.000 refugiados referidos pela Comassis, como tendo sido apoiados por esta organização.¹⁹ Os números revelam que parte dos refugiados não permaneceram na capital – muitos foram colocados fora de Lisboa –, mas também que o país apenas foi uma via de trânsito além-Atlântico, e não de exílio definitivo.

Nesses dias de Junho de 1940, o capitão Agostinho Lourenço, da PVDE, deslocou-se de imediato de Lisboa para Vilar Formoso, onde se viu confrontado com a necessidade de escoar a torrente de refugiados que aí se amontoavam. Decidiu então seguir a ideia, sugerida pela Comassis, de desviar muitos deles para zonas balneárias

¹⁸ YIVO: 245.4/Series XII: Portugal B 59, «Portugal and the Refugee Problem», sem data; JDC: Portugal 896, *Resum of JDC's operations on behalf of Refugees in Portugal*, Nov. 26. 1940.

¹⁹ *Idem*.

e termais, onde havia hotéis e pensões. A sugestão de colocar os refugiados nesses locais partira efectivamente de Augusto d'Esaguy, cujo objectivo era reduzir a tensão das autoridades portuguesas relativamente à situação caótica na fronteira e assim obter do governo uma maior disponibilidade para conceder vistos de trânsito.

Permitia também aliviar a situação em Lisboa, onde já havia milhares de refugiados, num período em que decorriam a Exposição do Mundo Português e as comemorações do Duplo Centenário, em Belém. Tratou-se de um compromisso, que permitiria facilitar à PVDE o controlo da massa de refugiados, instalando-os em diversos locais, e ao mesmo tempo impedir que eles fossem expulsos de Portugal. No seu romance *Deus não Dorme*, Suzanne Chantal (1944: 187) dá conta que, para “descongestionar Lisboa, espalhavam-se os recém-chegados, dirigiam-nos para cidades da província, estações termais no centro do País”:

Tinham escolhido locais onde havia hotéis para os receber. Eram lugares de eleição (...). Os próprios locais onde iam os turistas (...). Mas os refugiados não eram turistas e não se interessavam pela paisagem. Pensavam nos “vistos”, nas partidas. Indiferentes à Fonte dos Amores, aos carvalhos seculares do Buçaco. Por muito bela que seja, não é possível amar uma prisão.

Segundo vários relatos, a divisão dos refugiados por locais de instalação ocorreu logo na fronteira portuguesa, nos dias de Junho de 1940. Por exemplo, os que tinham vistos “legais” para países além-Atlântico eram autorizados a seguir de imediato para Lisboa, enquanto os outros, provavelmente aqueles munidos de documentos concedidos por Aristides de Sousa Mendes, contra as regras oficiais, ficaram parados na fronteira até serem enviados para locais de “residência fixa”. Augusto d'Esaguy referiu, entre os “centros de refugiados” ou “áreas de recepção em todo o país”²⁰, as cidades do

²⁰ WSC-Collection, H 283/1 Portugal, Lists of refugees in Lisbon and other material, 1940.

Porto, de Caldas da Rainha, Coimbra, da Curia e Figueira da Foz²¹, embora sem especificar que se tratava de locais de “residência fixa”.

Seja como for, nas Caldas da Rainha, a publicação *Gazeta das Caldas*, de 1 de Agosto de 1940, noticiou que essa cidade tinha vindo a oferecer “ultimamente uma nota de vida cosmopolita, em virtude dos numerosos estrangeiros, que, nela, vieram acolher-se, foragidos da tormenta” que assolava a maior parte da Europa.²² Quanto à Curia, o escritor alemão Friedrich Torberg (1989: 114), chegado a Vilar Formoso em 23 de Junho e ali colocado, relatou que estavam abertos, em permanência, nessa localidade termal, três balcões da «Polícia Internacional» e que até o pequeno posto de correio local colocou, desde logo, à disponibilidade dos refugiados um auxiliar que falava francês e inglês.²³

Os refugiados não podiam trabalhar nem sair a mais de três quilómetros dos locais de «residência fixa», sem a autorização da PVDE, embora tivessem liberdade de movimento no interior dos mesmos e de ali viverem em hotéis, pensões e quartos alugados, muitos deles apoiados pelas organizações americanas de auxílio. É certo que uma das dificuldades vividas pelos refugiados nesses locais era arranjar meios de subsistência, além de que, para obter vistos de entrada num país de exílio, se tinha de ir a Lisboa ou ao Porto, para onde os refugiados se deslocaram por vezes sem autorização da polícia, arriscando a prisão.

Enquanto inicialmente as autorizações de estadia eram quase sempre renovadas, a partir do final de 1940, a PVDE passou a conceder apenas prolongamentos de pequeníssima duração. Efectivamente, a revista *Life* deu conta, em Abril de 1941, que a PVDE estava então apenas a permitir a estadia por 12 dias, em vez dos anteriores 30.²⁴ No mesmo mês, o *comité* de apoio aos refugiados da Figueira da Foz informou o *WJC* de Nova Iorque que alguns

²¹ *Idem*, Carta de 22/10/1940.

²² Cf. Carlos Cipriano, «Caldas da Rainha, anos 40», *Público*, 2/10/98.

²³ Cf. Christa Heinrich, «Zuflucht Portugal. Exilstation am Rande Europas», *Filmexil*, Film-Museum Berlin, n.º 16, 2000, edition Text und Kritik, pp. 4-32.

²⁴ *Aufbau*, 2/5/41.

refugiados sem documentos tinham sido presos, quando as suas autorizações de estadia haviam caducado.²⁵

Em quase todos os relatos de refugiados colocados nas zonas de «residência fixa» surgem, porém, elogios à hospitalidade dos portugueses, que se confrontaram com os hábitos diferentes dos estrangeiros. “E assim me vi encaminhado para o escaldante Portugal, um mundo rico em cor, meridional, pacífico”, “um país maravilhoso” – escreveu o escritor alemão Alfred Döblin (1986: 212), ao revelar a surpresa por verificar que, no país mais a oeste da Europa, por onde passou em 1940, “a solidariedade chegava a ultrapassar a espanhola”.

Para quem vinha de uma Europa em guerra, na penúria e obscurecida pelo *black out*, onde, ao medo das bombas, se juntava o da perseguição por motivos políticos ou raciais, era natural que a capital portuguesa, com as suas ruas iluminadas e as lojas cheias, surgisse como um «paraíso». No entanto, se para muitos refugiados Portugal foi assim percebido, o escritor e aviador Antoine de Saint-Éxupéry qualificou, no seu livro *Carta a um Refém*, o país de “paraíso triste” que, sob risco “de uma invasão iminente”, se agarrava “à ilusão da sua felicidade”.

“Lisboa, que edificara a mais deslumbrante exposição que já houve no mundo, sorria com um sorriso um tanto pálido” – acrescentou Saint-Exupéry, dizendo que se brincava “à felicidade, em Lisboa, para que Deus quisesse mesmo acreditar nela”. (*Apud* Martins/Viana, 1995). Alojado, entre 28 de Novembro e 20 de Dezembro de 1940, no Hotel Palácio, do Estoril²⁶, o famoso autor do *Príncipezinho* sentiu uma angústia igual à “que nos invade no jardim zoológico diante dos sobreviventes de uma espécie em (vias de) extinção”²⁷, ao assistir à sofreguidão com que os refugiados mais ricos gastavam, na roleta do Casino, fortunas “esvaziadas de significado” e “moeda talvez caducada”, numa triste “dança de marionetas”.²⁸

²⁵ WJC-Collection, H283/2, Portugal-Refugees, Figueira da Foz, 1941.

²⁶Cf. José António Gurriarán (2001), *Um Rei no Estoril. Dom Juan Carlos e a Família Real no Exílio Português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote/Câmara Municipal de Cascais, pp. 103 e 260.

²⁷ Trad. minha de *Lettre à um Otage*, citado por Stacy de La Bruyère (1994), *Saint-Éxupéry. Une Vie à contre-courant*, Paris: Albin Michel.

²⁸ José António Gurriarán, *Um Rei no Estoril...*, pp. 111-112.

Hospitalidade, generosidade, aliadofilia e ausência de sentimentos anti-semitas foram as principais qualidades sempre enaltecidas pelos refugiados, sobretudo pelos que chegaram a Portugal durante o período da guerra. No entanto, apesar de concordarem, no geral, com essas opiniões de que os portugueses se revelaram muito hospitaleiros, outros refugiados também se aperceberam da miséria e opressão existentes em Portugal e acrescentaram alguns aspectos negativos a essa imagem idílica. Atraso, pobreza, analfabetismo, ignorância, preconceitos, opressão das mulheres e profundas desigualdades sociais, numa sociedade fechada, são alguns dos defeitos apontados pelos que chegaram ao país antes do endurecimento da política restritiva de entradas e que, por isso, aqui permaneceram.

Os primeiros refugiados, chegados nos anos trinta, com um visto prolongado, chocaram-se com o atraso e a miséria em que vegetava a maioria da população. Para os que, em 1940 e anos seguintes, passaram brevemente pela capital, Lisboa apareceu-lhes como um “paraíso” pacífico e iluminado, com lojas cheias, onde não havia guerra nem *black out* e não se sentiam perseguidos. Mas, para outros mais atentos, a imagem cosmopolita da capital não escondeu a visão das crianças descalças, dos pedintes, das criadas, dos engraxadores e dos bairros degradados num país onde o “hábito fazia o monge” e o homem era rei nas ruas.

A intelectual alemã Eva Lewinski sentiu, ao chegar a Lisboa, em Outubro de 1940, o mesmo alívio da maioria dos refugiados. No entanto, ao contrário das imagens que ainda perduram na memória da maioria dos seus companheiros de infortúnio, também sentiu constrangimento e revolta perante a miséria alheia:

De repente, andar livremente nas ruas sem papéis e sem medo da polícia, sentarmo-nos em cafés, falar na língua que nos apetecesse, ver as iluminações nas ruas durante toda a noite, ver as lojas cheias de produtos alimentares, jornais em todas as línguas, livros, livros, livros (...) mas logo ao lado da zona rica da

cidade, havia Alfama, onde a miséria e a sujidade eram indescritíveis (...) Nunca se deveria esquecer.²⁹

Este testemunho é importante e raro, porque a maioria dos refugiados que por aqui passaram se abstiveram de revelar esse lado negro, ou para não ofender as autoridades do país de abrigo, ou por inconsciência, ignorância ou insensibilidade, provocadas pelo próprio sofrimento. “Lisboa está esgotada”, foi, por seu turno, como o jornalista checo Eugen Tillinger descreveu a capital portuguesa, em Outubro de 1940, antes de ser colocado em «residência fixa» na Figueira da Foz. Segundo ele, quase não se ouvia falar português na praça do Rossio. “Os cafés e restaurantes estão a abarrotar”, escreveu esse jornalista checo, “chegaram ao país somas consideráveis em moeda estrangeira que são postas a circular pelos imigrantes. Mas os portugueses também sabem apreciar esse facto e são de uma amabilidade encantadora para com os estrangeiros”.³⁰

Como o próprio Tillinger assinalou, muitos habitantes e comerciantes de Lisboa acabaram por lucrar com essa avalanche populacional, num período em que pouca gente passava férias. Os donos de pensões e hotéis, os que alugavam quartos, os comerciantes das lojas e dos cafés, assim como os exportadores que, furando o bloqueio, enviavam produtos para os países ocupados e do Eixo, todos esses foram os que mais lucraram com a presença dos refugiados. Alguns portugueses e estrangeiros sem escrúpulos também fizeram negócio com os documentos necessários para a entrada, estadia e partida dos refugiados. No entanto, para a maioria da população, o congelamento dos salários, o desemprego, a carestia de vida, o racionamento e as filas para compra de produtos de primeira necessidade foram uma constante. E, embora, no geral, as dificuldades económicas não tenham sido atribuídas à presença dos

²⁹ Cf. Karin Alles (1987), «Letztes Visum, Passage Unbekannt», Hessischer Rundfunk, filme documentário.

³⁰ Eugen Tillinger (1940), «Lissabon- 1940», *Aufbau*, 10/12/40, p. 3, cit. em *Fugindo a Hitler e ao Holocausto. Refugiados em Portugal entre 1933-1945*, Catálogo da Exposição Goethe Institut Lissabon, Christa Heinrich, Merete Vargas e Hans Winterberg, Maio de 1994, p. 23.

estrangeiros, houve, por vezes, entre os portugueses, incompreensões perante a ociosidade forçada dos refugiados.

4.1 A chegada de novos hábitos à capital portuguesa

Os refugiados, que passaram brevemente por Portugal, nos anos quarenta, pouco mais viram, na capital portuguesa, que o perímetro espacial constituído pela baixa de Lisboa e pela Avenida da Liberdade, e quase só se relacionaram, superficialmente, com os portugueses nas ruas. Durante o dia, naquela época de ociosidade forçada, só largavam as pensões e os cafés para se incorporarem na *via-sacra* das filas à porta da estação dos Correios, na Praça do Comércio, das companhias de navegação, entre as quais, sobretudo, a *American Export Lines*, na rua Augusta, da Comassis, na rua do Monte Olivete, e dos consulados britânico e americano, que, para resolver questões de *quotas* americanas de entrada, abriu em Julho de 1940 instalações especiais, na Av. da Liberdade.

Na Rua Alexandre Herculano, os cafés mais frequentados pelos refugiados eram o «Coimbra» e o «Paraíso», enquanto na Avenida da Liberdade, que era o principal eixo de deslocação, eles se sentavam na pastelaria «Casa Veneza». Esta começou então a confeccionar iogurtes, sob influência de búlgaros, tal como o fez a «Charcutaria Suíça», na Rua do Ouro, perto do Rossio, propriedade de um refugiado judeu. Os bolos húngaros foram igualmente introduzidos por alguns refugiados, que os puseram à venda na pastelaria «Império», nas Escadinhas de Santa Justa, e na «Palladium», na Praça dos Restauradores.

A ociosidade forçada atirou a vaga concentrada dos refugiados para os espaços públicos onde a sua presença introduziu novos hábitos. As esplanadas e a atitude mais liberta das refugiadas que, nelas, se sentavam, parecem ter sido os fenómenos que mais marcaram os portugueses no período da guerra. Embora já existissem anteriormente, as esplanadas sofreram então um grande incremento, com os refugiados que, para gozarem o sol, arrastaram as cadeiras para a rua. O escritor português Alves Redol (1977: 77) descreveu a novidade, numa passagem do seu livro *O Cavalo Espantado*:

Foi, então, aí por 1939, que do outro lado da praça e a pedido dos estrangeiros sem sol para os aquecer na vida se puseram mesas nos passeios (...) O gerente acedera, contrafeito, com receio de perder uma clientela que desconhecia os preços e não regateava. E as estrangeiras sentaram-se por ali a ler e a conversar (...) Ficou ali uma montra de pernas e de coxas para todas as gulas lisboetas, às escâncaras, sem pudores recalçados (...) Do passeio dos cafés começaram a chegar bichas de gente, assim com modos distraídos (...) Os rapazes dos jornais vieram repetir para ali as suas gaifonas; atiravam-se para o chão, em lutas combinadas, de maneira a revezarem-se nos miradouros das paisagens insólitas. (...) As senhoras passavam e fugiam perturbadas de tão escandalosa vergonha pública (...) Conversando das suas cidades abandonadas, as estrangeiras não entendiam a causa daqueles ajuntamentos masculinos. (...) Quando o gerente enfurecido se aproximou e disse para uma polaca: “as pernas, oui, les jambes”, a palavra foi de mesa em mesa, entre sorrisos e encolher de ombros.

Também Alexandre Babo (1993: 143) recordou as “esplanadas da Avenida ou do Rossio”, onde se viam “franceses, belgas, holandeses, judeus dos mais remotos lugares”, e descreveu, em particular, a pastelaria que mais permaneceu no imaginário português, relacionado com os refugiados:

À “Suíça”, no Rossio, já chamavam o “Bompernasse”, ali onde predominavam as mulheres (...) fumando em público. (...). Tudo isto era murro na boca do estômago do provincianismo nacional. (...) Aquela gente aparentava outros hábitos, mais livres, mais naturais e abertos (...) sem olharem (elas) de soslaio os machos, sentadas nos cafés, nas cervejarias, nos passeios públicos, o que até então era apanágio exclusivo dos homens e de algumas poucas mulheres.

A pastelaria «Suíça» não atendia mulheres sozinhas, enquanto Ruth Arons, que chegou a Portugal fugida de Berlim em 1936, lembrou que, com a vinda maciça de refugiados, quatro anos depois, os homens portugueses se “entretinham a seguir as estrangeiras”, mas sem nunca pensar em casar com elas. A escritora alemã Ilse Losa

(1987: 55), provavelmente a primeira mulher a frequentar um café, no Porto, descreveu, no seu livro *Sob Céus estranhos*, a incompreensão de algumas portuguesas, perante a ociosidade forçada dos refugiados, ao colocar na boca de uma delas:

Fala-se tanto da desgraça desses refugiados, mas no fim de contas gozam a vida nos cafés a dar à língua (...) Se nos acontecesse a nós termos de sair da nossa terra, passávamos o tempo a chorar e não divertidos como essa gente.

Quando, a partir de 1942, a deterioração do nível de vida dos portugueses, a falta de géneros e a carestia de vida começaram a fazer sentir-se, alguns destes começaram a atribuir essas dificuldades aos próprios refugiados, ao mesmo tempo que criticavam os hábitos diferentes vislumbrados nas estrangeiras. No entanto, algumas portuguesas começaram a sentir-se atraídas “pelo ar de independência dessas mulheres” (*idem*: 111) e, a par do escândalo, começou a surgir, entre elas, uma atracção pelos novos hábitos. As estrangeiras influenciaram a moda, com a introdução do turbante, do penteado curto “à refugiada”, dos sapatos com cunha de cortiça e dos vestidos curtos. Seguindo o seu exemplo, muitas jovens portuguesas começaram também a sentar-se em cafés, a frequentar, sozinhas, o cinema e a sair à rua sem meias, luvas e chapéu.

Também as praias do Estoril, da Costa da Caparica, da Foz do Arelho, da Praia das Maças, da Ericeira e da Figueira da Foz começaram a encher-se de refugiados, a partir do verão de 1940. Em 11 de Setembro, o *Diário de Notícias* assinalou a nova moda dos fatos de banho claros, trazida às praias pelas estrangeiras. Embora sem mencionar directamente os refugiados, o artigo regozijava-se com o facto de Portugal se ter tornado “a praia mais ocidental da Europa, onde se falam agora todas as línguas e se encontram mulheres de todos os tipos de beleza”. Em 13 de Outubro de 1941, era, porém, outra a notícia de *O Século*, que anunciava o regulamento dos fatos de banho, recentemente aprovado pelo Ministério do Interior.

A presença dos refugiados foi, assim, também a causa da introdução de novas leis de policiamento de costumes e,

nomeadamente, da adopção de normas sobre o uso dos fatos de banho, que deviam obrigatoriamente incluir o saiote, para as mulheres, e uma camisa que cobria o tronco, para os homens.³¹ Uma das personagens criadas por Suzanne Chantal (1944: 136) dá conta do ridículo da situação, ao lamentar que, em breve, a polícia iria “obrigar a tomar banho com calças, ligas e saias como em 1900”. Por seu turno, Marta Feuchtwanger, mulher do escritor alemão Leon Feuchtwanger, entrou em conflito com as autoridades portuguesas, devido ao seu fato banho não regulamentar.³²

A partir de 1942, a situação tornou-se mais fácil para os poucos refugiados que ainda chegavam a Portugal e que, na sua maioria, eram agora constituídos por indivíduos isolados que ainda conseguiam entrar no país, por vezes clandestinamente. Nesse mesmo período, quer as organizações de auxílio aos refugiados, quer os governos aliados intercediam pelos refugiados e obtinham do MNE facilidades de deslocação e permanência por Portugal.

Também em 1942, segundo um acordo entre essas organizações e a polícia, os refugiados presos por serem “políticos e sociais” ou estarem clandestinos e sem papéis foram libertados e colocados em «residências fixas» na Ericeira, nas Caldas da Rainha e Figueira da Foz. Depois de 1943, quando a neutralidade portuguesa se tornou colaborante com os aliados, que, entretanto, estavam a ganhar a guerra, o governo português tornou-se mais sensível à pressão anglo-americana no sentido de salvar os perseguidos pelo nazismo.

Em 4 de Fevereiro de 1943, a embaixada alemã em Lisboa informou Salazar, também ministro dos Negócios Estrangeiros, “por motivos de cortesia”, que havia a intenção de internar e expulsar ulteriormente todos os judeus estrangeiros nos países ocupados. Os judeus com passaporte português foram então considerados cidadãos nacionais e, por isso, o governo os tratou diferentemente dos outros

³¹ «Algumas normas para o uso de fato de banho», Ministério do Interior. Gabinete do Ministro, Maço 518 caixa 76, 1941.

³² Cf. Christa Heinrich (1997), «O quotidiano dos refugiados», - *Lissabon. Lisboa 1933-1945, Fluchtstation am Rande Europas. Ponto de refúgio na orla da Europa*, Catálogo da exposição documental do Goethe-Institut Lissabon 9/10-30/11/1997, no Museum Judengasse Fankfurt am Main, Goethe Institut München. Jüdisches Museum Frankfurt am Main, Gesellschaft Portugal-Frankfurt, pp. 18-20.

refugiados. 140 judeus sefarditas de ascendência portuguesa residentes em França e cerca de 30 judeus da Grécia com passaporte português, alguns dos quais já se encontravam no campo de concentração de Bergen Belsen, foram assim repatriados.

De notar, no entanto, que, enquanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, fundamentando a sua acção com base em razões humanitárias, mas na realidade pressionado pelo Vaticano e pelo governo americano, permitiu o seu repatriamento, outra foi a atitude da *PVDE* que, com insinuações sobre nacionalidade abusiva, quis adiar o repatriamento propondo que só entrassem em Portugal os que fossem ricos e provassem ser efectivamente portugueses.³³

Ou seja, enquanto a política nacional-socialista relativamente aos judeus não atingiu o patamar final do extermínio em massa, o governo de Lisboa fechou os olhos a todas as discriminações de que eles eram alvo. Quando a política da Alemanha relativamente a todos os que considerava estarem fora da *Volksgemeinschaft* (Comunidade do Povo Alemão) foi a de “emigração” compulsiva, Portugal, aliás, como outras nações europeias, não esteve disposto a ficar com os judeus e outros “indesejáveis” que a Alemanha não queria. Mas o extermínio já era algo de essencialmente diferente e, pelo menos no caso de Portugal, ultrapassava os limites do tolerável.

No entanto, há que dizer que a campanha de “repatriação” dos judeus portugueses envolveu um número diminuto de perseguidos e que eles contaram, para a sua subsistência em Portugal, com o apoio dos países aliados e das organizações internacionais de auxílio. Além disso, as portas de Portugal nem aí se abriram para uma estadia definitiva. De qualquer forma, houve motivos para Portugal ter acedido à repatriação dos “seus” judeus. Um primeiro prendeu-se com a defesa da soberania nacional, que proibia que um país estrangeiro assassinasse cidadãos portugueses, e era assim que eram considerados esses judeus. Um segundo motivo deveu-se à diplomacia, dado que Portugal temia uma atitude hostil, por parte da opinião pública inglesa ou norte-americana, num período em que o campo aliado estava próximo da vitória.

³³ Sobre este caso, cf. Irene Funser Pimentel (2006), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*, Lisboa: Esfera dos Livros, pp. 326-343.

Os casos dos ministros de Portugal em Budapeste, Sampaio Garrido e Teixeira Branquinho, depois da invasão alemão da Hungria em 19 de Março de 1944, foram diferentes do caso do cônsul Aristides de Sousa Mendes, embora estes diplomatas também tivessem salvo judeus perseguidos pelos nazis num período em que ocorriam deportações para os campos de extermínio.³⁴ Albergaram alguns perseguidos concedendo-lhes “passaportes provisórios”. Cerca de 1000 pessoas foram protegidas pela Legação portuguesa, das quais 700 teriam recebido passaportes provisórios, concedidos só a quem provasse ter mantido “relações morais, intelectuais ou comerciais com Portugal ou o Brasil” e se comprometesse a não invocar o facto para obter a nacionalidade portuguesa. Por outro lado, Salazar só permitiu a concessão de passaportes em número “razoável” que não ferisse as susceptibilidades dos alemães, nunca concedeu asilo definitivo e nunca permitiu a evacuação massiva dos protegidos da Legação para Portugal.³⁵

5. Conclusão: Portugal e o «salvamento» dos perseguidos por Hitler

Saber exactamente quantos refugiados passaram por Portugal durante a II Guerra Mundial é, como se viu, difícil, devido à ausência de fontes. Parece evidente a tendência, da parte das organizações de auxílio judaicas, para exagerar o número dos que se salvaram através de Portugal. Por exemplo, é possível que o *American Jewish Joint Committee* tenha pecado por optimismo, ao afirmar que passaram por Portugal, entre Junho de 1940 e início de 1944, cerca de 100.000 refugiados.³⁶

³⁴ Arno J. Mayer (2002), *La «solution finale» dans l'histoire*, Paris: La Découverte, pp. 480-482.

³⁵ AHDME, 2.º piso, A47, M157; Cifra, colecção telegramas recebidos de Budapeste AHD - Cifra, Colecção telegramas recebidos Berna in *Vidas Poupadas. A acção de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial*, dir. Manuela Franco, coord. Manuela Franco e Isabel Fevereiro, catálogo da Exposição Documental, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 58-125; António Louçã, «As SS em demanda de uma paz separada. O Caso da Família Weiss-Chorin e seu Exílio em Portugal», *História*, nº 8, Maio de 1995, pp. 16-25.

³⁶ YIVO: 245.4/Series XII: Portugal B 59, «Portugal and the Refugee Problem», sem data.

Se este número está certamente inflacionado, mais ainda estará o fornecido a António Leite de Faria, diplomata em Londres, pelo *MI6*, segundo o qual Portugal teria servido de refúgio a 150.000 judeus.³⁷ Em suma, embora seja difícil proceder a estimativas certas, devido também à existência de clandestinos, pensa-se que transitaram por Portugal durante a II Guerra Mundial entre 50.000 a 100.000 refugiados, tendo ocorrido o maior pico de entradas no Verão de 1940.

Sessenta e três anos depois do final da II Guerra Mundial, duas imagens habituais, uma rosa e outra negra, entre estrangeiros e portugueses, recobrem, de forma redutora, a presença dos refugiados em Portugal. Nas duas imagens, há um pouco de verdade. As zonas de «residência fixa», que entravavam a liberdade dos refugiados, não podem ser comparadas com os campos de internamento franceses e espanhóis, e muito menos com os campos de concentração nazis. Por Portugal passaram ricos e pobres, embora os judeus dos guetos e os perseguidos mais pobres não tenham, como se viu, conseguido fugir e, muito menos, chegar até à ponta mais ocidental da Europa.

Entre refugiados e portugueses, permaneceu no senso comum a ideia feita do nosso espírito «aberto e hospitaleiro», mas cabe esclarecer que não se pode entender a entidade «Portugal» e «portugueses» como um «indivíduo colectivo». Nos anos quarenta, os portugueses mostraram uma certa solidariedade para com os perseguidos do nazismo e, na sua imensa maioria, não revelaram sentimentos anti-semitas nem foram, no geral, hostis aos refugiados, revelando-se mesmo hospitaleiros e compreensivos em relação aos seus dramas. Houve, no entanto, também incompreensões, preconceitos e mesmo, por vezes, algum oportunismo. Deve-se dizer também que o apregoado humanismo geral não se exerceu à custa de sacrifícios: os refugiados encheram os hotéis, cafés, lojas, restaurantes, onde não regateavam os preços.

³⁷ *Judeus em Portugal, O Testemunho de 50 Homens e Mulheres* (2002), dir. José Freire Antunes, Versailles: Edeline, p. 12. Este autor cita estas estatísticas, considerando que essa «cifra contém voluntarismos transgressores, como o de Aristides de Sousa Mendes, cônsul em Bordéus demitido por Salazar, hoje um ícone da humanidade por ter salvo 10 000 judeus».

Apesar da diversidade de opiniões, originadas pelas diferentes experiências vividas pelos refugiados, existe uma quase unanimidade relativamente à distinção que estabelecem entre, por um lado, o papel do Estado Novo e, por outro, a atitude da maioria do povo português. Todos também distinguem o regime salazarista – reconhecidamente, ditatorial e repressivo – do nacional-socialismo totalitário, anti-semita e genocida. Deve repetir-se, porém, que o regime salazarista apenas tolerou a sua presença desde que o país fosse um abrigo transitório, e que ainda assim houve dificuldades. A partir de 1938, as restrições às entradas em Portugal tornaram-se maiores, atingindo sobretudo os refugiados judeus e, em 1940, passou a ser extremamente difícil a entrada no país para quase todos os que assim procuravam salvar-se. A desconfiança política e a fortuna dos refugiados parecem também ter condicionado a concessão do visto.

Mas, de um modo geral, os que conseguiram entrar em Portugal, mesmo sem documentos, acabavam por não ser muito incomodados, desde que partissem rapidamente pela porta do Atlântico. Embora todos temessem as rusgas da PVDE, esta tratou sobretudo com dureza aqueles de quem receava a actividade política, mesmo se nunca chegou a exercer, sobre eles, a brutalidade reservada aos opositores políticos portugueses, nomeadamente aos comunistas. Houve, porém, refugiados encarcerados e alguns foram mesmo enviados para o campo de concentração do Tarrafal.³⁸

³⁸ Segundo o cadastro de presos da PVDE, Arquivo da PIDE/DGS no IANTTI, foram enviados para o Tarrafal os seguintes refugiados estrangeiros: Alberto Grimeja, operário lituano, preso por entrada clandestina em Portugal, em 15 de Julho de 1939; Willi Kaleske e Erich Trierscheidt, marinheiros alemães, detidos em 28 de Setembro de 1939, por estarem indocumentados. O primeiro só regressou de Cabo Verde, em 19 de Setembro de 1945, quando foi expulso e interditado de voltar a Portugal, e os outros dois voltaram a Portugal, em 2 de Fevereiro de 1944. Trierscheidt foi, novamente detido em 29 de Dezembro desse ano, sendo também expulso do país, em 5 de Março de 1946. Transferidos para o Tarrafal, foram também dois polacos: Abicim Schumann, que de lá regressou em 1 de Fevereiro de 1946, embarcando, pouco depois, no navio «Lourenço Marques», e Pinkus Israelski, um tecelão detido, em 7 de Dezembro de 1939, por suspeita de ser comunista e enviado, em 10 de Maio de 1940, para o Tarrafal, de onde regressou, em 27 de Janeiro de 1944. Finalmente, Luís Arguelles, um holandês (apátrida), preso, «por assuntos políticos» e por ser «apátrida e indesejável», em 19 de Abril de 1940, foi

Diga-se também que, como sempre em Portugal, entre a lei e a sua aplicação havia felizmente uma distância. Mesmo em regime de ditadura, os refugiados e todos os que os ajudaram puderam frequentemente utilizar a seu favor as múltiplas exceções às normas e conquistar alguns espaços de liberdade, movendo-se entre as arbitrariedades, corrupções e inoperâncias várias das autoridades portuguesas. Em parte, assim se compreende como, apesar de todas as numerosas restrições, algumas dezenas de milhares de refugiados passaram por Portugal. Este número também se explica devido à atitude de alguns diplomatas portugueses, que não seguiram as leis restritivas impostas pela PVDE, pelo MNE e por Salazar. Este último não deixou, aliás, de punir os «desobedientes», entre os quais, se destacou a figura de Aristides de Sousa Mendes, graças ao qual se salvaram muitas vidas.

Entregas de refugiados judeus e políticos à Alemanha não parecem ter existido, embora o caso de Berthold Jacob, raptado pela *Gestapo* em plena baixa lisboeta, indicie que não só a polícia alemã agia livremente como até poderá ter sido apoiada, de forma encoberta, por elementos da PVDE.³⁹ No Outono de 1940, houve um caso terrível quando grupos de judeus luxemburgueses, chegados à fronteira portuguesa em comboios selados escoltados pela *Gestapo*, foram impedidos de entrar em Portugal. Tiveram de regressar a França, acabando alguns por ser apanhados, deportados e assassinados no campo de extermínio de Treblinka.⁴⁰

Além de recusar a entrada no país aos grupos de luxemburgueses, a PVDE também expulsou e rechaçou das fronteiras alguns refugiados, não o fazendo mais, a partir de 1940, porque, quando chegavam por via terrestre, a Espanha recusava recebê-los de

enviado para o Tarrafal de onde regressou a Portugal em 1 de Fevereiro de 1946, sendo solto apenas em 6 de Março e logo expulso do país.

³⁹ *Aufbau*, 31/10/41; Fritz Teppich, *Um refugiado na Ericeira*, Ericeira: Mar de Letras Editorial (Col. «Lugares de Memória»), 1999, pp. 28-29; AHDME, 2.º piso, A49, M111.

⁴⁰ Este episódio vem relatado no jornal de exilados alemães nos EUA, *Aufbau*, números de 13 e 20/12/40, 7/2, 28/3 e 4/7/41; cf. também YIVO: 245.4 /Series XII: Portugal, Report of Activities of HICEM in 1940 from Januar 1, to Sept. 30; veja-se Patrick von zur Mühlen, *Fluchtweg Spanien-Portugal. Die deutsche Emigration und der Exodus aus Europa. 1933-1945*, Bonn, Dietz, 1992.

volta. Alguns casos de expulsão do território nacional ocorreram em 1937 e 1938, nas pistas de aviação, de onde era mais fácil devolver à procedência os «indesejáveis». Mesmo se o destino de regresso fosse um país do Eixo e que isso pudesse representar a prisão ou mesmo a morte para o atingido.⁴¹

Em Portugal, tudo foi feito para que os refugiados não se integrassem, nem permanecessem, mesmo se o governo, que não forneceu assistência directa aos refugiados, tivesse permitido que as organizações de auxílio funcionassem, mas não forneceu assistência directa. Salazar geriu de forma pragmática e nacionalista uma invasão inevitável e indesejada, não deixando que os refugiados ocupassem lugares no mercado de trabalho, nem que contaminassem, com os seus valores e opiniões culturais e políticas, a vida autárquica imposta aos portugueses. Depois da primeira grande crise do regime ter passado, no pós-guerra, Salazar podia respirar de alívio, pois tinha conseguido, sem grandes feridas, que Portugal fosse um porto de abrigo temporário, onde os estrangeiros não se misturassem perigosamente com os portugueses, nem introduzissem novas ideias políticas.

Três episódios

Pode parecer estranho e incompreensível o facto de Salazar e o seu governo não terem sabido “lucrar” com a presença de estrangeiros “ilustres”, tal como se fez nos EUA que, como se viu, apenas deixava entrar os de «reconhecido valor» para o país, restringindo as entradas no país à maioria dos refugiados, mas franqueando as fronteiras a intelectuais, cientistas e artistas. Lembrem-se três diferentes episódios paradigmáticos, ocorridos em 1939 e 1940, que revelam a existência de atitudes diferentes relativamente aos refugiados e explicam por que razão Salazar, o ditador onnipotente, “desaproveitou” a presença de tantos “valores” estrangeiros.

Primeiro episódio, em dois andamentos. Em 1939, o ministro de Portugal em Berlim, Veiga Simões, propôs a Salazar que, para evitar uma invasão torrencial de «emigrantes», o governo português

⁴¹ AHDMNE, 2.º piso, A44, M152. Carta confidencial da PVDE, de 7 de Setembro de 1940.

analisasse cada caso individualmente e escolhesse aqueles a quem daria o visto. Segundo ele, Portugal deveria abrir as fronteiras aos portadores de passaporte «J» que tivessem “idoneidade moral” e alta categoria científica ou técnica.⁴² A mesma opinião foi transmitida, em Dezembro de 1940, pelo cônsul em Marselha, José Augusto de Magalhães, que defendeu ser vantajoso para o país que se fixassem em Portugal “os honestos e vastos capitais e as comprovadas competências técnicas que nos procuram”.⁴³ Fosse a atitude dos dois diplomatas movida por desejos elitistas ou por motivos táticos de tornar mais fácil a aceitação da entrada de alguns refugiados rigorosamente escolhidos, o certo é que, apesar da discriminação subjacente à escolha, mais pessoas se teriam salvo, através de Portugal, se os seus conselhos tivessem sido seguidos.

Segundo episódio. Este mesmo argumento foi, aliás, numa ocasião, utilizado também pelo cônsul em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, ao defender que o país “lucraria” com a vinda de estrangeiros “eminentes”.⁴⁴ Mas não se ficou por aí. Tomou outra e mais radical atitude, ao resolver, em Junho de 1940, contra as ordens do ditador e pagando caro pela sua desobediência, conceder vistos a todos os que lhe pedissem, fossem judeus ou políticos, ricos ou pobres, personalidades conhecidas ou humildes anónimos. Aqui não havia escolha prévia daqueles que se salvariam e, por isso, foi tão prenhe de consequências a opção do cônsul de Portugal em Bordéus.

Terceiro episódio. Entre os refugiados que ficaram em França, a partir de 24 de Junho de 1940 – quando, na sequência da concessão de vistos, por Aristides de Sousa Mendes, o consulado em Baiona foi fechado e as autoridades espanholas deixaram de reconhecer os documentos portugueses – contavam-se cerca de 1000 polacos. Transmitindo um pedido do representante diplomático da Polónia, em Londres, para que esses compatriotas fossem autorizados a

⁴² *Idem*, 2.º piso, A43, M81. Carta de Veiga Simões, chefe da Legação de Portugal em Berlim de 14 de Janeiro de 1939. Veja-se também Avraham Milgram, «Potencial de salvação, Os Cônsules portugueses e a questão dos refugiados judeus», *História*, Ano XXI (nova série), n.º15, Junho de 1999, pp. 54-63.

⁴³ AHDMNE, 2.º piso, A 44, M 152. 31/12/40. Carta a Salazar, ministro dos Estrangeiros, de José Augusto de Magalhães.

⁴⁴ Cf. Rui Afonso (1995), *Um Homem Bom. Aristides de Sousa Mendes, o “Wallenberg Português”*, Lisboa: Caminho, pp. 9-100, 118-120.

prosseguir viagem e entrar em Portugal, Armindo Monteiro, embaixador na Grã-Bretanha, intercedeu por eles, com o argumento de que se tratava de «gente de raça pura». Salazar recusou dar-lhes vistos, esclarecendo que esses refugiados – não judeus – eram «precisamente» os mais «indesejáveis»:

Os refugiados de carácter político e intelectuais (...) são dos menos desejáveis pelas actividades que hão de querer desenvolver. Além disso, o seu número exigiria prévia segurança e possibilidade imediata de embarque para outros países, pois a capacidade de alojamento está esgotada. Vistos concedidos em Bordéus, foram-no em contravenção de instruções expressas do MNE por Cônsul que já afastei do serviço.⁴⁵

Trata-se da única explicação sobre essa matéria que se conhece do próprio chefe do governo e ao tempo também ministro dos Negócios Estrangeiros. O argumento revela, no entanto, que o ditador português receava sobretudo, além da chegada e instalação em massa de estrangeiros sem possibilidade de regressar aos seus países, a presença em Portugal de outros valores culturais e ideias políticas que pudessem influenciar os portugueses.

A despedida da Europa

E, no entanto, que dor muitos deles sentiram, ao abandonarem o último porto europeu. Com os refugiados, a Europa “chegou” a Portugal e, através deles, os portugueses não puderam mais ignorar que pertenciam ao continente europeu. Para eles, na hora da partida, Lisboa simbolizou a despedida, talvez para sempre, dessa mesma Europa, que, apesar de tudo, não queriam abandonar.

Em Outubro de 1940, a última visão de Alfred Döblin (1996: 249) foi a da Exposição do Mundo Português, o evento nacionalista

⁴⁵ AHDMNE, Cifra, colecção telegramas recebidos Londres, telegrama, de 27 de Junho de 1940 e Cifra, colecção telegramas expedidos Londres, da Legação Portugal em Londres para o MNE. Telegrama, de 2 de Julho de 1940, do MNE para Legação Portugal em Londres, sobre crescente entrada de refugiados em Portugal.

virado para a celebração do império colonial africano que, curiosamente, representou, para ele, a derradeira visão do Velho Continte: “A exposição do Centenário resplandecia como num conto de fadas, à nossa passagem. A sua mágica luminosidade foi a última imagem que tivemos da Europa, envolta em luto.”

Pela mesma altura, Heinrich Mann (1973: 448) também dizia adeus à Europa, com uma última visão de Lisboa:

O olhar sobre Lisboa mostrava-me o porto. Será o último, de uma Europa que fica. Achei-o inacreditavelmente belo. Uma amada perdida não é mais bela. Tudo o que me foi dado, vivi-o na Europa, alegria e tristeza (...). Mais que dolorosa foi essa despedida.⁴⁶

Para Hans Natonek (1941), quando o navio saiu da barra do Tejo, num dos primeiros meses de 1941, a cidade mais ocidental da Europa sintetizou, à luz do sol poente, toda uma vida passada nesse continente:

Diante de mim, frente a mim, já quase a desaparecer, ficavam alguns dos mais bonitos bastidores do passado europeu, barroco e gótico (...) à luz dourada do sol poente, vi as torres de Praga, a doce paisagem austríaca, o Luxemburgo, Paris - toda uma vida passada na Europa (...)
Era como se o último olhar apagasse a Europa.⁴⁷

⁴⁶ Heinrich Mann, *Ein Zeitalter wird besichtigt*, Düsseldorf: Claasen, 1973, p. 448. Traduzido pela autora.

⁴⁷ Hans Natonek, «Letzter Tag in Europa», *Aufbau*, 4/4/41. Traduzido pela autora.

Bibliografia

Fontes

American Jewish Archives, Cincinnati, Ohio - JWC Collection
American Jewish Joint Distribution Committee, New York (JDC)
Arquivo Histórico da Marinha (AHM)
Arquivo da PIDE/DGS no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT)
Arquivo do Ministério da Administração Interna (MAI)
Arquivo do Ministério do Interior no IANTT
Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE)
Arquivo Oliveira Salazar (AOS) no IANTT
Institute for Jewish Research, New York (YIVO)
Jornal *Aufbau*

Obras citadas

AFONSO, Rui (1995), *Um Homem Bom. Aristides de Sousa Mendes, o “Wallenberg Português”*, Lisboa: Caminho.
ALLES, Karin (1987), *Letztes Visum, Passage Unbekannt*, filme documentário: Hessischer Rundfunk.
BABO, Alexandre (1993), *Recordações dum Caminheiro*, Lisboa: Escritor.
CHANTAL, Suzanne (1944), *Deus não Dorme*, Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2ª edição.
CIPRIANO, Carlos (1998), «Caldas da Rainha, anos 40», *Público*, 2/10/98.
DÖBLIN, Alfred (1986), *Schicksalsreise. Flucht und Exil 1940-48*, München: Serie Piper. [Trad. portuguesa por Sara Seruya, *Viagem ao Destino*. Porto: Ed. ASA, 1996.]
ESAGUY, Augusto D' (1951), «*Repaying a Debt Four Centuries Old*», *Address delivered in Philadelphia, May 30th. 1941*. Lisboa: Ed. Império.
Fugindo a Hitler e ao Holocausto. Refugiados em Portugal entre 1933-1945 (1994), Catálogo da Exposição Goethe Institut Lissabon, Christa Heinrich, Merete Vargas e Hans Winterberg, Maio de 1994.
GURRIARÁN, José António (2001), *Um Rei no Estoril. Dom Juan Carlos e a Família Real no Exílio Português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote/Câmara Municipal de Cascais.
HEINRICH, Christa (1997), «O quotidiano dos refugiados», - *Lissabon. Lisboa 1933-1945, Fluchtstation am Rande Europas. Ponto de refúgio na orla da Europa*, Catálogo da exposição documental do Goethe-Institut Lissabon 9/10-30/11/1997, no Museum Judengasse Frankfurt am Main, Goethe Institut München. Jüdisches Museum Frankfurt am Main, Gesellschaft Portugal-Frankfurt, 1997.
HEINRICH, Christa (2002), «Zuflucht Portugal. Exilstation am Rande Europas», *Filmexil*, Film Museum Berlin, n.º 16, 2000, edition Text und Kritik.
Judeus em Portugal, O Testemunho de 50 Homens e Mulheres (2002), dir. José Freire Antunes, Versailles: Edeline.

- LA BRUYERE, Stacy de (1994), *Saint-Éxupéry. Une Vie à contre-courant*, Paris: Albin Michel.
- LOSA, Ilse (1987), *Sob Céus Estranhos*, Porto: Edições Afrontamento, 2.ª edição.
- LOUÇÃ, António (1995), «As SS em demanda de uma paz separada. O Caso da Família Weiss-Chorin e seu Exílio em Portugal», *História*, n.º 8, Maio de 1995, pp. 16-25.
- LUCENA, Manuel (1976), *Evolução do Sistema Corporativo Português, Vol. I - O Salazarismo*, Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- MANN, Henrich (1973), *Ein Zeitalter wird besichtigt*, Düsseldorf: Claasen.
- MARTINS, Maria João/Viana, Clara (1995), «Lisboa, cais para sempre», *Público Magazine*, n.º 263, 26/3/95, pp. 18-32.
- MÜHLEN, Patrick von zur (1992), *Fluchtweg Spanien-Portugal. Die deutsche Emigration und der Exodus aus Europa. 1933-1945*, Bonn: Dietz.
- MAYER, Arno J. (2002), *La «solution finale» dans l'histoire*, Paris: La Découverte.
- NATONEK, Hans (1941), «Letzter Tag in Europa», *Aufbau*, 4/4/41.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2006), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em Fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa: Esfera dos Livros.
- REDOL, Alves (1977), *O Cavalo Espantado*, Lisboa: Europa-América, 4ª edição.
- SALAZAR, António de Oliveira (1977), *Como se levanta um Estado*, Lisboa: Golden Books.
- SALAZAR, António de Oliveira (1946 *et al.*), *Discursos*, Coimbra Editora, 4 volumes (1946, 1951, 1958).
- SCHÄFER, Ansgar (1992), «Obstáculos no caminho para a liberdade. O governo português e os refugiados durante a segunda guerra mundial». In *Aspectos e Tendências de Estudos Germanísticos em Portugal*, Lisboa, Dezembro 1992, pp. 85-94.
- SCHÄFER, Ansgar (2002), *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão (1933-1940)*, policopiado, Tese de Mestrado História dos Séculos XIX e XX - Secção do Séc. XX, FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- TEPPICH, Fritz (1999), *Um refugiado na Ericeira*, Ericeira: Mar de Letras (Col. «Lugares de Memória»).
- TORBERG, Friedrich (1989), *Eine tolle, tolle Zeit. Briefe und Dokumente aus den Jahren der Flucht 1938-1941*, München: Langen/Müller Verlag.
- Vidas Poupadas. A ação de três diplomatas portuguesas na II Guerra Mundial* (2000), dir. Manuela Franco, coord. Manuela Franco e Isabel Fevereiro, catálogo da Exposição Documental, Ministério dos Negócios Estrangeiros.